

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Há artigos no Crioulo de Cabo Verde, variedade de Santiago?

Marilu Dias da Silva

Dissertação apresentada ao Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, como exigência parcial para a obtenção
do título de Mestre em Filologia e
Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ângela C. S. Rodrigues

- São Paulo -

2008

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE ABREVIATURAS	8
CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	9
1 HIPÓTESES E OBJETIVOS	11
2 CRIOULO, PIDGIN E CONTATOS LINGÜÍSTICOS	13
2.1 Origem da palavra Crioulo	13
2.2 Definindo Crioulo / Formação dos Crioulos	13
2.2.1 Nativização	15
2.2.2 Descrioulização	16
3 O CRIOULO DE CABO VERDE	18
3.1 Cabo Verde: contexto histórico e sócio-cultural	18
3.2 Hipóteses para a formação do CCV	20
3.2.1 Hipótese monogenética	21
3.2.2 Hipótese continental	21
3.2.3 Hipótese insular	21
3.2.4 Hipótese ambígua	22
3.2.5 Hipótese da linguagem de reconhecimento	22
3.2.6 O papel dos lançados, grumetes, tangomas e filhos da terra na formação do CCV	22
3.3 Aspectos sociais e lingüísticos de Cabo Verde	25
3.4 Santiago: características gerais/aspectos sociais e lingüísticos	27
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	30
4.1 A Referenciação	30
4.1.1 O Modelo de Interação Verbal	31
4.1.2 Identificabilidade e acessibilidade	33
4.1.3 Factual, não factual, referência específica e não específica	35
4.1.4 O Sistema de artigos para os crioulos proposto por Bickerton - questões ligadas à referenciação	37

4.1.4.1	O modelo de interação verbal e a proposta de Bickerton para os artigos nos Crioulos -----	47
4.1.5	Lucchesi (1994a) - um contraponto ao Sistema de Artigos proposto por Bickerton (1981) -----	49
4.1.6	Definitude e palavras fóricas -----	57
4.1.7	Definitude e indefinitude -----	61
4.1.7.1	Artigos definidos, indefinidos e pronomes demonstrativos -----	65
4.2	Princípio da Parcimônia, Transcategorização e Teoria da Variação -----	70
4.2.1	Princípio da Parcimônia, Lei do Mínimo, Transcategorização e Gramaticalização -----	70
4.2.2	O Princípio da Parcimônia, o Modelo de Interação Verbal e as propostas de Bickerton (1981), Givón (1984) e Lucchesi (1994a)-----	78
4.3	O que dizem algumas gramáticas sobre os artigos no crioulo cabo-verdiano -----	82
4.3.1	Manuel Veiga - Diskrison Strutural di Língua Kabuverdiano (1982)-----	82
4.3.2	Manuel Veiga – O Crioulo de Cabo - Introdução à Gramática (1995)-----	84
4.3.3	Eduardo Cardoso – O Crioulo da ilha de São Nicolau de Cabo Verde (1987)-----	85
4.3.4	Nicolas Quint – Grammaire de la Langue Cap-verdienne (2000) -----	87
4.3.5	Nicolas Quint – Parlons capverdien – langue et culture (2003)-----	89
4.4	Algumas informações sobre os artigos em línguas africanas -----	92
5	APRESENTAÇÃO DO CORPUS -----	94
6	ANÁLISE DOS DADOS-----	100
6.1	Kel/kes utilizados como artigos definidos-----	101
6.2	Kel/kes utilizados como pronomes demonstrativos-----	107
6.2.1	Caráter dêitico ou anafórico dos pronomes demonstrativos em CCVS-----	115
6.3	Artigos indefinidos -----	121
6.4	Artigos definidos do Português localizados no corpus -----	126
6.5	Determinantes e quantificadores -----	129
6.6	Sintagmas nominais e Ø-----	134
6.7	Utilização dos artigos definidos, indefinidos e Ø -----	139
6.7.1	Análise: utilização dos artigos definidos, indefinidos e Ø-----	149
6.8	Resumo das considerações elencadas a partir da análise dos dados-----	153
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	157
8	BIBLIOGRAFIA-----	159

AGRADECIMENTOS

- a Deus, que sempre nos abre caminhos e nos dá forças para continuar;
- aos meus pais, Ezequiel e Inês, que em todos os momentos da minha vida me apoiaram;
- aos meus filhos, Ana e Iago, que torcem por mim e são muito compreensivos, conseguindo entender que, por vezes, é necessária a minha ausência;
- ao meu companheiro, António, que sempre está ao meu lado, me ajudando em tudo o que eu preciso (e não foi diferente nesta Dissertação);
- à minha orientadora, Ângela Cecília Rodrigues, por ter me concedido a oportunidade de ser sua orientanda no Mestrado, e por ser tão compreensiva, sabendo entender as minhas dificuldades;
- aos professores Gabriel Antunes, Márcia Oliveira e Margarida Petter por terem me auxiliado com valiosíssimos materiais e, principalmente, com grandes idéias;
- aos professores Hildo Couto, Nicolas Quint e Jean Louis Rougé, que, em suas visitas a São Paulo, ouviram minhas idéias e participaram com importantíssimas sugestões;
- aos meus amigos cabo-verdianos Rosa, Carlos, Eurisa, Aristides, Eduardo, Amaury, que tanto me ajudaram em questões ligadas ao Crioulo Cabo-verdiano;
- à minha irmã, Marili, e a todos os meus familiares e amigos, que sempre me deram a maior força (não citarei nomes para não ser traída pela memória);
- aos meus informantes que, mesmo não me conhecendo, em sua maioria, se prontificaram a me ajudar e a oferecer sua preciosa participação para que este trabalho se realizasse;
- aos meus queridos que já se foram, mas, posso afirmar, ficariam muito felizes por mim.

A todos, os meus agradecimentos. E tenham certeza que sem vocês este trabalho não se concretizaria. Muito obrigada.

*Sapatinha rubera riba,
Sapatinha rubera báxu,
Kem ki sabi más konta
midjor.*

(Ditado popular Cabo-verdiano).

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade verificar se há utilização de artigos no Crioulo Cabo-verdiano, variedade de Santiago (CCVS), e como são utilizados esses artigos: se há uma sistematização para seu uso, como propõe Bickerton (1981) para todos os crioulos, ou se artigos definidos, indefinidos e \emptyset (indicando a ausência de artigos ou outros determinantes) são utilizados indistintamente, como sugere Lucchesi (1994a).

Nesta pesquisa, foi constatada a ocorrência de artigos em CCVS, podendo-se afirmar que a opção dos falantes pelos artigos, definidos ou indefinidos, ou por \emptyset , em SN's (sintagmas nominais) cujos núcleos sejam substantivos comuns, constitui um fato de variação, na qual \emptyset é a variável, já que a tendência predominante é a opção por ele em SN's (+F) (+O), cuja referência seja conhecida pelo falante e pelo ouvinte, (+F) (-O), cuja referência seja conhecida pelo falante, mas desconhecida pelo ouvinte, (-F) (-O), cuja referência seja desconhecida pelo falante e pelo ouvinte, nas posições de sujeito, objeto e predicativo do sujeito; já os artigos definidos, indefinidos e \emptyset são variantes combinatórias, já que não houve ocorrências de artigos indefinidos em SN's (+F) (+O) na posição de sujeito, assim como não surgiram artigos definidos e indefinidos, na posição de predicativo do sujeito, em SN's (+F) (-O) e (-F) (-O).

Palavras-chave: crioulo, Cabo Verde, artigo, sintagma nominal, referenciação.

ABSTRACT

This work has for purpose to verify if has article use in the Capeverdean Creole, Santiago's variety (CCVS), and as these articles are used: if it has a systematization for its use, as Bickerton (1981) considers for all the creoles, or if definite and indefinite articles and \emptyset (indicating the article absence or other determinative ones) are used indistinctly, at it suggests Lucchesi (1994a).

In this research, the article occurrence was evidenced in CCVS, being able itself to affirm that the option of the speaker for articles, definites or indefinites, or \emptyset , in NP's (nominal phrases) whose nucleus are substantive common, constitutes a variation fact, in which \emptyset is the variable, since the predominant trend is the option for it in NP's (+S) (+A), whose reference is known for speaker and for addressee, (+S) (-A), whose reference is known for speaker, but unknown for addressee, (-S) (-A), whose reference is unknown for speaker and for addressee, in the subject, object and predicate; already the definite and indefinite articles e \emptyset they are variant combinatories, since it did not have indefinite article occurrences in NP's (+S) (+A) in the subject position, as well as they had not appeared definite and indefinite articles, in the position of predicate, in NP's (+S) (-A) e (-S) (-A).

Keywords: creole, Cape Verde Islands, article, nominal phrase, referencing.

LISTA DE ABREVIATURAS

CCV	Crioulo de Cabo Verde
CCVS	Crioulo de Cabo Verde, variedade de Santiago
SN	sintagma nominal
∅	zero (indica a ausência de artigos ou outros determinantes)
(+e)	referência específica
(-e)	referência não específica ou não referencial
(+F)	referência conhecida pelo falante
(-F)	referência desconhecida pelo falante
(+O)	referência conhecida pelo ouvinte
(-O)	referência desconhecida pelo ouvinte
DEF	artigo definido
PTCP	particípio
PST	passado
INDF	artigo indefinido
DEM	pronome demonstrativo
NEG	negação
PRS	presente
DUR	durativo
IPFV	pretérito imperfeito
subst.c.	substantivo comum

Considerações introdutórias

A idéia de desenvolver o tema desta Dissertação surgiu do contato com cabo-verdianos aqui no Brasil: observando falantes cuja língua materna é o Crioulo de Cabo Verde, verificou-se a ocorrência da supressão de artigos, imaginando-se se os mesmos existiriam ou não na referida língua. Houve também a oportunidade de notar esse fato em textos falados e escritos por pessoas daquele país quando se expressavam em Língua Portuguesa.

Posteriormente, foram observados textos escritos no Crioulo de Cabo Verde, como letras de músicas, textos dissertativos, poemas, discursos de políticos, etc. Nesses textos, também foi observado que, em diversos momentos, artigos definidos e indefinidos, eram suprimidos, e em outros momentos não.

Continuou-se a observar conversas informais entre cabo-verdianos em situações cotidianas como festas, almoços, encontros casuais, etc, sendo feita a mesma verificação: artigos definidos e indefinidos ora eram utilizados, ora não.

A partir dessa constatação, surgiram alguns questionamentos:

- 1) Quando ocorre essa supressão de artigos?
- 2) Acontece em contextos específicos? Em situações específicas?
- 3) Por que ocorre esse fato?
- 4) Ele tem um significado, ou seja, quando um falante suprime o artigo ele quer dizer algo?

Essas perguntas ficaram sem resposta por algum tempo. Foram obtidas algumas informações no material localizado inicialmente, mas nenhum texto as respondia de maneira completa. Em meados de 2006 conheceu-se a obra de Bickerton (1981), sugerida pelo professor Hildo Couto, e, posteriormente a de Givón (1984), encontrando-se algumas respostas àqueles questionamentos, porém não a todos.

Foi necessário, então, para estabelecer os “Pressupostos Teóricos” desta Dissertação, comparar diversas teorias, destacando-as ou vinculando-as, pois nenhum dos modelos estudados, por si só, sem a complementação de outras teorias, mostrou-se

satisfatório para servir de base a este trabalho, como será visto no item 4.0 desta Dissertação.

Assim, a complementação de teorias estabelecida nesse capítulo, mostrou-se bastante eficaz como base teórica para a Dissertação, sendo considerada seu cerne, e, a partir dela, pôde-se estabelecer as hipóteses e os objetivos que serão demonstrados a seguir, no item 1.0, bem como a “Análise dos Dados”, no item 6.0.

O capítulo 2.0, definindo crioulo, e 3.0, tratando de aspectos relacionados especificamente a Cabo Verde, como história, sociedade e língua, também são fundamentais para o entendimento desta proposta, pois fornecem conceitos/informações necessárias para quem se interessa pela Crioulística e deseja obter mais informações sobre Cabo Verde.

Já o capítulo 5.0 traz informações sobre os informantes e os dados que serão analisados no item 6.0 desta Dissertação, explicando como serão trabalhados os textos pertencentes ao corpus.

1 Hipóteses e objetivos

As hipóteses e os objetivos para esta Dissertação serão mencionados no decorrer dos “Pressupostos Teóricos”, item 4.0, sendo agora sintetizados, visando ao esclarecimento dos pontos relevantes para a “Análise dos Dados”, item 6.0.

Assim, este trabalho tem por finalidade verificar **se**, em CCVS, no âmbito das variedades selecionadas:

- os pronomes demonstrativos *kel/kes* também funcionam como artigos definidos, ou seja, se há transcategorização desses artigos, no estágio de sintaticização/recategorização;
- os artigos, tanto definidos como indefinidos, só são utilizados em SN's cuja referência seja (+e), sendo empregado o artigo definido quando o referente é conhecido por (F) e por (O), e indefinido quando apenas (F) tem conhecimento do referente, independentemente se esses SN's forem sujeitos, objetos ou predicativos do sujeito;
- há opção dos falantes por \emptyset em SN's (-e), factuais ou não factuais;
- tanto artigos definidos como indefinidos poderiam ser utilizados indistintamente em SN's referenciais, específicos ou não, ou não referenciais, assim como a ausência desses artigos; ou seja, se pode ser confirmada a proposta de Lucchesi (1994a) quanto à falta de regularidade relacionada ao uso do artigo definido, ou sua ausência, em SN's específicos pressupostos e não específicos, prevalecendo a ausência desse artigo, já que para o autor, a não utilização do artigo definido pode ser uma maneira de eliminar a redundância, aproximando-se, nesse ponto, da proposta de Pereira (1992), pois, segundo ele, a noção de definitude já está embutida no artigo indefinido mencionado anteriormente no discurso;

- artigos definidos e Ø são variantes ou variáveis lingüísticas: se for constatada a presença de uma sistematização quanto ao uso de definidos em SN's (+e) e Ø em SN's (-e), estaremos diante de duas variáveis lingüísticas; já se for comprovado que não há essa sistematização, podendo ser utilizados artigos definidos ou Ø em SN's (+e) ou (-e), indistintamente, estaremos diante de duas variantes lingüísticas, *kel/kes* e Ø;
- além dos determinantes *kel/kes* e dos artigos indefinidos, outros determinantes ou quantificadores poderiam preceder os substantivos, núcleos dos SN's;
- a transcategorização dos demonstrativos *kel/kes* (se confirmada) vai além da fase de sintaticização (recategorização), chegando ao estágio zero (se confirmada a coexistência de artigos definidos e Ø) nos moldes apresentados por Castilho (1997), podendo ser apresentada a seguinte escala, sugerida pelo autor, que deverá ser comprovada nas análises que serão desenvolvidas neste trabalho:

Pron. Dem. Dêítico > Pron. Dem. Anafórico > Artigo > Estágio zero

- a tendência de *kel/kes* como pronomes demonstrativos é referencial exofórica, essencialmente dêítica, ou endofórica, do tipo anafórica. Levando-se em conta que os pronomes demonstrativos são essencialmente dêíticos, se for constatada uma propensão desses pronomes à anáfora, bem como sua recategorização, segundo Castilho (1997), como artigos definidos e Ø, será atestada a transcategorização, de acordo com a escala proposta acima.

2 Crioulo, pidgin e contatos lingüísticos

Serão apresentadas, neste capítulo, algumas informações que visam a elucidar o conceito de Língua Crioula, ou Crioulo.

2.1 Origem da palavra Crioulo

De acordo com Tarallo e Alkmin (1987:97:98), a palavra crioulo começou a ser utilizada em “língua corrente” a partir do século XVI, podendo ter origem em duas palavras do Português: criadouro ou criado, de acordo com o filólogo português José Leite de Vasconcelos, em sua obra “Antroponímia portuguesa”, citada pelos dois autores, como também por Couto (1996:33). A partir daí, teria sido transferida para outras línguas como o Espanhol, o Francês e o Inglês.

Couto (1996:33) explica que, ainda hoje, *criado* significa *empregado* no Brasil; na época colonial, os empregados eram os negros trazidos da África como escravos, e, portanto, crioulo, advindo de criado, seria sinônimo de negro.

2.2 Definindo Crioulo / Formação dos Crioulos

Para Romaine (1988:38), os crioulos seriam os descendentes de brancos europeus, nascidos em colônias tropicais ou semi-tropicais. Segundo Romaine, o termo subsequente teria sido aplicado a certas línguas faladas por crioulos no e ao redor do Caribe e no oeste da África.

Nesse sentido, segundo Holm (1993:6), crioulos são falados em comunidades cujos ancestrais foram deslocados geograficamente, tendo seus laços com sua língua original e sua identidade sociocultural, em parte, quebrados, em consequência da escravidão.

Muysken e Smith (1994:4) são categóricos em afirmar que as línguas crioulas se desenvolveram como resultado de “violência lingüística” (e frequentemente violência

social também), tendo havido uma ruptura no desenvolvimento natural da língua, em sua transmissão natural, de geração em geração.

É comum, nos estudos sobre línguas crioulas afirmar-se, assim como o fazem Myers-Scotton (2002:271:272), que crioulos são as línguas que se desenvolveram do contato entre falantes de variedades coloniais de línguas européias e falantes de línguas não européias¹.

Nesse sentido, para Thomason e Kaufman (1988:147), “the disruptions caused by foreign invader may have led to populations movements that in turn caused mixing of speakers of different languages”. Assim, o crioulo emergiria de uma situação de multilingüismo, da qual participariam uma língua européia e duas ou mais línguas não européias (p. 148).

Dessa maneira, têm-se, então, uma “mescla lingüística” ou uma “língua mista”, de acordo com Couto (1996:153). Para o autor, línguas mistas não são apenas aquelas que possuem o vocabulário, ou léxico, de uma língua européia (língua de superstrato) e uma “gramática africana (ou de uma ou mais línguas de substrato), mas existem outras possibilidades para esse tipo de língua, como por exemplo, uma língua pode ter tanto a gramática quanto o vocabulário influenciado por mais de uma fonte.

Myers-Scotton (2002:246) prefere o termo “split languages” a “mixed languages”, pois, segundo ela, haveria conotações negativas na palavra “mixed” (mistura). Para ela, “split languages are base on input from two other varieties (possibly more, but generally two)”. Cita, também, outros termos para designar o mesmo fenômeno: “syncretic languages”, proposto por Dimmendaal, e “merged languages”.

Holm (1993:8) afirma que alguns lingüistas, como Thomason e Kaufman entendem a criouliização como um processo abrupto, para quem “a pidginização e a criouliização são apenas uma faceta de um fenômeno mais amplo, ou seja, o contato lingüístico” (Couto:1996:152:153), outros como um processo gradual, lingüística e socialmente, na qual um pidgin estendido se crioulizaria, como Bickerton.

Todavia, Thomason e Kaufman (1988), como afirma Couto (1996:142), “não excluem a possibilidade de um surgimento gradual” de um crioulo, como pode ser verificado a seguir: “(...) a long-lived pidgin that becomes nativized, or creolized, will

¹ A autora também informa que há crioulos provenientes do contato de línguas não européias, como, por exemplo, o Sango.

present essentially the same sorts of evidence for historical interpretation as an abrupt creole” (Thomason e Kaufman:1988:211). Um outro exemplo, também citado por Couto (1996:143), comprova essa postura dos autores: “a well-established pidgin may become creolized (nativized) in the course of time; Tok Pisin is an example” (Thomason e Kaufman:1988:49).

É preciso dizer que as explicações sobre a formação dos crioulos apresentadas neste capítulo traduzem as idéias do que os crioulistas denominam “Teoria da Língua Mista”. Todavia, há outras hipóteses que procuram explicar o surgimento dos crioulos, como a superstratista, a substratista, a monogenética, que será comentada no item 3.2 desta Dissertação, a universalista, que será explanada no item 4.1.4, dentre outras. Para mais informações sobre outras hipóteses, pode-se consultar Holm (1993), Couto (1996), Romaine (1988) e Arends, Muysken e Smith (1994).

2.2.1 Nativização

Segundo Couto (1996:32), “para a maioria dos estudiosos, o crioulo é um pidgin que virou uma língua nativa”. Dessa maneira, “crioulo é pidgin nativizado, ou seja, todo crioulo é um ex-pidgin” (Couto:1998). O autor, contudo, deixa claro que há autores que “defendem a tese da desnecessidade de um pidgin prévio para o surgimento de um crioulo” (Couto:1998), como Valdman, Bollée, Mufwene e Singler.

Tarallo e Alkmin (1987:15) explicam que quando “dois grupos étnicos e lingüísticos radicalmente opostos” entram em contato, devido ao “deslocamento de grupos étnicos distintos para uma mesma região via escravidão”, ou devido a relações “estritamente comerciais”, o que remete à própria origem da palavra “pidgin”, que seria originada do Inglês *business*, segundo Couto (1996:22), pode ser gerado um pidgin, devido à “urgência de um meio de comunicação”. Ainda, segundo esses autores, “(...) o pidgin mantém nas comunidades onde é usado seu estatuto de segunda língua, de língua franca para comunicação entre grupos lingüisticamente diferenciados”.

Para Holm (1993:4:5), pidgin é uma língua reduzida, resultante do contato entre povos que não possuem uma língua em comum, restrito a um domínio muito limitado como o comércio e, portanto, não é língua nativa de nenhum desses povos.

Assim, segundo Couto (1996:17), citando Bickerton e Hall:

o pidgin não é língua materna de ninguém, só é usado como língua de contato (verkehrsprache, trade language) entre falantes de línguas mutuamente ininteligíveis. Já o crioulo é língua materna: de indivíduos para um, de uma comunidade de fala para outro.

Fernández (1998:280) afirma, referindo-se a uma idéia recorrente nas pesquisas em Crioulística, que os pidgins, no início, possuem formas extremamente instáveis, e vão paulatinamente estabilizando-se sobre a base de uma gramática e uma fonologia da língua de menor considerção social, ou língua de substrato, e o léxico da língua dominante, ou lexificadora, ou língua de superstrato.

Ainda, segundo esse autor, posteriormente, esse pidgin inicial pode consolidar-se lingüística e socialmente, dando lugar, primeiramente, a um pidgin expandido, e quando os falantes o adquirem como língua materna, a um crioulo.

O autor afirma, ainda, que existem pidgins que nunca chegam a contar com uma comunidade de fala, com falantes nativos, não passando da fase de pidgin elaborado, na qual poderão despigginizar-se, aproximando-se da língua dominante.

2.2.2 Descrioulização

Um fenômeno bastante comentado nos estudos crioulos é a descrioulização. Couto (1998) prefere substituir esse termo por “transformação da gramática crioula”, pois, segundo ele, o termo descrioulização é utilizado para designar a “evolução das línguas crioulas”.

Couto (1996:54) explica que nas situações bilíngües² ou diglössicas³, assim como nas multilíngües, “freqüentemente há uma tendência de o crioulo se reaproximar da língua lexicadora, dominante. O resultado sincrônico desse processo de descrioulização é denominado *continuum pós-crioulo*, ou *post-creole continuum*, de acordo com DeCamp em “Introduction: The study of pidgin and creole languages”, citado pelo autor.

Holm (1993:9), explica que, em algumas regiões, onde o crioulo permanece em contato com a língua lexicadora, como é o caso de Cabo Verde, pode ocorrer o processo de descrioulização, resultando num *continuum* de variedades, sendo que a mais distante da língua de superstrato é denominada basileto, a mais próxima dessa língua é chamada de acroleto, e as variedades intermedárias, entre as duas variedades citadas anteriormente, são os mesoletos.

1

² Para Fernández (1998:346), bilingüismo é o domínio pleno, simultâneo e alternante de duas línguas.

³ Fernández (1998:231), citando Fishman, explica que haverá diglossia sempre que existam duas variedades lingüísticas, podendo ser dialetos, registros ou variedades da mesma língua, exercendo funções distintas dentro de uma comunidade de fala.

3 O crioulo de Cabo Verde

Como já mencionado anteriormente, o objetivo desta Dissertação é verificar a ocorrência/o funcionamento de artigos no Crioulo Cabo-verdiano de Santiago, ou CCVS.

Dessa maneira, é imprescindível levantar aspectos como a formação do crioulo e a situação sociolinguística em Cabo Verde, além de trazer informações sobre a variedade de Santiago, assim como aspectos históricos, geográficos e sociais de Cabo Verde, como será visto neste capítulo.

3.1 Cabo Verde: contexto histórico e sócio-cultural

Hernandez (2002:21) apresenta a República de Cabo Verde como um “arquipélago com 403.300 hectares, situado no oceano Atlântico, a 455 quilômetros da costa africana constituído por dez ilhas e alguns ilhéus”. Segundo a autora, essas ilhas são agrupadas em dois conjuntos: “o de Barlavento, ao norte (formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia⁴, São Nicolau, Sal e Boa Vista, e os ilhéus Branco e Raso), e o de Sotavento, ao sul (composto pelas ilhas Brava, Fogo, Santiago e Maio e os ilhéus Secos⁵)”.

É comum dizer que as ilhas eram desabitadas quando foram descobertas, como é o caso, por exemplo, de Holm (1994:273), para quem “they were uninhabited”. Porém, a historiadora afirma que Antonio de Noli teria chegado “ao grupo formado pelas ilhas orientais e meridionais do arquipélago em 1460, não mencionando que essas ilhas seriam desabitadas. Segundo ela, D. Fernando, em 1462, teria encontrado desabitadas as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau⁶. Todavia, Camilo Pereira (2006:11) assevera que “há discordância quanto à data da “descoberta” do Arquipélago e de quem realmente foi seu descobridor”, comentando minuciosamente esse assunto em sua obra.

1

⁴ De acordo com o informante cabo-verdiano Antônio Luiz, a ilha de Santa Luzia não é habitada.

⁵ Também inabitados, de acordo com o mesmo informante.

⁶ Sobre esse assunto, Camilo Pereira (2006:17) afirma que “autores de épocas distintas como Senna Barcellos, Luís de Albuquerque, Joel Cortesão, António Carreira e Silva e Eliza Andrade são unânimes em considerar que os jalofo já haviam visitado algumas ilhas de Cabo Verde, sobretudo, à procura de sal, mas que a ocupação efetiva só aconteceu com a chegada dos portugueses ao arquipélago”. Todavia, não há uma explicação de quem seriam os jalofo, mesmo porque, o autor deixa o assunto em aberto, afirmando que “esta é uma questão que tem merecido estudo por parte dos historiadores cabo-verdianos”.

Logo em 1462 teria sido iniciado o povoamento do arquipélago pelos portugueses, responsáveis pelo seu descobrimento, pois a posição geográfica de Cabo Verde seria um “ponto nodal de navegação do Atlântico”, segundo a autora, pois as ilhas foram importantes não só para que Portugal pudesse “dar continuidade aos descobrimentos mais ao sul” e assegurasse “o comércio na costa africana, como para suas expedições às Índias Ocidentais e América” (HERNANDEZ:2002:21).

Esse povoamento teria se consolidado a partir de 1466, devido, principalmente, ao tráfico com a costa da Guiné, segundo Albuquerque e Santos (1991). Os autores ainda informam que dessa região “provém o substrato humano com que basicamente o arquipélago se vai povoar: o negro africano” (p. 133).

Para Carreira (1982), a Guiné, quando foi descoberta em 1446 e mesmo posteriormente, não era uma “unidade geográfica concreta. Com o uso de este topónimo procurou-se, sim e apenas, criar uma imagem e nada mais. A documentação de então, na sua maioria, refere a “Rios da Guiné” ou “Rios da Guiné do Cabo Verde”, ou seja os situados na faixa costeira do continente africano a partir do rio Senegal” (p. 15 e 16). Segundo esse autor, apenas a partir de 1600 essa área foi delimitada, após “um melhor conhecimento das terras, dos rios, e das gentes” (p. 17). O autor, ainda, cita uma carta do padre Baltazar Barreira, de 1606, que explica o que seria a Guiné naquela época: “(...) esta parte de África a que os Portugueses propriamente chamam Guiné, começa no rio Senegá e corre pela costa té ao Cabo Ledo ou Serra Leoa, cerca de 180 léguas de norte a sul” (p. 17).

A Guiné, como descrita acima, englobaria o que são hoje os países Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné Conacri e Serra Leoa. Assim, teoricamente, as pessoas teriam sido enviadas dessas regiões para Cabo Verde. Lembrando que, nesses países, são faladas inúmeras línguas africanas como Mandinka, Mandjaco, Woolof e Papel, definidas por Heine e Nurse (2002) e pelo site www.sil.org/ethnologue como pertencentes ao grupo Níger-Congo, e aos ramos Oeste-atlântico e Mandê.

Holm (1994:272:273) afirma que Cabo Verde foi povoado por pessoas escravizadas, vindas da Guiné Bissau, falantes de línguas Oeste-atlânticas e Mandê, pertencentes à família Níger Congo. Segundo Holm, mais de vinte grupos étnicos africanos foram levados para Cabo Verde pelos portugueses, os quais falavam línguas Oeste-atlânticas como Wolof, Papel e Balanta, assim como Mandinka, língua do ramo Mandê.

Para Rougé (2004), a fase de contatos lingüísticos entre portugueses e africanos antes da emergência dos crioulos da Guiné e do Cabo Verde é comum às duas línguas. Assim, os povos africanos que participaram dessa fase falavam muitas línguas dos grupos Oeste-atlântico e Mandê, pertencentes à família Níger-Congo. Cita três dessas línguas: Wolof, Mandinka e Mandinga, pois, para ele, a maioria dos termos africanos existentes nesses dois crioulos teria origem nessas línguas. A língua Mandinga, de acordo com Creissels (1991), pertence ao grupo Mandê, que, como já mencionado, pertence à família Níger-Congo.

Quint (2000) afirma que foram levados para Santiago indivíduos falantes das línguas Temné, Mandinga e Wolof. A língua Temné, segundo Creissels (1991), pertence ao grupo Oeste-atlântico, da família Níger-Congo.

Para Couto (1992:109), a “colonização portuguesa da costa ocidental africana (...) foi feita de modo altamente improvisado e até mesmo atabalhoadamente. Enfim, ela se deu em grande parte fora do controle da administração central metropolitana”. O autor faz essas afirmações porque, para ele, os “verdadeiros agentes” na formação do Crioulo Caboverdiano, ou CCV, “não foram os colonizadores legitimados pela coroa portuguesa”, tendo esses um papel secundário, assim como o tiveram “os escravos e os outros africanos que com certeza ficavam na periferia dos núcleos de colonização”. Assim, o autor defende que “os verdadeiros agentes” na formação desse crioulo foram “os lançados em seu contato com os grumetes, as tangomas e os filhos da terra”.

Essa e outras hipóteses para a formação do CCV serão demonstradas no tópico a seguir.

3.2 *Hipóteses para a formação do CCV*

Todas as hipóteses apresentadas neste tópico baseiam-se em Couto (1992). Portanto, o autor não será citado, inúmeras vezes, no decorrer do tópico, o qual será inteiramente fundamentado em seu texto, já que, dos textos lidos para esta Dissertação, foi o único a apresentar um levantamento de hipóteses diferentes para a formação, especificamente, do CCV.

3.2.1 Hipótese monogenética

De acordo com essa teoria, todos os crioulos de base ibérica, como é o caso, portanto, do CCV, assim como crioulos com outras bases lexificadoras, teriam se originado de um pidgin português surgido na costa oeste africana entre os séculos XV e XVI. “Para alguns, pode ser que até certos crioulos ingleses e franceses sejam relexificações desse pidgin” (p. 109).

3.2.2 Hipótese continental

Levando-se em conta que Cabo Verde foi povoado, em sua maioria, por pessoas escravizadas, provenientes da Guiné, os adeptos dessa teoria acreditam que teria surgido, a partir do contato com o colonizador, um crioulo na costa oeste africana, o qual, “posteriormente, teria sido levado para o arquipélago de Cabo Verde” (p. 109). Como os crioulo da Guiné e Cabo Verde “são muito semelhantes e a intercompreensão entre falantes de ambos se dá sem maiores problemas” (p. 110), o autor considera essa hipótese plausível.

3.2.3 Hipótese insular

Outros defendem a hipótese segundo a qual o crioulo teria surgido no arquipélago de Cabo Verde e só então teria sido “levado para o continente pelos traficantes de escravos e pelos comerciantes em geral” (p.110). Couto explica que essa hipótese estaria pautada pelas condições que Chaudenson, na obra “Créole et enseignement du Français”, “sugere para explicar o surgimento de crioulos”: “insularidade, exogeneidade e colonização” (p. 110). Apesar disso, Couto não acredita que “a hipótese insular possa ser provada de maneira cabal e definitiva” (p. 110).

3.2.4 Hipótese ambígua

De acordo com essa teoria, “o crioulo teria surgido ao mesmo tempo no arquipélago e no continente”. Couto acredita que essa hipótese seja mais plausível do que as hipóteses continental e insular, devido às “intensas relações” entre o Continente e o Arquipélago (p. 110).

3.2.5 Hipótese da linguagem de reconhecimento

Defendida por A. J. Naro, “esta hipótese defende a idéia de que o pidgin que serviu de base para o crioulo português ter-se-ia formado em Portugal através do contato com os intérpretes (línguas, turgimãos) que os primeiros navegadores do século XV haviam aprisionado na costa africana. (...) Em seguida, esse pidgin teria sido levado para a África pelos lançados” (p. 110). Couto não aceita essa hipótese, mas concorda com ela em um ponto: na ênfase que é dada “ao papel dos lançados na formação do crioulo português na costa ocidental africana” (p. 110), pois teria relação com a hipótese defendida por ele, que será vista a seguir.

3.2.6 O papel dos lançados, grumetes, tangomas e filhos da terra na formação do CCV

Ainda de acordo com Couto (1992), lançados ou tangomas eram as denominações atribuídas aos “portugueses que se lançavam no meio dos africanos e passavam a viver com eles, servindo de intermediários entre eles e os comerciantes europeus, sobretudo ingleses, franceses e holandeses, mas também castelhanos” (p. 110). Eram perseguidos pelas autoridades portuguesas, pois os lançados agiam ilegalmente “na tarefa de explorar as regiões recém descobertas” (p. 111). Eram bem recebidos na sociedade africana pois se integravam a ela.

Inicialmente, um “marinheiro de inferior graduação” era chamado de grumete. Porém, esse termo, posteriormente, passou “a designar os auxiliares nativos dos lançados, mantendo assim a acepção de subalterno” (p. 111).

As tangomas eram as mulheres africanas dos lançados, que, por vezes, “constituíam verdadeiros haréns”. Couto acredita que elas tiveram “um papel decisivo” na formação do CCV (p. 111).

Os filhos da terra nasciam da união entre as tangomas e os lançados (“e esporadicamente de outros europeus”); eram, portanto, mestiços, mulatos ou crioulos.

Nos “primeiros núcleos de colonização europeia na costa ocidental africana” (p. 111), a classe dominante era formada pelos lançados, devido à sua “ligação com os comerciantes europeus”. Os grumetes viviam em torno dos lançados, representando um “elo de ligação entre eles e os outros africanos”. As tangomas também representavam “um elo de ligação” entre os lançados e os demais africanos. Os filhos da terra eram os descendentes oriundos do casamento entre tangomas e lançados.

De acordo com Couto, supostamente os lançados teriam “falado um português simplificado com os grumetes e as tangomas”, e estes, por sua vez, teriam “reproduzido o que ouviam de modo mais simplificado ainda. Com a repetição constante dessa interação, devido ao convívio diário, surgiu um pidgin português” (p.112)⁷, o qual teria sido aprendido já pela primeira geração de filhos da terra, para que pudessem comunicar-se com seus pais e com as pessoas que viviam nas imediações daqueles núcleos, nos quais os lançados, como já verificado, deteriam o poder.

O autor afirmar que os filhos da terra, “esporadicamente”, poderiam ter ouvido, também, “a língua do pai e a língua da mãe”, mas, “de modo constante e sistemático era o pidgin já formado que ouviam por ser ele o único meio de comunicação entre todos os habitantes do pequeno núcleo”. Quando aprenderam o pidgin, “ele se nativizou, virando assim crioulo”. As crianças teriam, a partir daí, “reforçado o uso do pidgin/crioulo português até mesmo entre outras personagens que girassem em torno dos núcleos, como os filhos dos nativos não inteiramente integrados na mini-sociedade” (p. 114).

De acordo com Couto, citando Zurara, há referência do “que pode ser considerado um precursor dos lançados”, desde 1445: o escudeiro João Fernandes viveu entre os “guinéus” durante sete meses, “de sua vontade” (p. 114). Outros lançados são citados em

1

⁷ Essa idéia se aproxima das teorias do “baby talk” e “foreigner talk”, que podem ser verificadas em Holm (1993), Couto (1996), Romaine (1988) e Arends, Muysken e Smith (1994).

documentos do século XVI, sendo comum sua presença entre os africanos, assim como as tangomas.

Citando Almada, num texto de 1594, e Bull, explicando que a expressão “nossa língua”, citada no texto de Almada, referia-se a um “crioulo-português”, Couto acredita que, aproximadamente, em 1580, “o pidgin/crioulo português já devia estar formado” (p. 115).

Sobre o século XVII, há mais documentos citando os lançados, explicando como eram suas vidas, do que no século XVI. Tangomas, grumetes e filhos da terra também são bastante mencionados nesses textos.

De acordo com o autor, citando Mota, o “primeiro uso por escrito que se conhece da palavra “crioulo” referindo-se a uma língua” ocorreu em um texto de 1684, de Francisco de Lemos Coelho. A segunda menção a uma língua crioula teria sido feita por M. J. de la Courbe em 1685/1688. A terceira em 1694, pelo relato do então bispo de Cabo Verde, D. Frei Vitoriano Portuense.

Capuchinhos espanhóis, em um texto de 1686, já “registram várias palavras crioulas”, como “baloba” e “bombolon”, por exemplo, sinalizando que “o crioulo já estava formado” (p. 116) naquela época. O bispo Portuense, em 1696, registrou “a primeira frase do crioulo guineense que se conhece”, “Agora mi está sabe”. Dessa maneira, “Portuense confirma de maneira definitiva que o crioulo já estava consolidado”.

Outras informações sobre os lançados, grumetes, tangomas, filhos da terra e sobre o crioulo da região de Cabo Verde e da Guiné só serão encontradas novamente em textos do século XIX.

Couto cita Barreto, que em suas cartas e em um texto de 1843, comenta sobre os grumetes, termo este, que, naquele época, tinha uma acepção um pouco diferente do significado inicial: explica, citando Walter, que o termo “se referia aos negros aculturados ou semi-aculturados que conviviam com os portugueses”, mantendo-se, no entanto, “a acepção de subalternos” (p. 118).

Segundo Couto, Barreto também registra em seu texto de 1843, “Memória sobre o estado actual de Senegâmbia portuguesa, causas de sua decadência, e meios de a fazer prosperar” várias palavras crioulas, como “baloba”, “palabra” e “bajuda”. Para ele, o crioulo seria um dialeto português “desfigurado”, o qual continha “muitas palavras

derivadas da Gentia” (p. 118). Dessa maneira, Couto conclui que “naquela época o crioulo já estava definitivamente consolidado”, tendo sido publicada “a primeira exposição detalhada do guineense que se conhece, embora de modo muito assistemático e sem método”, por Barros em 1897/1899, 1900/1901/ e 1902 na “Revista Lusitana”.

De acordo com Couto, Barros, em 1897/1899, também cita os grumetes, que, para ele, eram os “habitantes extra-muros”, também chamados “descidos” porque “vieram das terras altas para os estabelecimentos portugueses à beira mar”. Já “tunguma”, Barros “registra como sendo o feminino de “gurmete” (p. 119).

Para Couto, o termo lançado já estava “inteiramente em desuso” no século XIX, mas “a personagem que ele designava” continuava a existir naquela época, como atestado nos textos de Barreto, mencionados anteriormente.

Couto, citando Maria da Graça Nolasco da Silva e Honório Pereira Barreto, conclui que a má administração portuguesa foi “a causa imediata para a ilegalidade nas colônias portuguesas” (p. 120), “dando lugar ao surgimento dos lançados e dos grumetes” (p. 119) na costa da Guiné. E a toda organização ocorrida em torno deles.

3.3 Aspectos sociais e lingüísticos de Cabo Verde

De acordo com o Guia Turístico de Cabo Verde (2005:8), baseado nos dados do censo 2000 recolhidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) de Cabo Verde, o país possui 434.625 habitantes. Há muitos cabo-verdianos emigrados para vários países, sendo que Estados Unidos e Portugal talvez sejam os locais com as maiores colônias cabo-verdianas (COUTO:1996:72). O Guia Turístico de Cabo Verde (2005:6) também informa que a população emigrada, estimada em seiscentas mil pessoas, é muito superior à residente no país.

Segundo Couto (1996:73) e Holm (1994:273), 28% da população é de origem africana, 1% de origem europeia e 71% mestiços. A capital de Cabo Verde é a cidade da Praia, na Ilha de Santiago.

O Português é a língua oficial do país, empregada em toda a documentação oficial e administrativa; é também a língua veiculada nas rádios e televisões, como também, é a língua utilizada nas escolas. Ou seja, as crianças aprendem a falar o CCV em suas casas,

pois essa é a língua materna do país, utilizada em situações cotidianas, mas o ensino nas escolas se dá em Português.

Couto (1996:73) considera a co-existência do CCV e do Português em Cabo Verde, “do ponto de vista lingüístico”, “relativamente simples”, se for comparada a “praticamente todas as outras regiões crioulofonas”, nas quais convivem crioulo, línguas nativas e língua estrangeira.

Porém, Couto (1996:73) chama a atenção para a “grande variação geográfica”, provavelmente devido à pulverização do país em diversas ilhas muito distantes umas das outras”. Para Couto, “apesar da grande variação geográfica, parece haver uma gramática única subjacente, no sentido Laboviano”, citando Manuel Veiga, que enfatiza essa unidade em sua *Diskrison Strutual di Lingua Kabuverdianu*.

Quint (2000:9), divide o CCV em duas famílias:

1ª) ao sul, nas ilhas de Sotavento, englobando as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. O autor enfatiza que nessa variedade⁸ do CCV são encontradas várias palavras de origem africana, e a fonética é bastante diferente daquela do Português. Há uma homogeneidade entre os crioulos falados nessas ilhas, porém o CCVS se distingue pelo seu “conservantismo lingüístico” que o aproxima dos crioulos de base portuguesa da Guiné-Bissau e de Casamansa.

2ª) ao norte, nas ilhas de Barlavento, agrupando as ilhas de Boa Vista, Sal, São Nicolau, São Vicente e Santo Antão. O autor informa que a influência de vocabulário de origem africana, nessa variedade, é pequena, e sua gramática, incluindo fonética e fonologia, se aproxima mais do Português do que a variedade do sul. Segundo o autor, há uma maior homogeneidade entre os falares do norte do que entre os do sul, com exceção daquele verificado na ilha de Santo Antão, que se distingue dos demais falares das ilhas de Barlavento, por sua evolução fonética e morfológica fortemente divergente.

Para o autor, o crioulo de Santo Antão é tão diferente dos demais, que a intercompreensão entre um falante do CCVS e um morador das regiões rurais de Santo Antão não é possível, o que o leva a dividir o CCV em três grupos: os crioulos do Sul, os crioulos do Norte e o crioulo de Santo Antão.

1 _____
⁸ O termo variedade será discutido no tópico a seguir.

Segundo o autor, p. 10, não é exagero falar em dois crioulos, do Sul e do Norte. Então, para Quint, seria possível dizer que o CCVS, ou Badiu⁹, como ele prefere chamar essa variedade, é o principal dialeto falado no Sul do arquipélago.

É preciso dizer que, nesta Dissertação, o CCVS será tratado como uma variedade do CCV, pois ainda é necessário que sejam feitas análises, enfocando aspectos morfosintáticos em cada uma das variedades faladas nas ilhas de Cabo Verde, para então chegar-se a uma conclusão se essas variedades são tão distintas ao ponto de serem consideradas diferentes línguas, ou mesmo diferentes dialetos.

3.4 *Santiago: características gerais/aspectos sociais e lingüísticos*

De acordo com o Guia Turístico de Cabo Verde (2005:72), a ilha de Santiago é a maior do Arquipélago de Cabo Verde, com uma superfície de 991 km², totalizando cerca de 25% do total das terras do país, segundo Quint (2000:5). Para esse autor, um pouco mais da metade da população de Cabo Verde está concentrada em Santiago.

Foi a primeira ilha do arquipélago a ser povoada, “mediante o efetivo processo de ocupação portuguesa”, a partir de 1462 (HERNANDEZ:2002:21:22).

Para Holm (1994:273), Santiago, como também as outras ilhas de Sotavento, deteriam a maior proporção de afro-descendentes do país em sua população. Quint (2000:5) afirma que Santiago é a ilha mais africana de Cabo Verde, tanto do ponto de vista étnico como cultural, sendo que sua população é formada em grande parte a partir de pessoas escravizadas, trazidas do Continente.

Quint (2000:13:14) considera que o CCVS pode ser subdividido em três variedades distintas:

- urbano: falado na Praia, capital de Cabo Verde, que concentra aproximadamente 40% da população da ilha. Esta variedade sofre grande interferência do Português, mesmo ao nível da gramática, pois a cidade recebe muitos cabo-verdianos procedentes de outras

1

⁹ De acordo com Quint (1998) a palavra badiu do CCV é originária da palavra vadio do Português. Quint (2000:5) informa que o habitante de Santiago é chamado de badiu. O informante António Luiz explicou que os habitantes de Santiago são chamados de badius pois muitas pessoas escravizadas, cansadas da escravidão e de suas mazelas, os rebelados, fugiam para o interior da ilha de Santiago, sendo chamados pelos portugueses de vadios, palavra que, em CCV, tornou-se badius. E, posteriormente, badiu passou a designar qualquer pessoa originária de Santiago.

ilhas, principalmente do Norte, de Barlavento, que falam um Crioulo mais próximo do Português.

- semi-urbano: é a variedade falada fora da capital, nas pequenas vilas como Assomada, Tarrafal e Pedra Badejo, e nas vilas atravessadas pela estrada principal no entorno da ilha, como a variedade falada na Cidade Velha, renomado centro turístico; segundo o autor, essas variedades sofrem forte interferência do Português.

- rural: variedade utilizada nos locais isolados, distantes da estrada principal; é resistente à língua dominante e falada, por exemplo, nos vales de São João Batista, dos Engenhos e de Principal.

É importante salientar que o enfoque desta Dissertação, como já mencionado, é o CCVS, que é uma variedade geográfica do CCV, já que, segundo Tarallo e Alkmin (1987:10), “dentro de uma comunidade particular, é possível isolar certos tipos de variedades lingüísticas. Assim, temos variedades geográficas, sociais, estilísticas, etárias, étnicas e de sexo”. As variedades geográficas de Cabo Verde já foram explanadas no item 3.3 desta Dissertação.

É preciso esclarecer que a utilização do termo variedade geográfica, nesta Dissertação, não será empregado apenas pelo fato de os falantes serem de Santiago e utilizarem o CCVS, e não variedades lingüísticas de outras ilhas, mas também pelo fato de os informantes serem alguns do interior de Santiago e outros da capital. Todavia, sete desses informantes, pertencem ao grupo social dos estudantes, sendo três do interior de Santiago e quatro da capital; esse grupo, terá como diferencial o nível de escolaridade e o fato de terem um contato maior com a Língua Portuguesa, já que vieram estudar no Brasil, como será esclarecido posteriormente, o que, supõe-se, diferencia a variedade utilizada por eles, o que deverá ser comprovado no tocante às questões que deverão ser analisadas nesta Dissertação.

Assim, além da variedade geográfica, caracterizada como variedade diatópica por Rodrigues (1987:79), será levada em conta a variedade social, enfocando o grau de escolaridade dos falantes, caracterizada por Rodrigues (1987:79) como variedade diatrástica, como será visto posteriormente na apresentação do corpus.

Vale lembrar que a noção de variedade social está estritamente ligada à de variedade lingüística, que para Rodrigues (1987:77), citando Hudson, como também Downes, é “um

conjunto de itens lingüísticos com distribuição social semelhante”, bem como “um feixe de traços lingüísticos dentro de um continuum que é explicável em termos de alguma dimensão do espaço social”. A autora conclui, então, que “variedade lingüística supõe (...) um grupo de falantes (dimensão social) que se distingue estatisticamente de outros grupos, em termos de sua preferência por uma ou outra variedade”. Para a autora, o que diferencia uma variedade lingüística de outra “são os itens lingüísticos que ela contém, tais como dados lexicais, tipos e regras de construção, realizações fonéticas características”.

Para Rodrigues (1987:79),

“a fala de um indivíduo não é determinada apenas pela região de que ele provém, mas também pelo grupo social a que pertence ou em que se esforça para penetrar. Nesse sentido, é fundamental que se leve em conta a dimensão social da diferenciação lingüística”.

Todavia, a autora, baseada na definição de Downes, pondera que, como as variedades “constituem parte de um continuum no tempo e no espaço social”, pode existir “dificuldade em definir limites ou fronteiras” entre elas (p. 77). Assim, é importante dizer que as questões a serem analisadas nesta Dissertação podem ou não apresentar diferenças dependendo do grupo social ao qual pertence o indivíduo, e, apenas após as análises poderá ser comprovada ou não essa distinção.

4 Pressupostos teóricos

4.1 A Referenciação

Para Neves (2006), referenciação¹⁰ é o processo pelo qual os participantes de um discurso escolhem referir-se a indivíduos(s), garantindo-lhe(s) existência naquele contexto. Nesse sentido, para a autora, a referenciação implica em interação e intenção. Vale lembrar, que essa referência não se restringe apenas a indivíduos, mas a seres animados ou inanimados, estados, eventos, sentimentos, pertencentes ou não ao mundo real. Assim, chamaremos esses seres de entidades, como sugere Dik (1997:129): “I have defined terms as instruments for referring to entities in some world”.

Para Givón (1984:388), “(...) reference relations are not a mapping of propositions or terms in a language onto The Real World, but rather a mapping from the language to some **Universe of Discourse**”. Para o autor, esse universo de discurso é construído ou negociado entre falante e ouvinte, permitindo que a referência seja feita a entidades existentes no mundo real ou não, desde que tenha sido acordado entre os interlocutores, tornando-se parte desse mundo estabelecido no universo do discurso. Também para Dik (1997:129), “reference (...) is independent of ontological commitment or existence in reality”, pois para esse autor, existe um mundo mental no qual podem surgir elementos que não fazem parte da realidade, como figuras míticas, ficcionais, hipotéticas, que apenas ocorreriam em sonhos e fantasias.

Referência, para Halliday e Hasan (1976:31), é um tipo particular de coesão assinalada pela recuperação de informações. Coesão, por sua vez, é um conceito unicamente semântico relacionado às relações de significação existentes dentro do texto, ocorrendo quando a interpretação de algum elemento do discurso depende de outro elemento do discurso (p. 4).

Neves (2006:76) também cita a definição de Lyons para referenciação, segundo a qual é “a relação entre uma expressão lingüística e o que ela significa em ocasiões particulares do discurso”. Para o autor, “se a referência é bem sucedida – o que se liga ao uso apropriado da expressão referencial pelo falante – o ouvinte identificará corretamente o

1

¹⁰ Para Neves (2006) o termo referência diz respeito a “todo o processo de referenciar”; já referenciação está relacionada, especificamente, à “construção discursiva”, à “constituição textual”, à “formação da rede referencial” (p. 148).

referente”. Dessa forma, quem faz a referência é o falante, ou seja, ele é responsável pela referenciação, de modo que seu interlocutor interprete adequadamente a mensagem que ele está proferindo, cabendo a esse interlocutor investigar “a que o falante se refere quando usa essa expressão” .

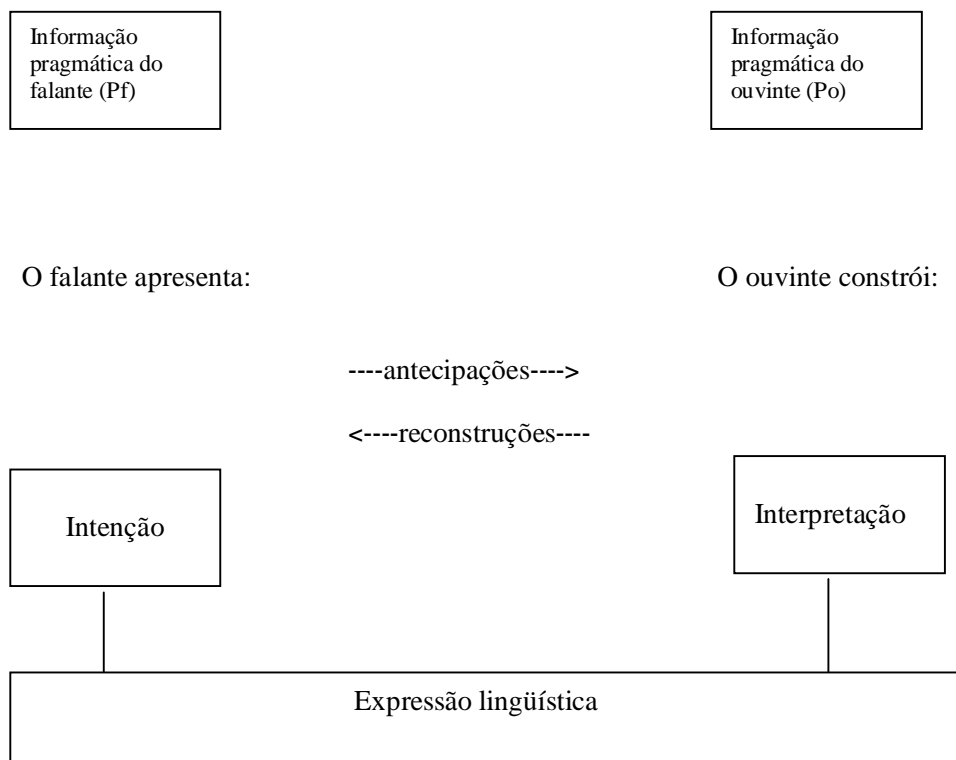
Dessa maneira, a autora conclui, citando Kleiber, que elementos ligados à pragmática, como o contexto da enunciação e o conhecimento partilhado entre os falantes, estão sendo levados em conta para descrever “os processos de interpretação referencial”, não bastando recuperar o referente, mas sim avaliando “o modo como esse referente é dado” (p. 77).

Essa questão fica mais clara quando Neves (2006:78), sintetiza o modelo de interação verbal funcionalista de Dik, proposto na obra “The theory of functional grammar”, “que se baseia numa implicação necessária entre a intenção do falante, que antecipa a interpretação do ouvinte, e a interpretação do ouvinte, que reconstrói a intenção do falante, por mediação da expressão lingüística”.

4.1.1 O Modelo de Interação Verbal

A interação verbal, segundo Dik (1997), nada mais é do que uma forma de interação social, por meio da linguagem, visando a uma atividade cooperativa estruturada, visto que envolve, no mínimo, dois participantes, com um mesmo objetivo, a comunicação, os quais devem seguir regras, normas e convenções, pautadas, por um lado, na Semântica, Sintaxe, Morfologia, Fonologia, responsáveis pela constituição das expressões lingüísticas, e por outro, na Pragmática, responsáveis pela utilização dessas expressões lingüísticas no modelo de interação verbal.

Assim, de acordo com Dik (1997:5), “the use of language requires at least two participants, a speaker S and an addressee A”, os quais serão traduzidos aqui como falante (F) e ouvinte (O), de acordo com Neves (2006). Todavia, vale salientar que nem sempre o ouvinte está presente no momento em que o falante está elaborando seu texto, como no caso de textos escritos, mas de qualquer forma, o falante construirá seu texto antecipando a interpretação que será feita pelo ouvinte, como será visto no modelo de interação verbal de Dik, explicitado abaixo (livremente adaptado para esta Dissertação):



No modelo de interação verbal proposto por Dik, o falante antecipa as possíveis interpretações que o ouvinte possa estabelecer a respeito das expressões que serão proferidas pelo próprio falante. Assim, o ouvinte interpreta e reconstrói o que foi primeiramente intencionado e depois dito pelo falante: “(...) it allows S to anticipate the possible interpretations of his expressions by A, and A to reconstruct the most likely communicative intention of S” (DIK:1997:11). Assim, é possível observar a interferência da informação pragmática do falante na informação pragmática do ouvinte, sendo que a intenção do falante e a interpretação do ouvinte são mediadas pela expressão lingüística.

O autor conceitua informação pragmática como a totalidade de conhecimento, crenças, assuntos, opiniões e sentimentos avaliados por um indivíduo durante a interação verbal. Enfatiza que o conhecimento que faz parte da informação pragmática não é apenas cognitivo, mas inclui preconceitos e pré-julgamentos existentes no mundo mental dos indivíduos.

Havendo essa interação lingüística entre os falantes, pode-se observar as duas noções de referência citadas por Dik (1997): a construção e a identificação de referentes, explicados por Neves (2006:75;76) da seguinte forma: “no modo construtivo, o falante usa um termo para que o ouvinte construa um referente para esse termo e introduza esse referente em seu modelo mental; no modo identificador, por outro lado, o falante usa um termo para que o ouvinte identifique um referente que já de algum modo esteja disponível, o que ocorre quando há uma fonte para identificação”.

Um referente pode estar disponível no que Givón (1984) denomina **arquivo permanente e arquivo ativo**, sendo o primeiro “o conhecimento compartilhado pelos membros de determinada cultura” e o segundo é o “arquivo de conhecimento mantido pelos falantes/ouvintes para o propósito de produzir e interpretar um discurso **particular** do modo como ele está sendo conduzido” (NEVES:2006:150).

Referindo-se a Dik (1997), Neves (2006:89) menciona “potenciais fontes da disponibilidade de referentes”:

- a) a informação de longo termo de que dispõem os interlocutores;
- b) a informação introduzida em segmento precedente do texto;
- c) a construção do referente com base em informação perceptualmente disponível na situação;
- d) a inferência da identidade do referente a partir de informação disponível em qualquer das outras fontes já indicadas.

4.1.2 Identificabilidade e acessibilidade

Para Neves (2006:88) uma referenciação é bem sucedida quando “o ouvinte consegue identificar o referente do discurso no ponto em que essa operação lhe é solicitada, e tal identificação ocorre quando o falante a deixou acessível”. Cita, então, duas propriedades da referenciação: identificabilidade e acessibilidade, “ambas ligadas à

distribuição de informação, dependentes do contínuo em que se distribuem o ‘dado’ e o ‘novo’ no discurso”.

Citando Chafe, no artigo “Inferring identificability and accessibility”, a autora alude a três componentes da identificabilidade:

- a) o julgamento, pelo falante, de que o conhecimento do referente a que se remete já é compartilhado (direta ou indiretamente) com o ouvinte;
- b) a escolha, pelo falante, de uma linguagem com tal rigor de categorização que todos os referentes compartilhados por ele e pelo ouvinte se reduzam ao que está em questão;
- c) o julgamento, pelo falante, de que esse exemplar particular é o exemplar mais saliente da categoria, dentro daquele contexto.

Em se tratando da acessibilidade, citando o artigo de Toole “The effect of genre on referential choice”, a autora afirma que “a acessibilidade é a medida da saliência – ou da ativação à qual o sintagma nominal se refere” (p. 88), lembrando que saliente é aquilo que está “presente na memória imediata do destinatário” (PRIEUR e NOAILLY:2003:243).

Citando o mesmo autor (p. 88), fala de “diferentes graus de acessibilidade ligados à escolha de expressão referencial pelo falante”:

- a) entidades que são mencionadas primeiro têm acessibilidade mais elevada e mantêm a acessibilidade por mais tempo do que as que não são mencionadas em primeira posição;
- b) quanto mais explícita uma anáfora, mais ela elimina elementos não referenciais e implica seu próprio referente.

Ao comentar sobre diferentes graus de acessibilidade, a autora cita a anáfora, que nada mais é do que “uma forma de retomada” (APOTHÉLOZ:2003:53). Milner (2003:94) também define a anáfora como uma retomada de algo que já foi dito: “Há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da

existência de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B só é interpretável na medida em que ela retoma – inteira ou parcialmente – A”.

Os graus de acessibilidade aos referentes são explicados por Neves (2006:89) de acordo com os graus de ativação dos conceitos, que serão tratados pelo falante de acordo com o que ele acredita que seja o referente em questão para o ouvinte. Assim, um referente pode ser dado, ou “plenamente ativo na consciência do ouvinte”, pois “o conceito está no foco da consciência” dele, acessível, ou “semi-ativo na consciência do ouvinte”, pois já esteve em foco, mas naquele momento não está mais.

4.1.3 Factual, não factual, referência específica e não específica

Como visto até o momento, o universo do discurso é criado/negociado por (F) e (O), a partir da interatividade, e depende dos propósitos do falante, “que constrói seus enunciados conferindo relevância aos argumentos segundo o que seja conveniente a esses propósitos” (Neves:2006:80). A autora afirma que a escolha para a construção dessas proposições no discurso deve-se ao fato de que as línguas naturais oferecem, para essa construção, dois grandes tipos modais, os quais Givón denominou **factual** e **não factual**. No **primeiro caso**, os argumentos criados podem ser “unicamente” **referenciais** (Givón:1984:391), havendo a possibilidade de **pressuposição**, caracterizada como referenciação específica, ou **asserção real**, que é um referencial de expressão indefinida. No **segundo caso**, os “argumentos **podem não ser referenciais**” (p. 80), havendo **asserção irreal** ou **asserção negativa**, não ocorrendo particularidade nem pressuposição nesses casos. Ainda citando Givón, a autora afirma que a modalidade não factual é marcada, pois “apresenta especificação explícita”, diferentemente da factual, já que “é mais fácil especificar explicitamente as várias modalidades proposicionais não-factuais na linguagem humana, e, então assumir, que a modalidade factual prevalece no resto” (p. 81), pois, para Givón (1984:392), “the modality **referential** is the general, unmarked case for nominal arguments; while the modality **non-referential** is the restricted, marked case”.

Dik (1997:188), diferencia referenciação específica da não específica. Para o autor, uma **referência é específica (+e)** quando (F) tem um referente específico em mente e convida

(O) a identificar o referente correspondente em sua informação pragmática - arquivo permanente ou arquivo ativo, segundo Givón (1984) -, ou construir um referente correspondente.

Por outro lado, segundo Dik, uma **referência não é específica (-e)** se (F) não tiver um referente particular em mente; assim, qualquer referente que responda à sua descrição pode ser apropriado.

Assim, pode-se afirmar que a primeira modalidade, factual, é referencial, podendo ser específica ou não específica, e a segunda, não factual, “pode ser” não referencial. Assim, na referencialidade os falantes aludem a entidades, garantindo-lhes a existência no discurso. Já na não referencialidade, os falantes não se referem a uma entidade particular no discurso.

Para a modalidade factual, de referência específica, ou pressuposto, pode-se apresentar o seguinte exemplo:

(1) O vestido da noiva está lindo¹¹.

Para a modalidade factual, de referência não específica, ou asserção real:

(2) Preciso arranjar um emprego.

Para a modalidade não factual, de asserção irreal:

(3) Um amigo a gente nunca esquece.

Para a modalidade não factual, de asserção negativa:

(4) Não encontrei uma única pessoa que pudesse me ajudar.

Neves (2000:516) comenta sobre a especificidade quanto ao uso do artigo definido e indefinido em Português. Segundo ela, “o **artigo definido** é encontrado no **sintagma**

¹¹ Os exemplos de 1 a 6 são de minha autoria.

nominal em que a referência é tida como conhecida tanto do falante como do ouvinte”, portanto, em casos de referência específica (+e).

Já o **artigo indefinido**, de acordo com Neves (2000:516), “é encontrado em **sintagma indeterminado**, que pode ser de dois diferentes tipos”: **indeterminado específico** e **indeterminado não-específico**. Segundo ela, o primeiro “ocorre quando um falante identifica um referente, mas o ouvinte não”, e o segundo “quando falante e ouvinte não fazem identificação de referente”. Assim, é possível afirmar que, em se tratando de artigo indefinido, pode ocorrer referência específica (+e) e referência não específica (-e), como nos exemplos abaixo, respectivamente (+e) e (-e):

(5) *Encontrei um colega de trabalho na praça da Sé.*

(um colega = um colega particular)

(6) *Tenho que encontrar uma lanchonete rapidamente.*

(uma lanchonete = qualquer lanchonete / uma lanchonete qualquer)

Outras informações sobre os artigos definido e indefinido serão oportunamente inseridas neste trabalho.

4.1.4 O Sistema de artigos para os crioulos proposto por Bickerton - questões ligadas à referenciação

Para Derek Bickerton, “um dos especialistas mais proeminentes da atualidade” segundo Couto (1996:15), um pidgin “é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito”; já “um crioulo surge quando crianças adquirem um pidgin como sua língua nativa” (COUTO:1996 e 1998).

Todavia, essa aquisição, para Bickerton, também implicaria em transformação, já que para ele, “o pidgin prototípico constaria apenas de itens lexicais, geralmente tirados da língua dominante, usados sem nenhuma gramática” (COUTO:1998). Assim, o papel das crianças para a transformação de pidgin em crioulo seria não apenas adquirir esses itens lexicais, mas também atribuir-lhes uma gramática, “tendo por base o dom biológico para linguagem, isto é, a gramática universal” (COUTO:1998). Assim, as crianças já nasceriam

providas “geneticamente de uma *faculdade de linguagem (faculté du langage)*”, denominada Gramática Universal (GU) (COUTO:1996:165).

Bickerton segue uma linha de estudos crioulos universalista, para quem a aquisição da linguagem é a regra central, segundo Holm (1993:61). Assim, de acordo com Holm, e Couto (1996 e 1998), essas pesquisas seguem a proposta de Chomsky, para quem as crianças possuem uma predisposição para reconhecer certas propriedades universais da língua, que facilitaria a aquisição da língua de uma comunidade particular de falantes. Essas propriedades universais seguem um parâmetro geral da linguagem, não apresentando características de línguas particulares.

De acordo com Couto (1996:167:168), citando o artigo de Bickerton denominado “The language bioprogram hypothesis”, de 1984, o modelo de Bickerton, denominado Hipótese do Bioprograma Lingüístico (HBL), propõe que, como os pidgins, que teriam dado origem aos crioulos, não dispõem de “proposições complexas” como marcadores de tempo, aspecto e modo, “sistema consistente de anáfora”, sentenças encaixadas ou relativas, etc, e os crioulos apresentariam essas e outras inovações, como será visto abaixo, então, as crianças que adquiriram esses pidgins como línguas maternas, teriam produzido essas inovações a partir de um programa biológico para a linguagem, como diz o próprio título do artigo, que, nada mais é, do que a GU.

Explica, ainda, o autor: as crianças que adquiriram um pidgin como língua materna, não tinham “à sua volta uma língua plenamente desenvolvida”, produzindo estruturas bioprogramáticas, como quaisquer outras crianças o fazem, independentemente de sua nacionalidade, não tendo recebido, as crianças que teriam formado o crioulo, correção dessas estruturas por parte dos adultos, que não tinham “uma língua comunitária plenamente desenvolvida, mas apenas o pidgin” (COUTO:1996:172).

Segundo esse autor, um dos argumentos utilizados por Bickerton para comprovar a HBL é “a grande semelhança estrutural existente entre crioulos de origens as mais diversas”, sendo que “as divergências se explicariam pela influência ulterior do superstrato” (p. 169). Assim, segundo Couto (1996), “Bickerton é contrário à idéia de que o que marca as línguas crioulas perante a língua de superstrato são as línguas de substrato” (p. 173), pois, para esse autor, as línguas crioulas se distinguem das demais pelo bioprograma.

Couto (1998) afirma que “a gramática crioula tende a reter os traços mais gerais, ou seja, entre os diversos parâmetros disponíveis, elas geralmente optam pelos não marcados”, ou seja, está “mais próxima do bioprograma” (COUTO:1996:170). O autor explica, ainda, que “as gramáticas das línguas não-crioulas, como as línguas européias, estão tão carregadas de fatores culturalmente adquiridos que não o refletiriam diretamente” (p. 170).

É ressaltado por Couto (1996:174), o fato de Bickerton fazer referência, “em praticamente todos seus escritos”, “às condições sociais de surgimento dos pidgins e dos crioulos”, “embora ressaltando que no caso dos segundos o essencial é o bioprograma”. Além disso, Couto (1996:174) também salienta que, para Bickerton, “todo crioulo é um *continuum* não só sincrônico mas também diacrônico”.

Couto (1996 e 1998) cita “os traços que Bickerton (...) considera típicos dos crioulos, por oposição aos pidgins (...): (i) ordem SVO e regras de movimento, (ii) sistema TMA (tempo-modo-aspecto), (iii) desenvolvimento de artigos para indicar asseverado/específico, (iv) estratégias para relativização e cópia do sujeito, (v) forma bimorfêmica para palavras interrogativas (qual dia?, qual hora?, qual ano? em vez de quando?), (vi) ausência de cópula, (vii) serialização verbal, (viii) pouca morfologia, e assim por diante”.

Dessas características, será enfocada, a seguir, a número (iii), relacionada ao tema desta Dissertação.

Bickerton (1981:56) acredita que “virtualmente” todos os crioulos possuem o mesmo sistema de artigos, verificado por ele em estudos realizados no Crioulo Inglês do Havaí, corroborados com exemplos retirados de outros três crioulos: Guianense, Papiamentu e Crioulo das Ilhas Seychelles: “virtually all creoles have a system identical to that of HCE¹²”. Assim, Bickerton (1981:22:23:56:57) sugere o seguinte sistema, no qual “the distinction between specific and nonspecific is particularly clear and consistent” (Bickerton:1981:58), sobre o qual Lucchesi (1994a:62) afirma que “morfologicamente, essa distinção é determinada pela oposição entre a ausência do artigo, para SN’s não específicos, e a presença do artigo – definido ou indefinido -, para os SN’s com referente específico”:

- 1 - um artigo definido para sintagma nominal específico/pressuposto, ou conhecido pelo ouvinte;

¹ _____
¹² Hawaiian Creole English (Crioulo Inglês do Havaí).

2 - um artigo indefinido para sintagma nominal específico/não pressuposto, ou assertivo específico, desconhecido pelo ouvinte – tipicamente utilizado em caso de primeira menção;

3 – zero para sintagma nominal não específico, incluindo SN's genéricos, SN's num escopo de negação (claramente SN's não específicos) e casos em que o referente pode existir, mas sua exata identidade não é conhecida pelo falante ou irrelevante naquele contexto.

A seguir, serão demonstrados três exemplos, retirados de Bickerton (1981:56), quanto ao funcionamento desse sistema no HCE, os quais foram citados, traduzidos e comentados por Couto (1996:38)¹³:

(7) *Jan bai di buk.*

João comprar-PST o-DEF livro¹⁴.

(João comprou o livro (de que o ouvinte tem conhecimento)).

(8) *Jan bai wan buk.*

João comprar-PST um-INDF livro.

(João comprou um livro (trata-se de um livro particular)).

(9) *Jan bai buk.*

João comprar-PST livro.

(João comprou livros (não se sabem quais)).

1

¹³ Para esta Dissertação, houve adaptações nas explicações dos exemplos 7, 8 e 9, que estão entre parênteses, além das glosas, que não constam nas versões dos dois autores.

¹⁴ Serão utilizadas glosas de acordo com as propostas do site www.eva.mpg.de/lingua/files/morpheme.html. Como pôde ser visto nos exemplos 7, 8 e 9, primeiramente foram apresentadas as frases em crioulo, depois as glosas e, por último, as traduções, procedimento que será adotado em todos os exemplos em que forem empregadas as glosas. Lembrando que serão utilizadas glosas apenas nos momentos em que sejam consideradas relevantes para o trabalho em questão.

Em estudos realizados por Bickerton (1981:14:22), comparando HCE e HPE¹⁵, o autor chega à conclusão que em HPE os artigos, principalmente indefinidos, são praticamente ausentes, aparecendo de forma esporádica, diferentemente do que ocorre em HCE, como já foi visto acima.

Para Bickerton (1981:26), a marca zero para SN's não específicos é uma “invenção” do HCE (e “virtualmente” de todos os crioulos, que possuem, segundo o autor, um sistema de artigos semelhante ao do HCE, como mencionado anteriormente), já que em outras línguas como o Inglês, língua de superstrato no processo de formação do HCE, e exemplificada por ele, a distinção específico/não específico não é claramente marcada, diferentemente da distinção definido/indefinido que é sistematizada. Quanto às línguas de substrato que participaram na formação desse Crioulo, o autor limita-se a dizer, p. 25, que nem todas possuem artigos, sem, no entanto, especificar quais são essas línguas e tampouco fornecer exemplos.

Holm (1993:64) comenta as idéias de Bickerton denominando a marca zero como artigo zero: “a generic or non-specific Ø article in addition to definite and indefinite articles”, sendo o artigo zero, para genérico ou não específico, considerado uma terceira forma de artigo, ao lado dos artigos definido e indefinido.

Couto (1996:38) afirma que no Crioulo Guineense ocorrem “aproximadamente os mesmos fenômenos, embora aqui os artigos pareçam não se distinguir dos dêiticos”, apresentando os seguintes exemplos, aos quais foram acrescentadas as glosas nesta Dissertação:

(10) *E bistidu burmeju.*
Este-DEM/o-DEF vestido vermelho.
(Este/o vestido é vermelho).

(11) *N ka kungsi kil omi.*
Eu não-NEG conhecer-PRS este-DEM/o-DEF homem.
(Eu não conheço este/o homem).

¹ _____
¹⁵ Hawaiian Pidgin English (Pidgin Inglês do Havaí).

(12) *I ten ba um bias um omi ki tene kandonga.*

E ter-PST uma-INDF vez um-INDF homem que ter-PRS candonga.

(Tinha uma vez um homem que tinha uma candonga (veículo)).

Apesar de Couto (1996) considerar que os dêiticos *e* e *kil* funcionam como artigos definidos, Scantamburlo (1981) não tem a mesma opinião. Para ele, a supressão de artigos é uma das características do Crioulo da Guiné Bissau, bem como “das outras línguas crioulas” (p. 37 e 45), considerando apenas a existência do artigo indefinido *un*, cuja tradução para o Português é um ou uma, apresentando o seguinte exemplo, com a respectiva tradução (p. 45):

(13) *I busca um cau ku tem coba.*

(Ele aproximou-se de um sítio onde havia um buraco).

Scantamburlo (1981) considera a existência de dois demonstrativos nesse crioulo: *es* (*e* citado por Couto) e *kil*; existe também o plural *kílis*, citado neste exemplo pelo autor:

(14) *I kílis poilon i arma grandi.*

(Aqueles poilões são armas eficazes).

Scantamburlo afirma que, nesse caso, *kílis* funciona como adjetivo¹⁶.

Todavia, como será visto posteriormente, no Crioulo Cabo-verdiano as formas *kel/kes*, pronomes demonstrativos, também podem ter o papel de artigos definidos no CCVS, como pode ser verificado nos exemplos abaixo:

(15) “(...) *puema mas antigu, “Mudjer mudjer mudjer”, foi skrebedu dia 10 di Otubru di 1991, inkuantu kel mas nóbu, “Pak’ é?”, é di 29 di Novenbru di 95. (...)”¹⁷.*

enquanto o-DEF mais novo

1

¹⁶ Na verdade, trata-se de um pronome adjetivo demonstrativo, como será oportunamente discutido nesta Dissertação.

¹⁷ Varela (2000:7).

((...)) o poema mais antigo, “Mudjer mudjer mudjer”, foi escrito no dia 10 de outubro de 1991, enquanto o mais novo, “Pak’é”, é de 29 de Novembro de 95. (...))

(16) “(...) *lígua é un di kes valor mas inpurtanti (...)*”¹⁸.

(...) *lígua ser-PRS um de os-DEF valor mais importanti (...)*.

((...)) a *lígua é um dos valores mais importantes (...)*.

Holm (1993:190:191) afirma que, com exceção daqueles descrioulizados, “the creoles appear not to have borrowed definite articles from the superstrate languages but rather to have created them anew from demonstratives and other particles”, ou seja, é característica dos crioulos utilizar demonstrativos e outras partículas como artigos definidos, não “emprestando” as formas de artigos definidos das línguas lexificadoras. Assevera que em crioulos como o Malaio-Português e o Cabo-verdiano os artigos definidos são claramente derivados dos demonstrativos *akel* e *kel*, respectivamente. Todavia, o autor pondera que esse fato ocorreu em outras línguas, não crioulas, assim como na transição do Latim para as Línguas Românicas e do Proto-Germânico para o Inglês, por exemplo.

Couto (1996:38) afirma, em concordância ao sistema proposto por Bickerton (1981), que “os artigos só são usados para referentes específicos, contrariamente ao que se dá nas línguas européias. Ou seja, até mesmo o equivalente de nosso artigo indefinido contém o traço semântico “específico””. Para a compreensão dessa afirmação de Couto (1996) é necessário retomarmos alguns conceitos tratados anteriormente:

1º) para Dik (1997), uma referência é específica (+e) quando (F) tem um referente em mente e leva (O) a identificar ou construir esse referente; uma referência não é específica (-e) quando (F) não tem um referente em mente, sendo apropriada a utilização, por (O), de qualquer referente que responda à sua descrição;

2º) para Neves (2000), em Português, um artigo definido é utilizado quando o referente é conhecido por (F) e (O); já um artigo indefinido pode ser utilizado em duas situações: em

¹⁸ Gonçalves – KREDU linguistik.

SN's indeterminados específicos, quando (F) identifica o referente, mas (O) não, e em SN's indeterminados não específicos, quando nem (F) nem (O) fazem identificação do referente;

3º) para Bickerton (1981), nos crioulos não são utilizados artigos em SN's não específicos - SN's genéricos, "num escopo de negação" (asserção negativa, segundo Givón (1984)), ou com referentes desconhecidos ou irrelevantes para (F); já em SN's específicos, são utilizados artigos definidos para referentes conhecidos por (F) e por (O), e indefinidos para referentes desconhecidos por (O) - mencionados pela primeira vez no discurso, ou seja, conhecidos por (F);

Levando-se em conta esses conceitos, bem como a afirmação de Couto (1996:38) de que o artigo indefinido nos crioulos possui o "traço semântico específico", pode-se levantar a seguinte hipótese: nas línguas crioulas, os artigos, tanto definidos como indefinidos, só seriam utilizados em SN's cuja referência seja (+e), sendo empregado o artigo definido quando o referente é conhecido por (F) e por (O), e indefinido quando apenas (F) tem conhecimento do referente; por outro lado, não seriam utilizados artigos em SN's cuja referência não seja específica, ou seja, quando (F) e (O) não identificam o referente, além de SN's não referenciais: genéricos e de asserção negativa (claramente não referenciais), e SN's com referente desconhecido por ou irrelevante para (O).

Assim, é possível entender a afirmação de Bickerton (1981) de que a distinção específico/não-específico é uma invenção dos crioulos, já que em línguas como o Português pode ser utilizado o artigo indefinido para referência (-e), como já verificado nos considerações de Neves (2000), assim como é permitido o uso de artigos, tanto definidos como indefinidos em SN's não referenciais, como será visto posteriormente, o que não ocorreria nos crioulos, como sugere Bickerton.

É importante salientar como a forma não factual, ou não referencial, é marcada no Sistema de Artigos dos crioulos, mostrado acima, já que, segundo a proposta de Bickerton, os SN's com característica de não referenciais necessariamente apresentarão ausência de qualquer artigo. Já a categoria factual, ou referencial, não é marcada, pois os SN's referenciais podem conter artigo definido, no caso de pressuposição, ou indefinido, para

asserção real, ou seja, para referente conhecido por (F), exceto referência (-e), que também não apresentaria artigo, de acordo com o que foi apresentado até o momento.

Lucchesi (1994a:62) comenta essa marcação, referindo-se à proposta de Bickerton (1981): “Nesse sistema, a característica mais relevante é a distinção específico/não específico, nitidamente marcada. Morfologicamente, essa distinção é determinada pela oposição entre a ausência do artigo, para SN’s não específicos, e a presença do artigo – definido ou indefinido -, para os SN’s com referente específico”. Sendo assim, pode-se propor o seguinte esquema para facilitar a visualização das informações relativas ao Sistema proposto por Bickerton, lembrando que em SN’s não-factuais, ou não referenciais, logicamente não há especificidade, sendo colocado (-e) diante de não-factual, no esquema abaixo, apenas para deixar clara a distinção específico/não específico proposta por Bickerton :

Artigo definido	→ (+e)	→ Factual	→ (+F) (+O)
Artigo indefinido	→ (+e)	→ Factual	→ (+F) (-O)
Artigo zero (∅) ¹⁹	→ (-e)	→ Factual	→ (-F) (-O)
Artigo zero (∅)	→ (-e)	→ Não-factual	→ (-F) (-O)

A seguir, alguns exemplos do Crioulo Cabo-verdiano de Santiago (CCVS) para elucidar esse esquema:

(17) Factual (+e) (+F) (+O):

Len di ke²⁰ sinku kapitu di ki dja papiadu pa tras (...)²¹.

1

¹⁹ De acordo com a nomenclatura proposta por Holm (1993:64).

²⁰ É interessante notar, que, apesar de em CCV existir a forma plural *kes*, o autor faz a opção pelo singular *kel*, referindo-se aos “*sinku kapitu*”, ou cinco capítulos, em Português; podendo-se pensar que, nesse caso, o plural é indicado pelo numeral cinco, não havendo, portanto, a necessidade de ser passada a informação de plural a partir do artigo definido plural *kes*. Esse exemplo pode ser explicado pelo “Princípio da Parcimônia” ou “Lei do Mínimo”, que serão apresentados posteriormente.

²¹ Exemplo retirado da apresentação do livro de poemas de Varela da Silva (2000:8), poeta nascido em Santiago.

Além de o-DEF cinco capítulos de que já falar-PTCP para trás.
(Além dos cinco capítulos mencionados anteriormente (...)).

(18) Factual (+e) (+F) (-O):

(...) *diante di un konjuntu di 52 poema*²².

((...)) diante de **um** conjunto de 52 poemas.)

(19) Factual (-e) (-F) (-O):

(L5): *qualquer coisa...*

(L1): *podì anidota também?... ah pan conta \emptyset anidota....*²³

((L5) – qualquer coisa...

(L1) – pode (contar) anedota também?... ah então conta **uma** anedota...)

(20) Não-factual (-e) (-F) (-O):

\emptyset *Mudjer é*

\emptyset *fonti*

*di ómi (...)*²⁴

(A mulher é

a fonte

do homem (...))

1

²² Também retirado da apresentação de Varela da Silva (2000:7).

²³ Do inquérito 1, que será apresentado posteriormente, no item 5.0.

²⁴ Do poema “Mudjer é mi”, de Varela da Silva (2000:47).

No primeiro exemplo, (17), ficam claras a referencialidade e a especificidade, pois o autor está fazendo alusão, na apresentação de sua obra, aos capítulos constantes em seu livro, ou seja, elementos referenciais, pressupostos pelo leitor, o interlocutor do poeta, pois foram citados anteriormente, como o próprio escritor menciona.

No segundo exemplo, (18), o SN “un konjuntu” também é referencial e específico, pois o poeta está se referindo ao conjunto de poemas da obra que ele está apresentando, mas não é pressuposto pelo interlocutor, pois foi a primeira menção a esse “conjunto” feita pelo autor.

No terceiro exemplo, (19), (F) cita duas vezes o SN *anidota*, sendo o primeiro deles não-referencial, pois se trata de um SN genérico; já o segundo, é referencial, pois (F) está se referindo a uma anedota, não a um grupo que corresponda a anedotas de um modo geral, como no primeiro SN, porém o segundo SN *anidota* não é específico, pois (F) não tem uma anedota particular em mente, pode ser qualquer anedota.

No quarto exemplo, (20), os SN's “mudjer”, “ómi” e “fonti” não são referenciais, pois são SN's genéricos: ou seja, correspondem a todos os elementos que fazem parte desses grupos. Assim, tanto no terceiro, (19), como no quarto exemplo, (20), não aparece nenhum artigo, pois os SN's mencionados não são específicos, de acordo com a proposta de Bikerton (1981).

4.1.4.1 O modelo de interação verbal e a proposta de Bickerton para os artigos nos Crioulos

É importante salientar que o Modelo de Interação Verbal, proposto por Dik (1997), verificado anteriormente, traduz, de maneira bastante adequada, o que acontece no Sistema de Artigos dos crioulos proposto por Bickerton (1981).

Propõe-se, então, a seguinte interpretação desse Sistema de Artigos, levando-se em conta o Modelo de Interação Verbal, bem como os conceitos de identificação e construção dos referentes vistos anteriormente: quando dois falantes de um crioulo estão conversando, um deles, a partir de dados contidos em sua interpretação pragmática, irá escolher um referente, o qual pretende utilizar em seu diálogo com o outro falante, naquele momento do

discurso, e, a partir dessa intenção, irá antecipar como aquele referente será interpretado por seu interlocutor. Fazendo essa antecipação, o falante pode, então, escolher se aquele referente deverá ser precedido de artigo definido, indefinido, ou se deverá suprimir o artigo. Assim, se o falante sabe que o referente é específico e conhecido pelo ouvinte, ou seja, se o referente já foi citado no discurso e está sendo retomado, ou faz parte do arquivo permanente dos interlocutores, o falante utilizará um SN com artigo definido para que o ouvinte identifique esse referente; se o referente ainda não faz parte daquele discurso, ou seja, ainda não é conhecido pelo ouvinte, ou o referencial não faz parte do arquivo permanente dos interlocutores, o falante utilizará um artigo indefinido, para que o ouvinte possa, a partir daí, construir aquele referente; se a expressão que pretende utilizar for referencial não específica ou não referencial, o SN não será acompanhado de artigo, para que o ouvinte entenda que a expressão não é específica.

Então, a partir da intenção do falante, caracterizada pela expressão lingüística, ou seja, por aquilo que o falante proferiu, o ouvinte fará sua interpretação e reconstruirá o SN, referencial específico, referencial não específico, ou não referencial, caracterizando-o, também, em outra expressão lingüística.

Para que essa interpretação e reconstrução do referente sejam adequadamente realizadas pelo ouvinte, Dik (1997) sugere que o falante aja de acordo com a máxima da quantidade de Grice, que “está relacionada com a quantidade de informação a ser fornecida e a ela correspondem as seguintes máximas”:

1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação).

2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.” (Grice:1982:86).

Assim, para Dik, se o falante utilizar informação insuficiente, o ouvinte não conseguirá identificar o referente; se o falante utilizar mais informações do que o necessário para a identificação, pode atrapalhar a comunicação entre os interlocutores.

No caso do Sistema de Artigos dos crioulos, proposto por Bickerton, teoricamente, se o falante quiser que o ouvinte identifique um SN com referência específica terá que utilizar artigo definido; caso queira, pois se não utilizar artigo, poderá levar o ouvinte a identificar

aquele SN como não específico; por outro lado, se o falante pretende utilizar um SN não referencial, mas acrescenta um artigo a esse SN, poderá levar o ouvinte a interpretar aquele SN como referencial.

Quanto à escolha pela utilização de artigo definido ou indefinido para um SN referencial, pode-se acrescentar que o falante de crioulo, teoricamente, para fazer a escolha adequada sobre qual artigo utilizar, terá que seguir uma outra máxima sugerida por Grice (1982): **seja relevante**, pois o falante deverá ficar atento ao contexto discursivo, já que, para um SN com referente já conhecido pelo ouvinte, naquele contexto, ou para um referente que faça parte do arquivo permanente dos interlocutores, deverá utilizar artigo definido; para um SN com referente desconhecido pelo ouvinte deverá utilizar artigo indefinido, para um SN não específico, deverá utilizar \emptyset , para que a comunicação flua de maneira adequada e o ouvinte interprete os SN's como pressupostos, ou não pressupostos, específicos ou não específicos, de acordo com o tipo de artigo utilizado.

Um dos pontos centrais desta Dissertação é verificar se o CCVS também apresenta, de acordo com a proposta de Bickerton (1981), uma forma marcada pela ausência de artigos em SN's não específicos (-e), referenciais ou não referenciais, desconhecidos por (F) e por (O), bem como se os artigos definidos são utilizados em SN's com referência (+e), conhecidos por (F) e por (O), e os artigos indefinidos em SN's com referência (+e), conhecidos por (F), mas desconhecidos por (O), como proposto no esquema apresentado anteriormente.

4.1.5 Lucchesi (1994a) - um contraponto ao Sistema de Artigos proposto por Bickerton (1981)

Lucchesi (1994a) inicia seu texto intitulado “Os artigos nos crioulos de Cabo Verde e S. Tomé: princípios gerais e fatores específicos” fazendo “a síntese dos dois modelos que se contrapõem quanto à explicação dos artigos nos crioulos” (p. 64): o modelo de Bickerton (1981), aqui já explanado, e o de Janson, cujo trabalho tem o título “Articles and plural formation in creoles: change and universals”, que será em seguida elucidado, de acordo com a leitura feita por Lucchesi (1994a), já que não foi possível localizar esse texto para a elaboração desta Dissertação.

Segundo Lucchesi, Janson “não concorda com a idéia de um sistema de artigos especial comum a todos os crioulos, rejeitando para esse item a hipótese do bioprograma ou qualquer explicação universalista” (1994a:63). Para Janson, os artigos nos crioulos podem ser explicados pelas influências das línguas européias sobre os crioulos, defendendo que “as formas constitutivas dos sistemas de artigos das línguas européias de superstrato foram rejeitadas; porém, sob contínua influência destas línguas sobre aquelas, esse dispositivo sintático foi readquirido pelas línguas crioulas, utilizando-se, para tal, novas formas, em substituição às anteriormente rejeitadas” (1994a:63 e 64).

As diferenças constatadas por Bickerton entre a utilização de artigos no Inglês e no HCE podem ser explicadas pelas mudanças lingüísticas ocorridas nessas línguas, fazendo paralelos “com outros processos já ocorridos na história das línguas germânicas e românicas” (1994a:63), não sendo especificados por Lucchesi quais foram esses processos.

Janson, segundo Lucchesi, “rejeita o sistema de artigos proposto por Bickerton como comum a todos os crioulos, e, em especial, a distinção entre específico e não específico, a principal e mais inovadora característica desse sistema” (p. 63), apenas concordando com este autor “quando não atribui qualquer papel importante às línguas de substrato no caso dos artigos” (p.64).

Para fazer tal afirmação, Janson “apresenta uma outra descrição” do Crioulo das Ilhas Seychelles (SCF)²⁵, considerando aquela feita por Bickerton “completamente contrária aos fatos”, concluindo que não existe “nenhum sistema especial de artigos determinado por um bioprograma” (p. 63).

Para Janson, segundo Lucchesi, no “period of disruptive change”, “característico da formação dos crioulos”²⁶, é comum o desaparecimento de formas da língua de superstrato “que exigissem do falante a utilização de regras morfológicas e/ou sintáticas mais complexas, ou não tivessem uma interpretação semântica mais direta”, ocorrendo, dessa forma, o desaparecimento de “todas as partículas dos sistemas de artigos” de crioulos de base francesa e portuguesa, como o SCF, Crioulo do Haiti, Papiamentu e crioulos do Golfo da Guiné, com exceção talvez do artigo indefinido (p. 64). Lucchesi comenta em nota (p. 79), que no Francês e no Português “o artigo indefinido e o numeral relativo à unidade constituem formas homônimas”, não sendo possível afirmar-se categoricamente que o

²⁵ Seychelles Creole French.

²⁶ Janson, segundo Lucchesi, não considera primordial o estágio pidgin para a formação de um crioulo.

primeiro teria sido substituído pelo segundo nos crioulos advindos dessas línguas, diferentemente do que ocorre nos crioulos de base inglesa, nos quais claramente houve “a substituição do artigo indefinido a(n) pelo numeral one”.

Nesse sentido, os crioulos de base portuguesa e francesa, citados acima, teriam sofrido inovações, influenciados pelas línguas lexificadoras, resultando em um novo sistema para SN referencial, da seguinte forma: “o numeral para ‘um’ assume a função de artigo indefinido, marcando todo SN singular que introduz um novo referente”; “um pronome demonstrativo é enfraquecido semanticamente em tal medida que, às vezes, só marca definição, i. e., a qualidade de um ser já conhecido” (1994a:64).

É importante salientar, que, apesar de Janson não concordar com o Sistema de Artigos proposto por Bickerton para os crioulos, não encontrando a suposta oposição específico/não específico, marcada pela presença/ausência de artigos, em suas análises, e não apresentar nenhuma proposta para SN’s não específicos, como foi demonstrado em Lucchesi (1994a), o Sistema para SN referencial específico, proposto por ele, não está tão distante da sugestão de Bickerton (1981): da mesma maneira que Janson, Bickerton propõe a presença de artigos, definidos ou indefinidos, em SN’s referenciais, específicos, sendo os indefinidos empregados em SN’s utilizados para referentes mencionados pela primeira vez, ou seja, conhecidos por (F) mas desconhecidos por (O), e os definidos para um referente já conhecido pelo ouvinte.

Ou seja, para SN’s referenciais específicos os dois autores apresentam uma proposta muito semelhante, só diferenciando-se, talvez, quanto às afirmações de Janson de que o numeral um assumiria a função de artigo indefinido, e um pronome demonstrativo, enfraquecido semanticamente, faria as vezes de um artigo definido, nos crioulos de base portuguesa e francesa estudados por ele.

Vale lembrar que em CCVS o artigo definido também advém de um pronome demonstrativo, e o artigo indefinido possui a forma singular un e plural uns, como será visto de maneira detalhada posteriormente.

Observando as propostas de Janson e de Bickerton com relação aos artigos nos crioulos, pode-se pensar em duas questões a serem discutidas nesta Dissertação:

- i) em CCVS existiria a oposição específico/não específico indicada pela presença/ausência de artigos, ou tanto artigos definidos como indefinidos

poderiam ser utilizados indistintamente em SN's referenciais, específicos ou não, ou não referenciais, assim como a ausência desses artigos, como ocorre nas línguas lexicadoras, como o Português?;

- ii) no caso de SN's referenciais específicos, em CCVS, haveria a utilização, como propõem os dois autores, de artigos definidos para referentes conhecidos por (F) e por (O), e indefinidos para referentes conhecidos por (F) mas desconhecidos por (O)?

Lucchesi (1994a), com base na proposta desses dois autores, analisou o uso de artigos nos crioulos de Cabo Verde e São Tomé, primeiramente tecendo comentários sobre a formação desses crioulos, após citando o que dizem alguns estudos sobre o assunto nesses dois crioulos, apresentando sua proposta de análise, explicando o Sistema de Artigos, do Português aos dois crioulos estudados, e depois analisando textos nessas duas línguas.

De acordo com Lucchesi, os dois crioulos em questão possuiriam as características “do tipo de crioulo para o qual Bickerton desenvolve o seu modelo de análise” (p. 65): i) o pidgin não resistiu a mais de uma geração; ii) na formação desses crioulos, 20% da população era falante da língua dominante e 80% composta por diversos grupos lingüísticos.

Ambos os crioulos tiveram um processo de formação semelhante, ocorrendo uma rápida crioulistização, tendo surgido “uma geração de falantes crioulos logo nos primeiros tempos de ocupação”, favorecida pela presença maciça de pessoas escravizadas, pertencentes a etnias diferentes, sendo obrigadas a não ter contato com pessoas de suas línguas e culturas, isoladas pela própria condição de insularidade, havendo, por exemplo, em 1582, 13.700 pessoas escravizadas, nas ilhas de Santiago e Fogo, para 100 colonizadores.

Reportando-se a estudos de Dulce Almada e Baltasar Lopes da Silva, Lucchesi afirma que o uso do artigo indefinido no CCV é regular, incluindo-se a forma plural *uns*, sendo raro o emprego das formas no feminino.

Quanto ao artigo definido, Silva afirma que em CCV ele não existe, sendo que para Almada e Mentel, um outro autor citado por ele, em CCV empregam-se os demonstrativos *kel/kes* funcionando como artigos definidos.

Para o ST²⁷, Lucchesi se reporta a três estudos de Ferraz, não havendo referência desse autor quanto ao uso do artigo indefinido nesse crioulo, sendo o artigo definido considerado inexistente nessa língua, assim como nos demais crioulos do Golfo da Guiné, o que seria influência das línguas de substrato; todavia, Ferraz admite que, freqüentemente, o pronome demonstrativo adjetivo *se*, cumpre a função de artigo definido em ST.

Lucchesi, em seguida, apresenta sua proposta para análise dos artigos nos crioulos, que será demonstrada de maneira específica para cada um dos crioulos estudados por ele, posteriormente nesta Dissertação, e explica a passagem dos artigos em Português para os dois crioulos.

Inicia sua explanação afirmando que, tanto em Português como nas outras línguas românicas, a função semântica básica do “sistema de artigos” é “expressar a oposição entre as noções de ‘definição’ e ‘indefinição’”, fornecendo, o artigo definido *o* e suas formas flexionadas *os, a, as*, a noção de definição, e o indefinido *um* e suas formas flexionadas *uns, uma, umas*, “a noção oposta de indefinição, em geral, de um SN específico, introduzido pela primeira vez no discurso e, até então, desconhecido pelo ouvinte” (p.67).

Continua afirmando que “o sistema de artigos” é “uma inovação das línguas românicas em relação ao latim clássico”, “que já se inicia no latim vulgar por uma extensão do uso do demonstrativo *ille*”, sofrendo as formas acusativas desse demonstrativo um processo de enfraquecimento fonético e semântico, convertendo-se “nas formas do artigo definido” (p.67).

O autor explica que essa evolução dos demonstrativos também ocorreu nos crioulos estudados por ele, porém com uma distinção: enquanto nas línguas românicas “formas distintas se especializam em funções específicas, nos crioulos é a mesma forma do demonstrativo a que acumulará as duas funções”, demonstrativo e artigo definido, sendo ponderado pelo autor que, em Português, “há contextos em que podem alternar o artigo e um demonstrativo” (p. 67 e 68).

Quanto aos artigos indefinidos, nas línguas românicas, “a mera ausência do artigo definido indicava já a noção contrária de ‘indefinição’, mas, “para reforçar essa indicação, passaram a utilizar o numeral *unus* como artigo indefinido” (p.68).

1 _____
²⁷ Crioulo São-tomense.

O autor conclui, então, seguindo “o raciocínio de Janson”, que a formação dos artigos nos crioulos por ele estudados “pode ser satisfatoriamente explicada como um processo de mudança lingüística”, “que já se havia verificado de forma análoga na própria língua que forneceu a sua base lexical” (p. 68).

Lucchesi, após essas observações, passa então a analisar as ocorrências de artigos em CCV, considerando textos de São Vicente, uma narrativa de um conto popular feita por um informante de São Vicente, estudante universitário e residente em Portugal desde 1985, Brava, textos orais retirados do artigo “The creole of the island of Brava”, de Deirdre Meintel, não sendo fornecidos mais detalhes sobre esses textos, e seus informantes, por Lucchesi, e Santiago, sendo dois textos orais, uma “profecia” e um de tema livre, conseguidos com duas informantes oriundas de Santiago, da freguesia de Santa Catarina, analfabetas, empregadas domésticas, tendo a primeira 84/85 anos e residindo em Portugal desde 1981, e a segunda 31 anos, analfabeta, residindo em Portugal desde 1984. Após analisar cada um dos textos individualmente, tecendo comentários sobre eles, o autor chega às seguintes conclusões comuns a todos os textos, nas p. 72 e 73:

- não encontrou “nenhum dispositivo especial para marcar a distinção específico/não específico”;

- o artigo indefinido un é utilizado para “marcar os SN’s específicos não conhecidos pelo ouvinte, tipicamente primeira menção de SN específico”;

- é bastante irregular o uso de kel como artigo definido, “predominando a sua ausência. O seu uso é pois, mais determinado por fatores discursivos e/ou estilísticos, do que por alguma regra gramatical”;

- kel foi utilizado tanto em SN’s de referência específica, tanto em SN’s de referência não específica; un também foi verificado em SN’s específicos e não específicos. O autor comenta que esses fatos podem ser analisados como “um indício de descrioulização”.

Em seguida, o autor analisou, individualmente, dois contos populares, proferidos por duas informantes de São Tomé, com 42 e 43 anos, ambas professoras primárias e residentes em Portugal desde 1989, chegando às seguintes conclusões (p. 73 a 75):

- a distinção específico/não específico também não é estabelecida por nenhuma marca nesse crioulo;

- ausência de artigos em SN’s não específicos;

- “um alto índice de regularidade no uso do artigo indefinido para a marcação dos SN’s específicos não pressupostos”, “tipicamente primeira menção de SN específico”;

- enfraquecimento semântico do pronome demonstrativo *se*, que funcionou, em alguns casos, como artigo definido, sendo, porém, posposto ao nome, o que seria “influência das línguas de substrato, bini (da família das línguas kwa) e kishikongo (das línguas bântu)”, diferentemente do CCV, “que tem sempre os determinantes à esquerda do nome”;

- uso irregular do artigo definido em SN’s específicos pressupostos pelo ouvinte, ou referenciais específicos, de acordo com os conceitos até então propostos nesta Dissertação, a ponto de, no segundo texto, não haver nenhuma ocorrência dessa natureza, o que reforçaria, segundo o autor, a tese de Ferraz sobre a não existência de artigo definido em ST;

Após a análise de todos esses textos, nos dois crioulos, Lucchesi (1994a) chega a algumas conclusões:

1º) o sistema proposto por Bickerton, “no qual se destaca a distinção específico/não específico claramente marcada nas línguas crioulas, não se mostra adequado à explicação dos artigos” (p. 75) nos dois crioulos estudados por ele. Há situações de “superposição e ambigüidade” entre os níveis de referência propostos por Bickerton, ou seja, não há distinção quanto ao uso de artigos, ou sua supressão, para SN’s específicos e SN’s não específicos;

2º) “só os SN’s específicos não pressupostos contaram com a presença regular do artigo indefinido; tanto os SN’s não específicos como os SN’s específicos pressupostos não apresentaram uma marca regular, predominando a ausência do artigo nesses SN’s” (p. 76), ou seja, SN’s referenciais (+e) (+F) (-O) possuem regularidade quanto ao uso do artigo indefinido, porém, SN’s referenciais (+e) (+F) (+O) e (-e) (-F) (-O) e SN’s não referenciais (-e) (-F) (-O) não possuem regularidade quanto ao uso ou supressão de artigos;

3º) acredita que a análise de Janson sobre a influência das línguas lexificadoras é pertinente para explicar o uso de artigos nos crioulos, segundo a qual o numeral *un* passa a fazer o papel de artigo indefinido e um demonstrativo o de artigo definido; porém ressalta que essa análise apresenta algumas lacunas: “não explicar a diferença entre a utilização do

demonstrativo como artigo nas línguas românicas e nos crioulos” e “o uso irregular do artigo definido”(p. 76);

4º) afirma que o sistema de referência nos crioulos utiliza uma única forma, o artigo indefinido, cabendo ao artigo definido um papel secundário, servindo, ou para dar ênfase ao SN indefinido já mencionado, funcionando como marca estilística, “ou para reforçar a noção de ‘definição’, já previamente fornecida pela coesão textual”, o que explicaria seu uso bastante irregular (p.77); sugere que nos dois crioulos estudados “todas as funções relativas ao sistema de referência de SN são desempenhadas de forma regular, gramatical por uma única partícula, o artigo indefinido” devido à “influência das línguas de substrato” (p. 78), não, explicando, todavia, quais são essas línguas;

5º) para Lucchesi, o uso do artigo indefinido oferece as seguintes informações: “trata-se de um SN específico na medida em que o artigo indefinido destaca um (uns) indivíduos(s) dos demais da sua espécie”; “a presença do artigo indefinido também informa ao ouvinte que esse SN não faz parte do seu conhecimento prévio; carrega, pois, nesse momento, a noção gramatical de ‘indefinição’”; “a informação dada pelo artigo definido não se esgota nessa primeira menção do SN, estende-se também às menções ulteriores desse SN, pois a condição de SN específico pressuposto – i. e., a noção de ‘definição’ – é fornecida cataforicamente a partir da presença do artigo indefinido em sua primeira menção” (p. 77);

6º) “o artigo definido, diferentemente do artigo indefinido, não faz parte do núcleo da gramática da língua crioula. E, como tal, está sujeito a uma gama maior de variação de uso, podendo inclusive ser utilizado junto aos SN’s não específicos” (p. 77);

7º) indica que “o abandono do uso do artigo definido pode ser visto como a eliminação – ao nível do núcleo da gramática – de uma redundância, na medida em que a informação que ele aporta já é fornecida contextualmente pelo artigo indefinido” (p. 79).

Como pode ser verificado nesse resumo, o artigo escrito por Lucchesi é de extrema importância para esta Dissertação, pois oferece possibilidades de análises diferentes daquelas verificadas no Sistema de Artigos verificado em Bickerton (1981). Assim, as sugestões de Lucchesi serão muito importantes para a busca de respostas quanto à referenciação em CCVS, pois apresenta a possibilidade de ser verificada a falta de regularidade quanto ao uso do artigo definido, ou sua ausência, em SN’s específicos

pressupostos e não específicos, prevalecendo a ausência desse artigo. Além disso, Lucchesi propõe que a não utilização do artigo definido pode ser uma maneira de eliminar a redundância pois, segundo ele, a noção de definitude já está embutida no artigo indefinido mencionado anteriormente no discurso. Essa “eliminação de redundância”, se comprovada, estará de acordo com o “Princípio da Parcimônia”, de Pereira (1992), que será apresentado posteriormente.

4.1.6 Definitude e palavras fóricas

Para Neves (2006:86), “falar de referenciação textual implica falar de definitude”, “uma categoria que claramente pertence ao âmbito do discurso”. A autora pondera que “entidades da língua que são referenciadores textuais, como por exemplo, os artigos e alguns pronomes, têm de ser avaliadas no campo da definitude, o mesmo ocorrendo com sintagmas nominais fóricos”.

Tanto o artigo definido como os pronomes demonstrativos são pronominais, de acordo com Neves (2000:389), pois “têm a função particular de fazer referenciação, sem, entretanto, nomear ou denominar como os substantivos”. Dessa forma, tanto os artigos definidos como os pronomes demonstrativos são palavras fóricas, pois “remetem a algum outro elemento” do discurso, tendo como função, portanto, a remissão textual, na qual “o falante usa constantemente termos que fazem referência a outros termos do próprio texto para assim tecer a “teia” do texto” (p. 390).

Essas palavras que fazem referenciação textual são denominadas **endofóricas**, pois “fazem referência a elementos que estão dentro do texto”. “Quando a referência é feita a algum elemento que está na porção anterior do texto, ocorre a anáfora”, cuja função é “recuperar semanticamente um elemento que já estava no texto, com todas as informações de que ele já se revestia”. “Quando a referência aponta para a frente no texto, ocorre a catáfora”, cuja função é “sinalizar um termo que ainda vai aparecer no texto” (p. 390). Como os exemplos abaixo, anáfora e catáfora respectivamente:

(21) *Quero comer catchupa: a comida mais gostosa de Cabo Verde*²⁸.

(22) *O dinheiro é todo meu, que ela roubou.*²⁹

Neves (2006:92) pondera que “quando o referente determinado – uma terceira pessoa – já foi introduzido no discurso, o falante frequentemente o reapresenta, em outros pontos do enunciado, como elemento ‘dado’, e não apenas como elemento ‘conhecido’, e, assim, o termo que se refere a ele, além de implicar referenciação, implica correferenciação. Nesse caso, há a correferência absoluta, com identidade total entre o antecedente e a anáfora”, designada por Neves (2000:392) como **referência direta**, como é o caso do exemplo (21).

Neves (2006:114:115) também cita a **recategorização**, que ocorre quando um elemento já foi nomeado, ou categorizado, e posteriormente, sofre uma renomeação. Assim, a recategorização “representa uma operação sobre a própria categorização inicial”, e, nesse sentido, pode-se considerar que a recategorização é um tipo especial de correferenciação, pois implica em uma relação direta entre o antecedente e a anáfora, apesar de a autora não deixar essa questão clara. A seguir, um exemplo³⁰ de recategorização:

(23) *Estou procurando um remédio para o meu filho. O menino está doente!*

Existe, também, “um tipo particular de anáfora nominal não-correferencial”, denominada por Neves (2006:106) como **anáfora associativa**. “Com ela, introduz-se como conhecido um referente que ainda não foi explicitamente mencionado no contexto anterior, mas que pode ser identificado com base em informação introduzida previamente no universo de discurso, configurada em um outro referente disponível no contexto”, designada por Neves (2000:392) como **referência indireta**, ou **associada**, como por exemplo:

(24) *A igreja estava lotada: cheguei uma hora antes da missa e os fiéis já estavam lá.*

1

²⁸ Exemplo de minha autoria.

²⁹ Exemplo retirado de Neves (2000:392).

³⁰ Os exemplos de 23 a 26 são de minha autoria.

Para Neves (2006:108), a anáfora associativa é diferente da correferência “em muitos pontos”, e, citando Charolles, afirma que “o sintagma nominal anafórico associativo, diferentemente do correferencial, é ‘novo’, isto é, até a sua ocorrência a entidade não tinha sido mencionada, e, conseqüentemente, não era parte do conjunto de entidades já introduzidas no modelo do discurso”, concluindo que a anáfora associativa “cria um referente textual” a partir de um referente já existente no discurso, o qual Hawkins denomina **gatilho**, ou **detonador**, segundo a autora, pois provocará associações que desencadearão a anáfora associativa. A saber, é “a introdução de um referente novo por uma expressão definida”, ou, para Charolles, citado pela autora, “é o discurso que, apresentando uma expressão definida em seguida a uma expressão antecedente, impõe a relação associativa e conduz à interpretação da expressão anafórica como associada a uma parte do antecedente” (p. 109).

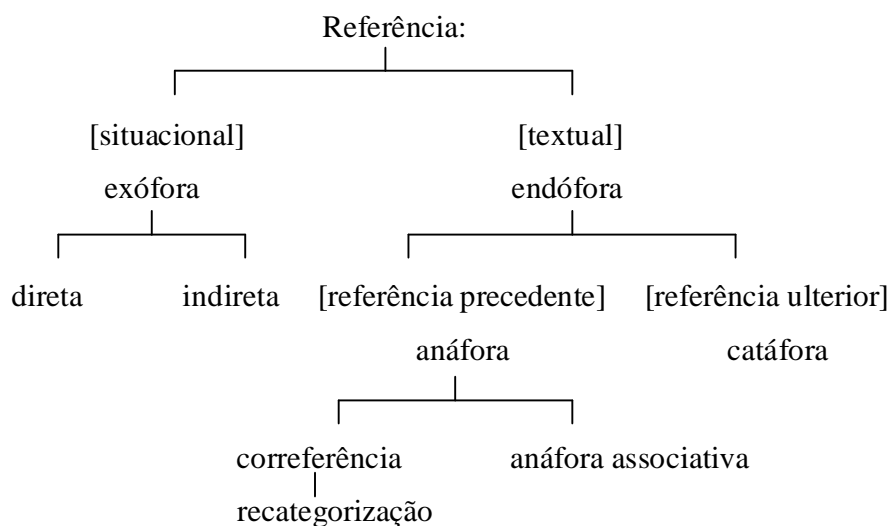
De acordo com Neves (2006:112:113), para alguns estudiosos, como Kleiber e Conte, “o elemento anafórico associativo é necessariamente um sintagma com artigo definido”, “que carrega a pressuposição de unicidade existencial”. Para outros, como Aphothéloz e Reichler-Béguelin, tal anáfora também poderá ser um sintagma pronome demonstrativo.

Um outro tipo de referência é a **referência situacional**, ou **exófora**, “obtida no contexto extralingüístico”, que pode ser **direta**, na qual “o falante se refere a um elemento presente na situação da enunciação”, ou **indireta**, que “depende exclusivamente do conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte”, apesar de a entidade a que se faz referência não se encontrar na “situação de fala” (p. 391), como nos exemplos abaixo, respectivamente:

(25) O telefone está tocando!

(26) Você teve que esperar muito tempo no aeroporto para embarcar?

Sintetizando essas questões, Halliday e Hasan (1976:33) afirmam que os itens referenciais podem ser exofóricos ou endofóricos: quando endofóricos podem ser anafóricos ou catafóricos, propondo o seguinte esquema (livremente adaptado para esta Dissertação, inserindo-se conceitos extraídos de Neves (2000 e 2006)):



São importantes essas questões para a análise que será empreendida nesta Dissertação, pois, como já mencionado, em CCV, cogita-se que os pronomes demonstrativos *kel/kes* funcionam, também, como artigos definidos, assim como será resgatado e aprofundado posteriormente esse assunto. Dessa forma, pretende-se verificar como ocorre o SN anafórico em CCVS, tanto do tipo correferencial como associativo: o nome, nesses sintagmas, seria sempre precedido por *kel/kes*, havendo uma regularidade do uso dessas formas nesses tipos de SN's, ou outras formas seriam permitidas, como o pronome demonstrativo *es*, ou \emptyset ?

Seria interessante verificar, em estudos posteriores, se haveria diferença quanto ao uso desses definidos/demonstrativos, *kel/kes*, em outros tipos de SN's referenciais – exófora, direta e indireta, ou endófora, catáfora, em relação aos SN's anafóricos? Assim, em quais desses tipos referenciais seria permitido o uso de \emptyset pelos falantes?

4.1.7 Definitude e indefinitude

De acordo com Neves (2006:86),

“a referenciação observada na teia do texto se liga a um jogo entre entidades definidas e entidades indefinidas, jogo que os interlocutores manipulam dentro da negociação em que se constitui o estabelecimento do universo do discurso”.

Neves (2006:122), citando Givón (1984:398), quando o autor faz diferença entre “definite” e “having exact reference”, afirma que “ser definido” não é o mesmo que “ter referência exata”, já que a definitude é determinada no contrato comunicativo, entre falante e ouvinte, que assumem conhecimentos por via de pressuposições”. Assim, para o autor, a referencialidade é essencialmente semântica e a definitude discursivo-pragmática.

Assim, para Givón (1984:399), um **referencial** é **definido** quando o falante assume que, para o ouvinte, a identidade referencial de uma entidade é única; já um **referencial** é **indefinido** quando o falante não assume que o ouvinte atribui uma única identidade referencial a um elemento. Nesse sentido, definitude e indefinitude estão relacionadas pragmaticamente ao ouvinte, como afirma o autor na p. 419: “definiteness/indefiniteness is a **hearer-related** pragmatic feature”.

Essa identidade única, atribuída a um referencial definido, pode estar acessível, segundo Givón (1984:401), no contexto dêitico imediato, exofórico ou endofórico, ou no arquivo permanente de (O). No segundo, ainda de acordo com Givón (1984:399:400), são consideradas únicas entidades físicas como o sol, a lua, etc, entidades de natureza espiritual, política, artística, festiva, nomes próprios de pessoas (antropônimos), ou de lugares (topônimos), partes do todo como a janela, a cabeça, etc, entidades determinadas únicas por considerações culturais como mãe, pai, etc.

Neves (2006:122) explica a escala linear proposta por Givón (1984:407), demonstrando que, “do ponto de vista da codificação morfossintática”, é possível “observar a existência de uma gradação” entre definido, referencial indefinido, não-referencial indefinido e genérico, como pode ser observado abaixo:

definido > referencial indefinido > não-referencial indefinido > genérico

Givón (1984:407), porém, propõe uma reformulação dessa escala em forma de espiral, ou “aro helicoidal”, “pois há línguas que utilizam a mesma marca para indicar duas dessas categorias, criando-se intersecções” (NEVES:2006:122), como é o caso do Português que admite utilização de artigos definidos em SN’s definidos e genéricos, por exemplo.

Givón (1984:408) afirma que é prematuro sugerir uma tipologia para codificar definitude e referencialidade, citando exemplos que constatem essa afirmação, sendo demonstrados alguns abaixo:

- em Newari, a codificação não é diferenciada morfologicamente, pois é perfeitamente possível dispensar, nessa língua, qualquer forma para marcar definido, referencial indefinido, não referencial e genérico (p. 408);
- em Mandarim, a codificação da definitude ocorre a partir da ordem das palavras (p. 408 e 409);
- em Ute, a topicalidade é codificada a partir da ordem das palavras, havendo relação entre topicalidade e definitude, sendo o SN definido um tópico mais contínuo, e o SN indefinido um tópico que não pode ser previsto antecipadamente (p. 409);

Um outro exemplo apresentado por Givón (1984) está relacionado ao HCE, sendo de grande interesse para esta Dissertação, pois, como já visto, Bickerton (1981) parte da análise desse crioulo para sugerir o Sistema de Artigos, o qual é firmado na distinção específico/não específico, que virtualmente ocorreria em todos os crioulos.

Givón (1984:410:411) se baseia nesse Sistema proposto por Bickerton para apresentar a seguinte proposta: em todas as línguas crioulas, assim como em muitas línguas não crioulas, encontra-se uma marcação do sistema morfológico quanto à definitude e referencialidade, baseado em três distinções entre definido, referencial indefinido e não referencial, com sujeitos genéricos podendo apresentar marcas de não referencialidade ou definitude, da seguinte forma no HCE:

- 1 – definido = *da* ('the');
- 2 – referencial indefinido = *wan* ('one');
- 3 – não referencial = \emptyset (zero).

O autor pondera que o uso do contraste entre o numeral 'um' e zero para codificar referencial indefinido e não referencial, respectivamente, é também encontrado em línguas como o Hebraico, Turco, Mandarim, Alemão, etc. Porém, esse sistema é mais consistente "no crioulo", em termos de unificação dessas marcas para sujeitos, objetos e predicativos e em termos de permanência nas escalas linear e em espiral, propostas por ele.

Uma primeira observação a ser feita sobre essa proposta de Givón (1984) diz respeito à utilização do numeral 'um' como marcador de referencial indefinido: está de acordo com a sugestão de Janson, apresentada e corroborada por Lucchesi (1994a), segundo a qual, a partir da língua lexificadora, o numeral 'um' teria se modificado, passando a atuar como artigo indefinido nos crioulos analisados por eles.

A afirmação de Givón (1984) de que, nos crioulos, os SN's genéricos podem conter marcas de definitude ou de não referencialidade, prevista na escala em espiral proposta por ele, mencionada anteriormente, não está de acordo com a proposta de Bickerton (1981), para quem SN's genéricos apresentarão a marca zero, indicando ser um SN não específico e, não referencial. Todavia, essa asserção se aproxima da proposta de Lucchesi (1994a), para quem não há regularidade quanto ao uso do artigo definido em SN's específicos pressupostos, bem como quanto à ausência de artigos em SN's não específicos, como é o caso dos SN's genéricos. Assim, segundo Lucchesi, esses dois tipos de SN's podem ser precedidos de artigo definido ou não, prevalecendo a sua ausência.

A proposta de Givón estabelece a oposição referencial/não referencial, diferentemente da de Bickerton, cuja oposição se faz a partir da dicotomia específico/não específico. Assim, para Bickerton, como já mencionado, SN's não específicos correspondem a SN's genéricos, SN's com asserção negativa, SN's com referentes desconhecidos ou irrelevantes para (F). Já para Givón (1984:389),

"in human language non-referentiality may also involve **individuals** rather than the entire group. Further, non-referentiality may also involve reference to neither individuals nor the entire group, but rather the **attributive** use of a nominal argument",

como nos exemplos abaixo³¹:

(27) *As árvores são essenciais para a nossa sobrevivência. (SN não referencial genérico).*

(28) *Eu estou vendo um menino. (SN não referencial individual).*

(29) *Ezequiel é um contabilista. (SN não referencial atributivo).*

Como foi sugerido por Givón (1984), existem **SN's não referenciais indefinidos** e **referenciais indefinidos**, esquematizados nas escalas linear e em espiral, citadas anteriormente. O exemplo (28), **SN não referencial individual**, levando-se em conta essas escalas, seria também caracterizado como **não referencial indefinido**. De acordo com as propostas de Dik (1997), Neves (2000) e Bickerton (1981), foi apresentada neste trabalho uma outra proposta, caracterizando esse tipo de SN como SN com **referência não específica**. Mas, independentemente da denominação, tanto na proposta de Bickerton (1981), como na de Givón (1984), essa qualidade de SN não apresentará artigo nas línguas crioulas: ou melhor, apresentará Ø, indicando (-F) (-O), como proposto acima.

Givón (1984) denomina **SN com referencial indefinido** o que foi chamado nesta Dissertação de **SN com referência específica**, de acordo com as propostas mencionadas no parágrafo anterior, indicando (+F) (-O): de acordo com ambas as propostas, de Bickerton (1981) e Givón (1984), SN's com essas características apresentarão artigos indefinidos.

Assim, pode-se afirmar que a proposta de Givón (1984) se aproxima daquela apresentada por Bickerton (1981), na qual foi baseada, pois prevê o uso de artigos definidos, o qual implicará referencialidade e especificidade aos SN's (excluindo-se os genéricos), indicando que a informação contida neles já é conhecida por (F) e (O), como também, o uso de artigos indefinidos, que, segundo o autor, são "referenciais indefinidos", indicando especificidade, mas não pressuposição, pois sugerem que os SN's dos quais fazem parte ainda não foram proferidos, sendo conhecidos por (F), mas não por (O).

¹ _____
³¹ De minha autoria.

Um outro ponto convergente, é que, assim como a proposta de Bickerton (1981), a de Givón (1984) também prevê o uso da marca \emptyset , nos crioulos, em SN's não referenciais, com exceção de SN's genéricos, de acordo com o que já foi comentado.

É importante salientar que Givón (1984) destaca a necessidade de se analisar os SN's contendo as três marcas sugeridas por ele, definidos, referenciais indefinidos e não referenciais, assim como os genéricos, em diferentes posições: sujeito, objeto e predicativo, mostrando, a partir dos exemplos contidos nas p. 410 e 411, que independentemente das posições, esses SN's apresentarão uma regularidade em relação a essas marcas, como afirma o próprio autor na p. 411: "(...) the Creole coding system is the most consistent one attested, in terms of unifying the marking system for subjects, objects and predicates, and in terms of abiding by the predictions of the scale (34) and the hoop (35)".

Assim, um outro ponto a ser considerado na análise do corpus desta Dissertação é se, em CCVS, também aparecerá essa regularidade, ou seja, SN's com referência específica (+F) (+O), com referência específica (+F) (-O), com referência não específica (-F) (-O) e não referenciais (-F) (-O), apresentarão sempre as mesmas marcas, artigo definido no primeiro caso, indefinido no segundo, e \emptyset no terceiro e quarto, independentemente se forem sujeitos, objetos ou predicativos?

Além disso, quanto aos SN's genéricos, apresentarão em CCVS artigos definidos ou \emptyset , indiscriminadamente, como propõe Givón (1984), ou apenas \emptyset , assim como os outros SN's não referenciais, como sugere Bickerton (1981)?

4.1.7.1 Artigos definidos, indefinidos e pronomes demonstrativos

Para Neves (2000), "os indefinidos, por princípio, são não-fóricos, isto é, não constituem itens com função de instruir a busca de recuperação semântica na situação ou no texto" (p. 511). Assim, os artigos indefinidos pertencem a essa categoria e são usados antepostos³² aos substantivos, "quando não se deseja apontar ou indicar a pessoa ou coisa a que se faz referência, nem na situação nem no texto. Assim, o **sintagma nominal** com **artigo indefinido** apresenta uma pessoa ou coisa simplesmente por referência à classe

1 _____
³² Tanto em Português como em CCV.

particular à qual ela pertence, ou seja, apresenta-a como elemento de uma classe” (p. 513), “destacando um ou mais indivíduos dentre todos os indivíduos da classe ou espécie” (p. 515), porém, afirmando-se a indeterminação, e não a singularidade (como é o caso do numeral um), tendo como emprego bem característico a introdução, no texto, de um referente que, na seqüência, poderá ser referenciado por qualquer das palavras **fóricas**, especialmente pelo **artigo definido**” (p. 514), cuja função, quando utilizado no singular, é particularizar “um indivíduo dentre os demais indivíduos da espécie” (p. 393) . Por exemplo³³:

(30) *Estamos procurando **um balconista** que está nos esperando. **O balconista** se chama João.*

Neves (2000:513) também afirma que o artigo indefinido, em Português³⁴, “tem, freqüentemente, um uso **não-referencial**, aplicando-se a todo e qualquer membro da classe, grupo ou tipo que é descrito pelo **sintagma**, o que constitui uma generalização”. Exemplo:

(31) ***Um amigo** a gente nunca esquece.*

Em certos casos, “fica muito bem caracterizado que o **substantivo** que o **artigo** acompanha indica uma classe, não um indivíduo” (p. 513). Exemplo:

(32) ***Um gato** é um animal muito traiçoeiro.*

Neves (2000:515) pondera que, para se falar de um grupo como um todo, o uso do artigo indefinido não constitui a única maneira: pode-se, também, utilizar “o **substantivo** no **plural** não acompanhado de **determinante**”, “o **substantivo** no **plural** acompanhado de **artigo definido**” ou “o **substantivo** no **singular** acompanhado de **artigo definido**”. Serão demonstrados exemplos que constatem essas afirmações, respectivamente, na ordem em que foram apresentadas as explicações da autora:

1

³³ De 30 a 45, todos os exemplos são de minha autoria.

³⁴ Quando for citado o trabalho de Neves (2000), quanto ao uso dos artigos definido e indefinido e dos pronomes demonstrativos, deve-se lembrar que se trata da utilização dessas formas em Português.

(33) *Peixes são mal utilizados em alguns países.*

(34) *Os peixes são mal utilizados em alguns países.*

(35) *A universidade precisa continuar incentivando a pesquisa.*

Ainda, de acordo com Neves (2000:517), “os **substantivos** que designam coisas únicas, dentro de um determinado universo de discurso consensual entre falante e ouvinte, e que, portanto constituem denominações específicas, se empregam comumente com **artigo definido**”, podendo “construir-se com o **artigo indefinido** quando alguma característica circunscrita espacial ou temporalmente está sendo indicada pelo uso de um **modificador**, ou **qualificador**”, como por exemplo:

(36) *A lua está linda hoje.*

(37) *Uma lua especialmente brilhante apareceu para nos alegrar.*

Aqui um ponto significativo a ser verificado, em trabalhos posteriores, em CCVS: a presença de um modificador, ou qualificador, também modificaria o artigo utilizado, ou seja, um SN referencial definido seria substituído por um SN referencial indefinido (+e) na presença de um modificador, ou qualificador?

Quando um objeto “não é único, mas a referência é feita como se ele fosse único”, também será utilizado o artigo definido, assim como na transformação de um “**nome classificador** em um **nome identificador**” (Neves:2000:394), assim como pode ser visto, respectivamente, nos exemplos abaixo:

(38) *Quebrou o pé e ficou sem poder trabalhar durante alguns meses.*

(39) *Ouviu um choro e ficou emocionado. / Ouviu o choro e ficou emocionado.*

Quanto ao uso do artigo indefinido em **SN sujeito**, Neves (2000:518:519) afirma que, sua natureza genérica (“não específica”) ou não genérica (“específica”) depende do verbo utilizado: “genérico ou de estado relativo”, no primeiro caso, e “não genérico”, no segundo, como nos seguintes exemplos, respectivamente:

(40) *Um produto estrangeiro não é superior a um produto brasileiro.*

(41) *Uma bola rolou ladeira abaixo.*

De acordo com as denominações já verificadas neste trabalho, o exemplo (40) seria caracterizado como não factual, ou não referencial de asserção negativa, e o (41) factual, ou referencial indefinido (+e).

Seria importante notar, em trabalhos posteriores, se, em CCVS, os verbos de estado, ou “não dinâmicos”, segundo Neves (2000:26), como ser, estar, parecer, permanecer, existir, também determinariam a não especificidade do SN indefinido na posição de sujeito.

Em **SN predicativo**, o artigo indefinido terá, segundo a autora, um uso **não-referencial** se for utilizado como **atributo do sujeito**, e **referencial** se fizer alusão “a um indivíduo pertencente a uma classe particular” (NEVES:2000:519:520), como nos exemplos a seguir, respectivamente:

(42) *João é um lorde.*

(43) *João é um pesquisador renomado.*

Como foi visto anteriormente, Givón (1984) denomina de não referencial atributivo o SN predicativo que Neves (2000) designa como referencial, cujo exemplo é (41). Segundo a autora, nesse tipo de SN “estabelece-se uma predicação eqüitativa”, como no exemplo: *João = pesquisador renomado*, justificando, indiretamente, a referencialidade de SN’s com essa natureza.

Será importante verificar como ocorrem SN's predicativos em CCVS, já que, de acordo com Bickerton (1981) e Givón (1984), nos crioulos, SN's não referenciais, ou não específicos, terão a marca zero, e os referenciais, ou específicos apresentarão artigos.

De acordo com Neves (2000:524), artigos indefinidos são utilizados antes de nomes de pessoas que podem ser consideradas muito importantes nas áreas em que atuaram, assim como antes de sobrenomes de artistas para indicar “referência a uma obra sua” (p. 525). Nomes de lugares que venham modificados ou qualificados também podem ser precedidos desse tipo de artigo, assim como nomes de instituições, marcas de produtos, designações de datas, dias da semana, meses do ano, etc.

Uma outra questão levantada por Neves (2000:396:397) é quanto ao uso de um artigo definido “junto de **substantivo** apresentado pelo falante como referente a algo ou alguém que o leitor ou o ouvinte (...) sabe exatamente quem é, ou o que é”. Segundo a autora, “nesses casos, o **artigo definido** corresponde, no geral, a um **demonstrativo** (quer a referência seja **situacional** quer seja **textual**)”. Já Bechara (2006:161), afirma que “no estilo familiar e animado, emprega-se o demonstrativo com o valor de artigo definido”, apresentando os seguintes exemplos:

(44) **Esse** João é das arábias!

(45) **Aquela** Maria tem cada idéia!

Levando-se em conta que em CCV, como já mencionado, os pronomes demonstrativos *kel/kes* hipoteticamente poderiam funcionar como artigos definidos, e os SN's contendo artigos definidos nas línguas crioulas, de acordo com Bickerton (1981) e Givón (1984) são SN's referenciais (+e), de acordo com o que foi demonstrado anteriormente neste trabalho, observando a caracterização descrita acima, é possível perceber que em SN's dessa natureza, há uma semelhança entre o que ocorre em Português e em CCV, teoricamente. É preciso agora verificar se esse fato se confirma em CCVS, o que será feito no próximo capítulo, a partir da observação de Gramáticas do CCV, como também será verificado na “Análise dos Dados”.

Como mencionado anteriormente, os pronomes demonstrativos, podem ter um uso endofórico ou exóforico. No primeiro caso, são utilizados como referenciadores textuais e poderão ter um uso anafórico ou catafórico, de acordo com as definições já expostas anteriormente.

No segundo caso, a referência é feita à situação, e “cada uma das três formas de **pronomes demonstrativos** variáveis – **ESTE, ESSE, AQUELE** -, se refere em especial a uma das três pessoas gramaticais” (NEVES:2000:498:499): o primeiro, mais diretamente a (F) (1ª pessoa), o segundo a (O) (2ª pessoa), e o terceiro “a algo ou alguém que não constitui pessoa do discurso” (p. 501). De acordo com a autora, “essa relação com as pessoas do discurso fica bem evidente nas construções em que o demonstrativo co-ocorre com um dos três **advérbios pronominais** de lugar, como **aqui, aí e lá**” (p. 499). No caso de aquele, o demonstrativo que realmente é importante para este trabalho, pois teria dado origem a *kel/kes* do CCV, como será verificado posteriormente, a referência “pode remeter a algo que esteja na própria situação de fala, mas nunca indica proximidade das pessoas do discurso (o lugar é **LÁ, ALI**)” (p. 501).

4.2 *Princípio da Parcimônia, Transcategorização e Teoria da Variação*

Este tópico tem como objetivo fazer um paralelo entre três teorias: “Princípio da Parcimônia”, “Transcategorização”, e “Teoria da Variação”. Será verificada a aplicabilidade dessas teorias em relação à utilização de artigos em CCVS.

4.2.1 Princípio da Parcimônia, Lei do Mínimo, Transcategorização e Gramaticalização

Uma das vertentes do “Princípio da Parcimônia”, segundo Pereira (1992:141), é a possibilidade de se fazer muito com pouco, subjacente às línguas naturais, ou seja, é possível “gerar um número ilimitado de expressões lingüísticas”, “com um número limitado de unidades”, incluindo-se aí “uma das formas mais óbvias de materialização da parcimônia: a multifuncionalidade lexical”.

Nessa mesma linha, Quint (2000:321) afirma que uma das características do CCVS, o qual o autor denomina Crioulo Badiu, como já verificado anteriormente, é a economia,

traduzida pela lei do mínimo, proposta pelo autor: “produire lê maximum de sens avec le minimum d’éléments, em supprimant lês redundances du signifiant et du signifié”. Segundo o autor, essa lei se refere à morfologia, no léxico e na sintaxe do CCVS. Assim, os pronomes demonstrativos *kel/kes*, do CCV, que, como já mencionado, teoricamente possuiriam, também, a função de artigo definido em CCVS, poderiam exemplificar a “Lei do Mínimo” ou o “Princípio da Parcimônia”.

Antes de ser demonstrada uma segunda vertente desse princípio, de acordo com Pereira (1992), é necessário trazer à tona um outro conceito, proposto por Robert (2003), que talvez possa explicar a “multifuncionalidade lexical” e, conseqüentemente, as diferentes funções de *kel/kes* em CCV: a transcategorização.

A transcategorização, para Robert (2003:10), é uma “gramaticalização sincrônica”. Segundo Neves (2006), entende-se por gramaticalização “o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (p. 20), citando Hopper e Traugott.

De acordo com Castilho (1997:31), gramaticalização é “o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como conseqüência de uma cristalização extrema”.

Um outro ponto a respeito da gramaticalização, levantado por Castilho (1997:28), refere-se à sincronia e diacronia: fazendo uma leitura de Meillet, o autor comenta que “por gramaticalização se pode entender tanto um processo diacrônico, isto é, a derivação de usos “acessórios” e “gramaticais” de um uso “principal”, quanto um processo sincrônico, isto é, a convivência dos usos assim constituídos num mesmo recorte de tempo.

Entretanto, para Robert (2003:9:10), falar de sincronia em gramaticalização é paradoxal, pois gramaticalização implica em processo diacrônico. Porém, segundo a autora, de fato, mudanças de categorias sintáticas ocorrem também em sincronia, correspondendo a um funcionamento regular no sistema da língua.

Para Robert (2003:10), essas mudanças em sincronia permitem observar uma mesma unidade apresentando uma flexibilidade sintática e semântica, sendo empregada em diferentes categorias.

Todavia, segundo a autora (p. 256), nem todas as línguas apresentam a mesma atitude, nem a mesma propensão à transcategorização: algumas são maciçamente transcategoriais, outras, pontualmente. Para ela, p. 257, as línguas isolantes são maciçamente transcategoriais, as línguas flexionais são pontualmente transcategoriais, e as línguas aglutinantes apresentam liberdade morfossintática das marcas gramaticais.

Nesse sentido, ela afirma ser possível distinguir três tipos de funcionamentos transcategoriais, correspondendo a três tipos de estratégias morfossintáticas dos sistemas lingüísticos:

1º) nas línguas flexionais, a transcategorização é orientada, correspondendo, as mudanças de categoria, ao esquema clássico da gramaticalização (passagem de uma categoria a uma outra), sendo muito limitada e geralmente restrita a certos tipos de passagens e de categorias, existindo poucos morfemas polifuncionais;

2º) nas línguas isolantes, a transcategorização é genérica, maciça, coexistindo em sincronia o emprego de um mesmo radical em diferentes categorias, que serão assinaladas no discurso;

3º) nas línguas aglutinantes, a transcategorização é funcional, ocorrendo dissociação entre funções semânticas e sintáticas, ou seja, distribuição de diversas funções (papéis semânticos versus sintáticos) dentro das diferentes partes do discurso.

A autora cita, na conclusão, p. 268 a 270, a importância do papel desempenhado pelo grau de liberdade morfossintática das regras gramaticais dentro da competência de uma língua quanto à transcategorização. Também, que o exame da transcategorização em diferentes línguas revelou a estratégia de economia de seus sistemas: menos marcas, mais combinações, mais marcas, menos composição.

Levando-se em conta as considerações a respeito de transcategorização e gramaticalização³⁵ apresentados, pode-se pensar em dois conceitos provenientes da “Sociolingüística Variacionista”: variação e mudança, sendo o primeiro, de acordo com Tarallo (1985:35), a “situação lingüística em um determinado momento; sincronia”, e o segundo a “situação lingüística em vários momentos sincrônicos, avaliados longitudinalmente; diacronia”. Nesse sentido, os fenômenos relacionados à transcategorização contemplariam a variação, e aqueles relacionados à gramaticalização implicariam em mudança. Sabendo-se que toda mudança advém de um processo de variação, pode-se afirmar que a transcategorização é um processo anterior à gramaticalização. Todavia, é preciso lembrar que nem sempre a variação acarretará em mudança, mas toda mudança depende de um processo de variação (Tarallo:1985 e Fernández:1998). Assim, analogamente, o processo de transcategorização não necessariamente desencadearia em gramaticalização, mas, a ocorrência da gramaticalização dependeria de um processo anterior de transcategorização.

Castilho (1997) apresenta uma proposta importante referente aos “estágios da gramaticalização”, podendo ocorrer tanto em sincronia como em diacronia, como já visto, demonstrada a seguir:

1 – **sintaticização**, composta por *recategorização*, na qual uma classe de palavras migra para outra classe de palavras, e *categorização funcional*, em que “categorias sintagmáticas recebem propriedades argumentais e de adjunção na sentença” (p.32);

2 – **morfologização**, “que é a criação de formas presas, sejam afixos flexionais, sejam afixos derivacionais” (p. 43);

3 – **redução fonológica**, em que “formas livres fundem-se com outras formas livres, transformando-se em formas presas, gramaticalizando-se como afixos” (p. 46);

4 – **estágio zero**, em que “um morfema tão trabalhosamente construído pode desaparecer, retomando-se o processo da capo, com o que uma nova expressão perifrástica fará sua aparição” (p. 46);

5 - **alteração semântica**, ocorrendo uma “perda do sentido original da forma sob transformação, desenvolvendo-se novos sentidos” (p. 47).

1

³⁵ Neste trabalho, a gramaticalização será entendida sempre como um processo diacrônico, de acordo com a proposta de Robert (2003).

Castilho (1997) explica a gramaticalização dos pronomes a partir da primeira fase demonstrada acima, sintaticização, especificamente pela característica de recategorização, pertencente a esse estágio.

Para ele, nas línguas naturais, os pronomes são “fundamentalmente dêiticos”, pois “aparentemente” essas línguas “organizam seu quadro pronominal privilegiando a codificação das pessoas do discurso e dos lugares ocupados por elas no espaço físico”, sendo os demonstrativos “basicamente pronomes definidos dêiticos, servindo para especificar o lugar ocupado por pessoas ou objetos. Eles fazem as vezes dos gestos, como aqui, aquele lá, etc., e ocupam no SN o lugar dos determinantes” (p. 36 e 37).

Para Bechara (2006:132), os pronomes demonstrativos, do ponto de vista semântico, indicam dêixis, “o apontar para”, ou seja, “estão habilitados como verdadeiros gestos verbais”, podendo “referir-se ao espaço, ao tempo (demonstrativos dêiticos espaciais e temporais) ou ao discurso (demonstrativo anafórico)” (p. 156). Enquanto dêiticos, são exofóricos, como anafóricos, são endofóricos, de acordo com o que foi explanado anteriormente.

De acordo com (Castilho:1997:37), no processo de gramaticalização, os pronomes “vão perdendo seu caráter dêitico, isto é, mostrativo, abstratizando-se esse valor, que se desloca para o da identificação do lugar no discurso, ou anáfora”. Continuando esse processo, os demonstrativos “podem transformar-se em Artigos³⁶, cliticizando-se ao N³⁷” “e reduzindo seu caráter anafórico”, pois, segundo ele, o artigo “fornece uma instrução muito genérica para a busca do referente do Nome que ele determina”.

Givón (1984:418:419) também comenta ser comum o desenvolvimento de demonstrativos, cuja “spatial deixis is bleached out”, tornando-se, não apenas artigos definidos, como também indefinidos: “Most commonly, it is the distant demonstrative that undergoes such a development, but it is possible to develop not only definite but also indefinite articles via this channel”. O autor comenta que o desenvolvimento do

1

³⁶ O autor não deixa claro que está se referindo ao artigo definido, mas é possível perceber que se refere a esse artigo a partir dos exemplos mencionados por ele: “Port. O homem, < Lat. Vulgar illu homine, Gr. hó ántropos”.

³⁷ N = nome.

demonstrativo “distal” ‘that’ (aquele), também ocorreu em Línguas Românicas, Alemão, Sherpa, Mandarim, dentre outras.

Para Bechara (2006:133), “a rigor”, os artigos definidos pertencem à classe dos demonstrativos, pois, segundo o autor, o “pronome o, perdido o seu valor essencialmente demonstrativo e posto antes de substantivo claro ou subentendido, expressão substantivada, inclusive oração, como adjunto, recebe o nome de artigo definido” (p. 137). Ao definir o artigo definido, p. 122, o autor também retoma essa questão: “chamam-se *artigo definido* ou simplesmente *artigo o, a, os, as* que se antepõem a substantivos, com reduzido valor semântico demonstrativo e com função precípua de adjunto desses substantivos”.

Assim, o funcionamento, em CCV, dos pronomes demonstrativos *kel/ke*, como artigos definidos, é perfeitamente explicável pelo processo de transcategorização, ou gramaticalização sincrônica, pois, parece ter ocorrido uma recategorização desses demonstrativos em artigos definidos sincronicamente, já que as duas formas coexistem nessa língua, como será verificado posteriormente.

Quint (2000:185) explica essa evolução do demonstrativo *kel*, e seu plural *kes*, os quais, segundo ele, adquiriram um valor de artigo definido: pode ser um prolongamento da evolução das Línguas Românicas, nas quais o demonstrativo ILLE latino, *aquele* em Português, originou o artigo definido em línguas neolatinas como: Francês *le*, Espanhol *el* e Português *o*. Assim, o demonstrativo *aquele(s)*, do Português, em CCV, tornou-se *kel/kes*, os quais adquiriram, além de sua função demonstrativa, a função de artigo definido. Essas explicações do autor serão retomadas no item 4.3.4 desta Dissertação.

Assim, com a explanação de Quint (2000), verificada acima, seria possível asseverar a ocorrência da recategorização em diacronia, no caso da transformação da forma latina para as formas das línguas neolatinas, e sincronia, no caso do CCV que apresentaria as mesmas formas, *kel/kes*, funcionando como pronomes demonstrativos e artigos definidos num mesmo espaço de tempo.

Então, é possível lançar a hipótese segundo a qual, em CCV, a transcategorização dos demonstrativos *kel/kes* tenha ido além da fase de sintaticização (recategorização), nos moldes apresentados por Castilho (1997), pois, como visto anteriormente, coexistindo com os artigos definidos *kel/kes*, existe o artigo zero (de acordo com a nomenclatura de Holm (1993)), como propõem Bickerton (1981), Lucchesi (1994a) e Givón (1984), podendo ser

apresentada a seguinte escala, baseada em Castilho (1997), que deverá ser comprovada nas análises que serão desenvolvidas neste trabalho:

Pron. Dem. Dêítico > Pron. Dem. Anafórico > Artigo > Estágio zero

Assim, para se chegar à comprovação dessa escala em CCVS, será necessário:

1º) comprovar a utilização dos pronomes demonstrativos *kel/kes* como artigos definidos, o que será feito a partir de observações de Gramáticas do CCV no próximo capítulo, e na análise do corpus, ou seja, sua transcategorização no estágio de sintaticização/recategorização;

2º) observar a ocorrência de *kel/kes* como artigos definidos e a ausência de artigos em SN's, o que será feito na apresentação de gramáticas do CCV, e na análise do corpus: se a ausência de artigos ocorrer apenas em SN's (-e), serão confirmadas as propostas de Bickerton (1981) e Givón (1984), mencionadas anteriormente; se a ausência de artigos também ocorrer em SN's referenciais (+e), será comprovada a proposta de Lucchesi (1994a) de que artigos definidos e \emptyset seriam utilizados de forma não sistematizada em CCV, fato que demonstraria a existência de duas variantes concorrentes: artigo definido e \emptyset .

É importante dizer que, se for constatada a presença de uma sistematização quanto ao uso de definidos em SN's (+e) e \emptyset em SN's (-e) estaremos diante de duas variáveis lingüísticas; já se for constatado que não há essa sistematização, podendo ser utilizados artigos definidos ou \emptyset em SN's (+e) ou (-e), indistintamente, estaremos diante de duas variantes lingüísticas, *kel/kes* e \emptyset .

Neste momento, para que se possa esclarecer essa proposta, é necessário trazer à tona alguns conceitos referentes à “Teoria da Variação Lingüística”, cujo idealizador foi William Labov, como *variação*, *variável* e *variante*.

De acordo com Fernández (1998:17), tecendo comentários sobre essa teoria, há ocasiões em que o uso de um elemento em lugar de outro do mesmo nível não supõe nenhum tipo de alteração semântica – utilizando-se um ou outro, diz-se o mesmo. É o que os sociolinguistas denominam *variação lingüística*, que pode ser encontrada “praticamente em todos os níveis da língua, desde o mais concreto (fonético-fonológico) ao mais amplo (discurso, por exemplo)” (p. 19). Quando se comprova que a variação lingüística está correlacionada a fatores de natureza social, fala-se de *variação sociolingüística* (p. 18).

Ainda segundo Fernández (1998:18), uma *variável lingüística* é um conjunto de expressões de um mesmo elemento e cada uma das manifestações ou expressões de uma variável recebe o nome de *variante* lingüística. De acordo com Monteiro (2000:59), comentando essa teoria, “duas ou mais formas distintas de se transmitir um conteúdo informativo constituem, pois, uma *variável* lingüística. As formas alternantes, que expressam a mesma coisa num mesmo contexto, são denominadas de *variantes lingüísticas*”. Tarallo (1985:8), também referindo-se a conceitos dessa teoria, afirma que “em toda comunidade de fala são freqüentes as formas lingüísticas em variação. (...) a essas formas de variação dá-se o nome de “variantes”. “Variantes lingüísticas” são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”.

Monteiro (2000:63), citando Dubois, faz distinção entre *variante livre* e *combinatória*: assim,

“se duas unidades lingüísticas figuram no mesmo ambiente e podem ser substituídas uma pela outra, sem que haja uma diferença no sentido referencial da palavra ou da frase, então as duas unidades estão em variação livre; se por outro lado, elas não se apresentam nunca no mesmo ambiente, diz-se que estão em distribuição complementar e são variantes combinatórias ou contextuais”.

Se for constatado que artigos definidos e \emptyset são variantes lingüísticas, será necessário verificar se são livres ou combinatórias, e se uma pode ser considerada de prestígio, “associada a um falante ou grupo social de *status* considerado superior” (Monteiro:2000:64) e outra estigmatizada, empregada “por falantes dos estratos mais baixos da população” (p. 65). Além disso, será necessário observar quais os “fatores

condicionadores” (Tarallo:1985:36), ou seja, quais contextos favorecem o aparecimento de uma e de outra variante.

Vale ressaltar, também, que as duas variantes em questão, *kel/kes*, como artigos definidos, e \emptyset , encontram-se no campo da *variação gramatical*, que, segundo Fernández (1998:24), pode ser determinada por fatores lingüísticos ou pela combinação de fatores lingüísticos e sociais. O autor pondera, na p. 25, que apesar das dificuldades em analisar casos de variação gramatical, como a variação de elementos pouco freqüentes, identificar e definir os contextos de ocorrência de variáveis dessa natureza, conviver com o problema das possíveis diferenças de significado entre as variantes, é possível “identificar e analisar com êxito numerosos casos de variação gramatical”.

3º) verificar se a tendência de *kel/kes* como pronomes demonstrativos é referencial exofórica, essencialmente dêitica, ou endofórica, do tipo anafórica, de acordo com o que foi explanado no item 1.6 deste trabalho. Levando-se em conta que os pronomes demonstrativos são essencialmente dêíticos, se for constatada uma propensão desses pronomes à anáfora, bem como sua recategorização, segundo Castilho (1997) como artigos definidos e \emptyset , será atestada a transcategorização dessas formas em CCVS, no âmbito restrito das variedades estudadas, de acordo com a escala proposta acima.

4. 2. 2 O Princípio da Parcimônia, o Modelo de Interação Verbal e as propostas de Bickerton (1981), Givón (1984) e Lucchesi (1994a)

Uma segunda vertente apresentada por Pereira (1992:141) relacionada ao “Princípio da Parcimônia” não diz respeito “tanto ao uso recursivo do material lingüístico disponível, mas antes à apropriação sistemática do saber que se pressupõe adquirido por parte dos potenciais interpretadores, como forma de redução de marcas explícitas, morfologicamente realizadas, de codificação das informações a transmitir”.

A autora afirma, ainda, que, em CCV, “sempre que a informação é previsível”, existe a tendência de economizar “material de codificação” (p. 146). Baseando-se em

Givón, estabelece o seguinte “corolário” para explicar essa propensão: “quanto mais previsível é a informação, menos material de codificação é usado para codificar”, explicando que informação previsível é aquela “que o enunciador pressupõe como dada ou acessível aos outros participantes da interação” (p. 146).

Pereira (1992:146) explica que são três “as fontes dessa informação”: “o contexto discursivo anterior, o contexto situacional imediato ou referido e o contexto genérico (conjunto de pressupostos culturais partilhados pela comunidade e em grande medida codificadas no léxico)”. Essas fontes citadas pela autora se aproximam dos conceitos de arquivo ativo, as duas primeiras, e arquivo permanente, a última, sugeridos por Givón (1984), os quais foram citados no item 1.2 desta Dissertação para elucidar o “Modelo de Interação Verbal proposto por Dik (1997).

Segundo esse modelo, o falante antecipa as possíveis interpretações que o ouvinte possa estabelecer a respeito das expressões que serão proferidas pelo próprio falante. Assim, o ouvinte interpreta e reconstrói o que foi primeiramente intencionado e depois dito pelo falante. Nesse sentido, o referido modelo se aproxima da tendência em CCV, de acordo com o “Princípio da Parcimônia”, de que (F), antecipando as interpretações de (O), irá “economizar” “material de codificação” quando pressupor que para (O) aquela informação já é previsível.

Pereira (1992) apresenta muitos exemplos de ocorrências dessa natureza em CCV, e, na p. 149, comenta a opção pela utilização ou não dos “especificadores”, particularmente interessante para esta Dissertação. De acordo com a autora, o CCV possui “especificadores diferenciados para, junto do N, referir entidades definidas (tipicamente os demonstrativos e os possessivos) e indefinidas (tipicamente os indefinidos), por oposição às genéricas (tipicamente \emptyset)”. Para ela, “a seleção dos especificadores do N depende directamente das informações anteriores, pressupostamente dadas pelas três ordens de contexto” mencionadas anteriormente. Assim, “sempre que, recorrendo a esses contextos, é possível identificar sem ambigüidade a referência do N, a actualização dos especificadores é suspensa e o N ocorre sozinho, aproximando – se, pelo traço [+ pressuposto], dos Ns genéricos”.

A autora, apresenta ainda três exemplos³⁸ para comprovar sua afirmação:

¹ _____
³⁸ As glosas, nestes três exemplos, foram inseridas por mim.

(46) *Bia ba kasa. Mai staba na kama. Tchabi staba na porta.*
Bia ir-PST casa. Mãe estar-PST na cama. Chave estar-PST na porta.
(A Bia foi a casa. A mãe estava na cama. A chave estava na porta).

(47) *N gosta tcheu de limaria.*
Eu gostar-PRS muito de animal.
(Eu gosto muito de animais).

(48) *Omi dja bai.*
Homem já ir-PST.
(O homem já se foi embora).

A autora explica, p. 149 e 150, que “nenhum dos N’s recebe qualquer especificador abertamente realizado” pois:

- *Bia* é um nome próprio e os SN’s *kasa* e *mai* “referem-se a entidades imediatamente associáveis a Bia”; já os SN’s *tchabi* e *porta* são associados ao SN *casa* (de Bia e de sua mãe);
- *limaria* é um SN genérico;
- *omi*, “não tendo especificador, tem de ser interpretado como referindo-se a um homem presente no contexto da enunciação ou já referido anteriormente no texto”.

Pereira (1992:150) afirma ainda que, em CCV,

“o optar por uma codificação menos pesada não resulta tanto das opções individuais dos falantes ao nível do discurso e em cada momento da enunciação, mas antes de uma instrução ao nível do sistema que a torna altamente provável, se não obrigatória, em alguns casos”.

Essa afirmação é importante para esta Dissertação, pois o objetivo deste trabalho é observar o funcionamento dos artigos em CCVS, de acordo com as variedades selecionadas, buscando parametrizar seu funcionamento nessas variedades.

É preciso dizer que a vertente do “Princípio da Parcimônia” apresentada neste tópico refuta as propostas de Bickerton (1981) e Givón (1984) quanto à utilização de artigos nas línguas crioulas, pois, de acordo com esse princípio não haveria a regularidade sugerida pelas duas propostas. O que para Givón (1984) seria irregular, ou seja, a possibilidade de ser utilizado artigo definido ou \emptyset em SN’s genéricos, não condiz com a proposta de Pereira (1992) pois, para ela, SN’s genéricos apresentariam \emptyset , como foi exposto. Ou seja, a proposta de Pereira (1992) não converge com a de Givón (1984) em nenhum ponto, e com a de Bickerton (1981) se aproxima no tocante aos SN’s genéricos, pois também para ele, esses SN’s teriam a marca \emptyset .

A proposta de Pereira (1992) também se distancia da proposta de Lucchesi (1994a) quanto aos genéricos, pois, para o autor, SN’s não específicos, inclusive genéricos, não apresentariam uma marca regular, e para ela, como foi visto, esses SN’s apresentariam regularmente \emptyset .

Aliás, para Lucchesi (1994a), os SN’s específicos pressupostos também não apresentariam uma marca regular, que, segundo Bickerton (1981) seria o artigo definido, “predominando a ausência do artigo nesses SN’s” (Lucchesi:1994:76). Então, pode-se dizer que a proposta de Pereira (1992) complementa a proposta de Lucchesi (1994a) nessa questão, explicando por que predomina a ausência de artigos nesses SN’s: porque se as informações forem mencionadas anteriormente no texto, ou se estiverem contidas na própria situação em que ocorre o discurso, a opção de (F) será por \emptyset nos SN’s que fizerem referência a essas informações, ou a essas entidades, previamente mencionadas ou contidas na situação.

Nesse sentido, a proposta de Pereira (1992) também se aproxima da de Lucchesi (1994a), pois, para esse autor, o sistema de referência nos crioulos utiliza uma única forma, o artigo indefinido, cabendo ao artigo definido um papel secundário, servindo, ou para dar ênfase ao SN indefinido já mencionado, funcionando como marca estilística, “ou para reforçar a noção de ‘definição’, já previamente fornecida pela coesão textual” (LUCCHESI:1994a:77), o que explicaria seu uso bastante irregular.

É importante dizer que o “Princípio da Parcimônia” tende a se aproximar mais, como foi visto, da proposta de Lucchesi (1994a). Resta, agora, analisar o corpus disponível e constatar de qual(is) dessa(s) propostas essa análise estará mais próxima.

4.3 O que dizem algumas gramáticas sobre os artigos no crioulo cabo-verdiano

4.3.1 Manuel Veiga - Diskrison Strutural di Língua Kabuverdiano (1982)

Nessa gramática, cujo autor considera descritiva, por conter “pormenores que interessam apenas a um professor ou estudioso saber” (p. 19), o autor partiu da variedade de Santiago, que segundo ele, é a mais representativa política, social e culturalmente, comparando as estruturas lingüísticas dessa variedade, com estruturas de três outras variedades³⁹, de Fogo, São Vicente e Santo Antão, consideradas por ele como “mais representativas do ponto de vista sociolingüístico” (p. 24), apesar de não justificar essa afirmação.

Ao fazer essas comparações, o autor demonstra uma tentativa de descrever a língua em uso, tendendo mais para um ponto de vista funcionalista do que estruturalista, porém, a metodologia utilizada pelo autor acabou levando-o a uma descrição com base estruturalista, como o próprio nome de sua Gramática já diz: suas considerações foram feitas fundamentadas em 256 frases retiradas de um questionário, o que dificultou o trabalho do autor, como ele próprio reconhece, havendo a necessidade de procurar informantes que respondessem questões as quais não foram resolvidas a partir do questionário.

Escrita dessa forma, essa Gramática pouco contribui para o entendimento da utilização, ou não, de artigos no Crioulo de Cabo Verde, pois, segundo o Sistema de Artigos proposto para os crioulos, mencionado anteriormente, é necessário observar o contexto discursivo para entender o uso dos artigos ou sua supressão, não sendo possível verificar isso em frases soltas, ou descontextualizadas.

Assim, nessa Gramática de Veiga não há um capítulo específico sobre o Artigo no Crioulo Cabo-verdiano. Encontramos apenas duas sucintas menções sobre os artigos. A primeira delas num capítulo sobre as variedades de São Vicente e Santo Antão: “Kel / kes ta sirbi pa adzetivu dimonstrativu, pa artigu y pa pronómi dimonstrativu” (p. 78); a segunda, num capítulo sobre as variedades de Santiago e Fogo: “kel/kes ta sirbi pa adzetivu dimonstrativu (pa artigu?) y ainda pá pronómi dimonstrativu” (p. 108).

1

³⁹ Lembrando que além dessas quatro variedades geográficas do Crioulo de Cabo Verde, há ainda outras cinco variedades nas ilhas de São Nicolau, Boa Vista, Sal, Maio e Brava, como já visto anteriormente.

O artigo ao qual Veiga se refere é o definido, não havendo nenhuma alusão ao uso do artigo indefinido ou do morfema zero. Como é possível observar, Veiga afirma, deixando dúvida na segunda citação acima, que as formas *kel/kes* podem funcionar como adjetivo demonstrativo, artigo ou pronome demonstrativo. O que diferencia essas formas, ou melhor, como é possível entender, ou como saber, qual função *kel/kes* estão exercendo, já que são as mesmas formas para as três funções, o autor não esclarece.

É possível verificar, com a dúvida explícita na segunda menção do autor, que, para ele, adjetivo demonstrativo e artigo teriam uma só função. Sabe-se que tanto o adjetivo como o artigo, assim como o pronome adjetivo, exercem a função de determinantes, pois sempre estão relacionados a um substantivo, determinando-o, porém, cada um desses determinantes tem uma característica específica: o adjetivo tem o papel de modificar o substantivo, atribuindo-lhe uma característica, um estado ou uma qualidade; já a função do artigo é especificar ou generalizar um substantivo, podendo, também, indicar gênero e número de um substantivo; o pronome pode substituir ou acompanhar o substantivo.

Pensando na função de cada um desses determinantes e observando os exemplos citados por Veiga como *kel kavól* (aquele cavalo), *kel cóp* (o copo), *kes livr* (os livros), pode-se verificar que os determinantes citados por ele são apenas dois, e não três como ele chega a afirmar: pronome adjetivo demonstrativo e artigo definido.

É importante salientar também que o autor, para exemplificar esses determinantes, utiliza SN's descontextualizadamente, tornando impossível saber se a função de *kel/kes* é de artigo ou pronome demonstrativo. Por exemplo, *kel kóp* poderia significar aquele copo e não o copo, como coloca o autor. Só a partir do contexto discursivo é possível identificar a função desse determinante, sendo que a diferença entre um e outro é que o pronome possui um caráter dêitico e o artigo não. Segundo Apothéloz (2003:66), são expressões lingüísticas dêiticas aquelas cuja "interpretação é inteiramente dependente do lugar ou do momento de sua enunciação, ou ainda da pessoa que as enuncia". Ainda de acordo com esse autor, "há dêixis quando a expressão tem por objetivo deslocar o campo de atenção para um referente, e anáfora quando a expressão só faz manter o referente no campo de atenção" (p. 68). Assim, *kel/kes* podem ser dêiticos ou anafóricos, dependendo do contexto discursivo, como já foi discutido no item 2.2.1 desta Dissertação.

Nesta outra Gramática, Veiga procura comparar estruturas gramaticais do Crioulo, variedades de Santiago e São Vicente, com o Português. Apesar de ser uma Gramática declaradamente estrutural, o autor demonstra uma preocupação com o aspecto funcional da língua pois, segundo ele, buscou exemplos em situações cotidianas, procurando observar a língua em uso, e não partindo somente de frases descontextualizadas, como em Veiga (1982).

Afirma ter escolhido a variedade de Santiago por ser a mais antiga, já que o povoamento dessa ilha iniciou-se em 1462, e com mais peso sócio-cultural, e a de São Vicente por ser a mais recente, sendo povoada a partir de 1795, e possuir muitas interferências da Língua Portuguesa.

Segundo ele, o uso dos artigos, tanto definidos como indefinidos, nessas variedades é muito reduzido, sendo que “o artigo definido praticamente não existe. Os resquícios que ainda se verificam constituem mais exceção do que regra (ex. <<*kel ómi kin odja*>> / o homem que vi)” (p.145). Quanto aos artigos indefinidos, segundo ele, no Crioulo de Cabo Verde “há apenas as duas formas neutras” un e uns (p. 157). Para ele, o artigo indefinido não possui a marca de gênero: a forma uma é um aumentativo no Crioulo de Cabo Verde (ex.: *uma kabésa* = uma cabeça grande). Já a supressão de artigos não é mencionada.

É interessante notar que, nesta Gramática, Veiga não confunde a função do artigo definido com a do adjetivo demonstrativo, talvez por que, dessa vez, tenha conseguido definir o conceito de adjetivo demonstrativo de maneira mais estruturada. Segundo ele, o adjetivo demonstrativo é um determinante nominal, “cuja função semântica é situar o determinado, no espaço ou no tempo” (p. 168). Afirma que, o que chama de adjetivo demonstrativo, é aquilo que “alguns gramáticos” chamam de pronome adjetivo demonstrativo. Explica que o pronome demonstrativo e o adjetivo demonstrativo têm a mesma morfologia, porém “com funções semânticas e sintáticas diferentes” (p. 168). Apesar de falar em funções semânticas diferentes, afirma que o pronome demonstrativo serve para “situar o designado no tempo e no espaço” (p. 182), da mesma maneira como caracterizou o adjetivo demonstrativo. Então, na verdade, a diferença entre adjetivo demonstrativo e pronome demonstrativo é sintática, pois o primeiro determina o substantivo, acompanhando-o, e o segundo substitui o substantivo ou o Sintagma Nominal.

Poderíamos falar, então, em pronome adjetivo demonstrativo, para o primeiro caso, e pronome substantivo demonstrativo, para o segundo.

Sobre pronome adjetivo e substantivo, Bechara (2006:133) afirma que quando um pronome faz “referência a um substantivo caracteriza a função *adjetiva* ou de *adjunto* de certos pronomes”; já os pronomes que “não se referem a nenhum substantivo determinado, mas fazem as vezes dele”, são denominados pronomes absolutos ou substantivos. Essas definições de Bechara (2006) tendem a confirmar que a denominação adjetivo demonstrativo, sugerida por Veiga, se refere a pronome adjetivo demonstrativo, como já foi comentado acima.

4.3.3 Eduardo Cardoso – O Crioulo da ilha de São Nicolau de Cabo Verde (1987)

Cardoso demonstra, na Introdução dessa Gramática, uma preocupação em observar a língua em uso. Para tanto, utilizou uma metodologia na qual entrevistou pessoas na faixa etária dos 40 aos 60 anos, analfabetas, que tenham vivido sempre na Ilha de São Nicolau.

Essa Gramática foi baseada na variedade de São Nicolau, mas Cardoso afirma que existem traços muito semelhantes entre essa variedade e a de Santiago, como, por exemplo, o sistema verbal.

A exemplo de Veiga, esse autor também caracteriza os vocábulo *kel/kes* como artigos, adjetivos e pronomes demonstrativos. Verificando os exemplos mencionados por ele, percebemos que ele, assim como Veiga, considera adjetivo demonstrativo o pronome adjetivo demonstrativo, que é um determinante, e o pronome demonstrativo, chamado nesta Dissertação de pronome substantivo demonstrativo, terá a função de substituir o substantivo.

O autor admite a existência de um morfema zero, ou supressão do artigo, que para ele ocorre quando “o substantivo está presente no acto da enunciação” (p. 23). Menciona os seguintes exemplos, com traduções em Português: *kàza* (a casa), *kacor* (o cão), *N t'ta faze izarsísj* (eu faço o exercício), *Bo ta faze izarsísj* (tu fazes o exercício).

Apesar de Cardoso afirmar a existência do morfema zero, sua explicação difere daquela apresentada por Bickerton (1981) e Givón (1984) para a mesma ocorrência: como já visto, esses autores consideram a ocorrência de Ø, suprimindo-se o artigo, quando o SN for (-F) (-O), como verificado anteriormente. Como Cardoso lança as frases utilizadas como exemplo de maneira descontextualizada, ou seja, não especificando o contexto discursivo, não é possível comprovar se a afirmação dele está correta, nem é possível verificar se o conceito de Bickerton e Givón quanto à supressão do artigo se aplica aos exemplos dele. De qualquer forma, a afirmação de Cardoso quanto à existência de Ø já é de grande valia para o desenvolvimento desta Dissertação, já que, como já foi dito, o Sistema de artigos proposto por Bickerton e Givón englobaria todos os crioulos, ou seja, não é específico ao Crioulo de Cabo Verde. Então é importante que um estudioso especificamente desse crioulo tenha feito essa constatação, abrindo um precedente para que se possa constatar, na análise dos dados deste trabalho, se o Sistema de Artigos proposto por Bickerton e Givón para as línguas crioulas também é adequado à variedade de Santiago do Crioulo Cabo-verdiano.

Quanto ao artigo definido, Cardoso afirma que é utilizado quando “o substantivo encontra-se fora do acto da enunciação” (p. 23), e é determinado através do adjetivo demonstrativo *kel*, mencionando os seguintes exemplos: *Kel rapàz k’N falò-b* (O rapaz de que te falei); *Kel mnína k’N falò-b* (A rapariga de que te falei).

Pode-se observar que a explicação de Cardoso quanto ao uso do artigo definido não está de acordo com aquela apresentada por Bickerton e Givón, segundo os quais o artigo definido é utilizado para SN’s específicos e já conhecidos pelo ouvinte.

Cardoso, assim como Veiga (1982), não distingue artigo definido de adjetivo demonstrativo. De acordo com o que já foi escrito nos comentários sobre as gramáticas de Veiga, o que o autor chama de adjetivo demonstrativo é, na verdade, pronome adjetivo demonstrativo e, sendo um pronome, possui também a característica dêitica. Isso fica claro na definição que Cardoso atribui aos adjetivos demonstrativos: “à semelhança do que acontece com os pronomes, os adjetivos dividem-se em duas categorias: aqueles que indicam proximidade e aqueles que indicam afastamento” (p. 33). Isso pode, também, ser observado nos próprios exemplos mencionados pelo autor: *kel livr-la* (aquele livro lá); *Es livr-ai* (Este livro aí).

O autor, assim como Veiga, utiliza a expressão adjetivo demonstrativo para diferenciar de pronome demonstrativo, que substitui o nome. Mas, como já foi dito, os dois são pronomes demonstrativos, só que o primeiro, modificando um nome, tem a função de um adjetivo, e o segundo, substituindo um substantivo passa a desempenhar a mesma função que ele.

É importante salientar que a dificuldade apresentada por Veiga e Cardoso em distinguir *kel/kes* na função de artigo e pronome adjetivo demonstrativo ocorre devido à característica anafórica desse pronome e não à dêitica, pois, nesse caso, fica evidente que se trata de um pronome, e não de um artigo. Como sugere Castilho (1997), como explanado no tópico 4.2.1 desta Dissertação, um pronome demonstrativo, no processo de gramaticalização, pode perder seu caráter anafórico e transformar-se em artigo, que “fornece uma instrução muito genérica para a busca do referente do Nome que ele determina” (p. 37). Assim, também é um desafio deste trabalho, tentar distinguir, observando o CCVS em uso, quando *kel/kes* são utilizados como artigos e quando são utilizados como pronomes adjetivos demonstrativos.

A respeito do artigo indefinido, Cardoso admite a existência das formas *um* (singular) e *uns* (plural), não havendo flexão de gênero, assim como Veiga (1995).

4.3.4 Nicolas Quint - Grammaire de la Langue Cap-verdienne (2000)

Para escrever essa Gramática, Quint escolheu basear-se na variedade de Santiago (apesar de mencionar, em diversas partes do livro, variedades de outras ilhas), que, segundo ele, é a mais importante de Cabo Verde, devido a fatores “demográficos e sociais”, que não ficam claros em sua apresentação. Além disso, o autor morou dezoito meses no arquipélago de Cabo Verde para desenvolver esse trabalho, dos quais a maior parte foi vivida em Santiago, levando-o a escolher essa variedade por conhecê-la mais profundamente.

O autor afirma que essa obra é baseada em fundamentos funcionalistas, e que buscou observar a língua em uso, em situações cotidianas de fala, para elaborar essa Gramática, pois, segundo ele, “la langue, em effet, n'est pa seulement un système abstrait de signes et

de correspondences, c'est aussi l'expression d'une culture, d'un endroit, et on a em effet du mal à la compendre sans son environnement" (p. XIII).

É possível observar essa característica, por exemplo, quando o autor afirma que a variedade de Santiago possui outras três variedades, a urbana, a semi-urbana e a rural, sendo que, no decorrer do trabalho, o autor demonstra haver diferenças entre essas variedades (como já verificado no item 3.4 desta Dissertação).

Em relação aos artigos no Crioulo de Cabo Verde, logo no início do capítulo sobre o substantivo, p. 143, o autor afirma que o substantivo tem um grau de autonomia semântica superior àquele das línguas românicas, e particularmente do Português. Explica esse fato afirmando que a variedade de Santiago, assim como as outras variedades do Crioulo Cabo-verdiano, não possui o equivalente ao artigo romano, permitindo ao substantivo formar um sintagma nominal completo, admitindo, portanto, Ø. Ele afirma também que o Crioulo Português de Guiné-Casamansa tem essa mesma característica; esse critério diferencia os crioulos portugueses do Atlântico-oeste das línguas latinas, como também das línguas oeste-africanas que participaram do processo de formação desses crioulos, pois, segundo ele, essas línguas africanas possuem artigos.

Quanto às formas *kel/kel*, o autor afirma que a utilização delas é bastante habitual na variedade de Santiago. Caracteriza essas formas como demonstrativos, podendo funcionar como adjetivo ou pronome. Assim como nas outras Gramáticas citadas anteriormente, o que o autor denomina adjetivo demonstrativo, na verdade é pronome demonstrativo, porém com função adjetiva, e o que ele chama de pronome demonstrativo, é o pronome demonstrativo com função substantiva. Isso pode ser verificado nos seguintes exemplos mencionados pelo autor: *Kel dós tubu* (Aqueles dois tubos) – ele caracteriza como adjetivo, e *Kel ki-m kré* (Aquele que eu quero) – ele caracteriza como pronome.

Quint também afirma que o adjetivo (ou pronome adjetivo demonstrativo na acepção desta Dissertação) *kel* tende a fazer o papel do artigo romano ou Português (o autor está se referindo ao artigo definido). Menciona o seguinte exemplo: *Bu nem ka dexâ-m kel bu livru* (Você nem me deixou o seu livro). O autor não cita, mas o plural de *kel*, *kes*, também funcionaria como artigo definido, como já mencionado anteriormente nesta Dissertação.

Vale ressaltar que apenas os contextos discursivo e situacional poderão determinar se *kel/kes* estão sendo utilizados como artigo ou pronome adjetivo demonstrativo. No

exemplo acima, *kel* foi caracterizado pelo autor como artigo e, sendo assim, possui um caráter anafórico. Isso significa que o referente *livru* fora mencionado naquele contexto e está sendo retomado. Mas na mesma frase *Bu nem ka dexâ-me kel bu livru*, *kel* poderia funcionar como pronome adjetivo demonstrativo, e nesse caso teria um caráter dêitico, podendo ser esta frase traduzida como: *Você nem me deixou aquele seu livro*.

O autor explica, p. 85, que o fato do demonstrativo *kel* (e seu plural *kes*) adquirir um valor de artigo definido pode ser explicado com um prolongamento da evolução das línguas romanas, pois o demonstrativo *ILLE* (aquele) originou o artigo definido em línguas neolatinas como: Francês *le*, Espanhol *el* e Português *o*. Assim, o demonstrativo *aquele* se tornou *kel* no Crioulo Cabo-verdiano, e *kel*, por sua vez, adquiriu, além de sua função demonstrativa, a função de artigo definido. Seria interessante que houvesse trabalhos no sentido de verificar se as formas *kel/kes*, na função de artigo definido, estão sofrendo alguma evolução para tornar-se formas distintas de *kel/kes*, demonstrativos. Lembrando que, talvez a forma \emptyset já seja uma forma de evolução desses pronomes, como foi verificado no capítulo anterior.

Quint não dispõe de um capítulo específico para explicar sobre o artigo no Crioulo Cabo-verdiano. O que ele faz é mencionar a questão dos artigos em outros capítulos: a supressão de artigos é citada no capítulo sobre o substantivo; o artigo definido é referido no capítulo sobre os demonstrativos (apesar de não explicitar que está falando sobre o artigo definido). Porém, o autor não faz nenhuma menção quanto ao uso dos artigos indefinidos.

Apesar de não explicar por que em alguns SN's os substantivos são precedidos do artigo definido e em outros não, bem como de não mencionar os artigos indefinidos, as informações colocadas pelo autor são muito importantes pois sugerem a existência de duas variantes concorrentes: artigo definido *kel/kes* e \emptyset , aproximando-se de objetivos propostos para esta Dissertação.

4. 3. 5 Nicolas Quint – Parlons capverdien – langue et culture (2003)

Nesta Gramática, Quint continua a basear-se em fundamentos funcionalistas e, mais especificamente, sociolinguísticos. Afirma que não existe uma forma standard, ou padrão,

do Crioulo Cabo-verdiano. Assim, os moradores de cada uma das nove ilhas habitadas de Cabo Verde utilizam sua própria variedade do Crioulo, enfatizando que, em cada uma dessas variedades, existem diferenças entre o Crioulo falado no campo e na cidade, podendo-se dizer que cada variedade é subdividida em outras variedades. Segundo ele, apesar dessa diversidade lingüística, há uma intercompreensão entre a maior parte dessas variedades (essa questão foi especificada no capítulo sobre o Crioulo de Cabo Verde).

Para escrever essa Gramática, Quint adota a variedade de Santiago, alegando os seguintes motivos:

- é a língua materna de mais da metade da população de Cabo Verde;
- é compreendida por mais de 90% da população cabo-verdiana, com exceção daqueles que vivem na zona rural de Santo Antão;
- é a variedade mais utilizada pelos meios de comunicação cabo-verdianos;
- é bastante próxima das variedades das outras ilhas de Sotavento: Maio, Fogo e Brava, podendo-se afirmar que 70% da população é capaz de comunicar-se utilizando a variedade de Santiago;

O autor informa que o Crioulo de Santiago apresenta duas grandes variedades: urbana, falada na capital, Praia, e rural, falada no restante da ilha (Quint:2000 cita também a variedade semi-urbana, o que já foi detalhado no capítulo sobre o Crioulo de Cabo Verde). De acordo com o autor, para elaborar essa Gramática, ele escolheu a variedade rural do Crioulo de Santiago para evitar que os aprendizes do Crioulo misturem abusivamente Português e Crioulo. Também porque grande parte dos intelectuais cabo-verdianos considera a variedade de Santiago (no caso, a variedade rural de Santiago) um símbolo da identidade cabo-verdiana, porque preserva muitas palavras e frases africanas e menos empréstimos do Português.

Sobre a caracterização de *kel/kes*, Quint informa que essas formas são demonstrativas, podendo ser adjetivo ou pronome (como já informado anteriormente, são pronomes demonstrativos que podem adquirir valor adjetivo ou substantivo). O autor também enfatiza que o demonstrativo *kel* (não mencionando o plural *kes*) pode adquirir o valor de um artigo definido em um certo número de casos, não explicando em quais casos esse fato pode

ocorrer. Exemplifica da seguinte forma: *é kel mas grândi* (é o maior). É interessante notar que o pronome demonstrativo nessa frase tem um valor substantivo e não adjetivo, como visto nas gramáticas citadas anteriormente, confirmando a afirmação do autor, segundo a qual um pronome demonstrativo pode adquirir o valor de um artigo definido, sem especificar se é um pronome adjetivo demonstrativo ou um pronome demonstrativo com valor substantivo.

Com relação à ausência de artigos no Crioulo de Santiago, o autor afirma que, em função do contexto, um nome nesse Crioulo pode ser definido ou indefinido, não dando mais detalhes sobre esse fato. Enfatiza em um capítulo “a ausência do artigo” nesse Crioulo, e que semelhantemente ao Russo e ao Latim não há nessa língua um artigo propriamente dito. Ou seja, o autor cita a ausência de artigos nesse Crioulo, mas não explica como isso ocorre. Quint também menciona dois exemplos: *m- mesti kópu (pa-m bebi)* (Eu preciso de um copo – para eu beber) e *undi kópu?* (onde tem um copo?). Analisando esses dois exemplos, pode-se verificar que os SN’s “copo” não são específicos nas duas frases, ou seja, não são referenciais, pois fala-se de qualquer copo. A ausência de artigos nessas duas orações traz à tona a afirmação de Bickerton (1981) e Givón (1984) de que SN’s não específicos/não referenciais não serão acompanhados de artigos nas línguas crioulas.

O autor cita também que a forma *um* é utilizada como artigo indefinido (sem citar o plural *uns*). Segundo ele, essa forma é utilizada para enfatizar que o falante está mencionando um referente, em oposição a muitos, e também serve para enfatizar particularidades de um referente, por exemplo: *a mim fazi uma prova* - eu fiz uma prova (para dizer que a prova foi muito difícil).

Apesar de o autor não se aprofundar no assunto artigo, sua gramática é muito importante para essa Dissertação por dois motivos:

1º) o autor enfatiza a variedade rural do Crioulo de Santiago, o que também será feito nesta Dissertação, na qual também será estudada a variedade urbana dessa língua;

2º) ele menciona a existência de três formas diferentes relacionadas aos artigos: *kel*, utilizada como artigo definido, *um*, como artigo indefinido e a ausência de artigos, ou \emptyset .

Como dito anteriormente, essas formas são previstas no Sistema de Artigos proposto por Bickerton (1981) e reformulado por Givón (1984). Resta-nos, agora, saber se essas formas são utilizadas em situações pré-estabelecidas, como afirmam esses autores: artigo definido para referentes específicos e já conhecidos pelo ouvinte, artigo indefinido para referentes específicos mas ainda desconhecidos pelo ouvinte, ou seja, referentes específicos não mencionados anteriormente pelo falante, e a forma zero para SN's não específicos, ou não referenciais.

É interessante notar que essas três formas são mencionadas apenas em duas gramáticas citadas: Cardoso (1987) e Quint (2003). É necessário, então, constatar a presença dessas três formas na “Análise dos Dados”, como será feito posteriormente.

4.4 Algumas informações sobre os artigos em línguas africanas

Holm (1993:192) afirma que os crioulos usam um nome singular sem um artigo para fazer referência a uma categoria geral assim como ocorre em línguas de substrato como o Yorubá, língua pertencente à família Níger-Congo, grupo Benue-Congo, dando o seguinte exemplo: “ewére ø gò púpò”, que significa “uma cabra é muito estúpida” ou “cabras são muito estúpidas”. O autor também afirma que a língua Yorubá tem artigo definido posposto (p. 190 e 191).

Creissels (2000:243:244) assevera que os artigos definidos são muito comuns em línguas africanas, e, na maioria dos casos, originam-se de demonstrativos, podendo-se complementar: assim como o Português, como já verificado. O autor também afirma que línguas com artigos definidos são “virtualmente” encontradas em todas as famílias de línguas espalhadas pelo Continente Africano. Já os artigos indefinidos são menos comuns que os definidos.

Creissels (2000:244) assegura que é uma tendência bastante geral nessas línguas a utilização de artigos definidos em SN's com referencial não definido. Afirma também que o número de SN's referenciais excede “grandemente” o número de SN's não referenciais, sendo que a forma indefinida ocorre unicamente em contextos que favorecem uma

interpretação não referencial, e a forma definida tende a tornar-se obrigatória em mais contextos, como verificado anteriormente.

Como visto, foram localizadas poucas informações sobre esse assunto. Seria necessário um estudo mais aprofundado, o que não foi possível devido aos limites desta Dissertação.

Todavia, fica uma sugestão: seria muito interessante desenvolver trabalhos comparando o funcionamento de artigos em línguas africanas e em crioulos que teriam essas línguas como base para a sua formação. Como se vê, há inúmeras possibilidades de pesquisas nessa área.

5 Apresentação do corpus

De acordo com Oliveira e Silva (2004:124), numa coleta de dados para pesquisas sociolinguísticas, há três tipos de contato: interações livres, entrevistas e testes. O primeiro, escolhido para a elaboração de parte do corpus que serviu de base para o desenvolvimento deste trabalho, “consiste na gravação de dois ou mais interlocutores interagindo”. A modalidade entrevista surgiu apenas no início das gravações dos inquiridos, em que cada um dos informantes deveria responder a perguntas pré-estabelecidas pela pesquisadora, a fim de apresentarem-se.

A escolha do primeiro tipo de contato deve-se à busca do vernáculo, que de acordo com Rodrigues (1987:123), com base em Labov, é “o estilo mais casual, o nível de comportamento linguístico em que um mínimo de atenção é dado pelos falantes ao monitoramento do seu próprio discurso”.

A importância de se obter o vernáculo em uma coleta de dados dessa natureza é explicada pela própria autora, já que o vernáculo é o “estilo que mais caracteriza cada comunidade, pois, em princípio, é o que se manifesta nas relações entre “iguais linguísticos”, isto é, os membros da comunidade em questão” (p. 123).

Para o desenvolvimento deste trabalho, a obtenção do vernáculo é um ponto crucial, já que os informantes, cabo-verdianos, além do CCV, sua língua materna, também são falantes do Português. Então, como o objetivo principal deste trabalho é verificar a ocorrência e funcionamento de artigos em CCVS, fazia-se necessário que os informantes se sentissem o mais à vontade possível para utilizar sua língua materna.

Para que isso ocorresse, procurou-se, primeiramente, minimizar a presença do pesquisador, aqui denominado Doc, para que os falantes não ficassem constrangidos e utilizassem o CCVS da forma mais coloquial possível, utilizando-se diferentes estratégias, como poderá ser verificado a seguir:

- as conversas foram realizadas nas casas das pessoas;
- os assuntos foram sugeridos pelos próprios entrevistados, com exceção de L8, a quem foi solicitado que contasse histórias e anedotas;

- as conversas foram bastante informais, havendo trocas de informações e de idéias, com confiança mútua e descontração;
- Doc participou o mínimo possível das conversas.

O corpus selecionado para esta Dissertação será composto por três inquéritos, contendo gravações de língua falada, e duas fábulas impressas, como poderá ser visto a seguir:

- **Inquérito 1:** aproximadamente 45' de gravações com quatro estudantes cabo-verdianos⁴⁰, que serão apresentados a seguir. Esses informantes conversaram sobre assuntos do dia-a-dia, peculiares a jovens com sua faixa etária, sendo o diálogo bastante equilibrado entre L1 e L4; já L2 teve uma participação um pouco menor que os outros dois informantes, e L3 participou da conversa em momentos bastante pontuais. Doc estava presente no momento da gravação, porém só teve participação na apresentação inicial dos informantes, tendo sido definidos por eles todos os tópicos sobre os quais conversaram.

- **L1:** sexo masculino, idade 24 anos, natural da Praia, capital de Santiago; nunca morou em outra ilha cabo-verdiana; seus pais são cabo-verdianos, tendo o pai estudado até a oitava série e a mãe até a quarta; veio estudar no Brasil e mora na cidade de São Paulo há um ano e três meses⁴¹, cursando Biologia na USP.
- **L2:** sexo masculino, aparentando ter aproximadamente 19 anos⁴², natural da Praia; nunca morou em outra ilha cabo-verdiana; seus pais são cabo-verdianos, tendo o pai estudado até o Ensino Médio e a mãe até a sexta série; veio estudar no Brasil e mora na cidade de São Paulo há pouco mais de um mês, cursando Administração de Empresas.

1

⁴⁰ L5, que estava presente no momento da gravação, juntamente com L6, teve duas participações curtas no início da conversa.

⁴¹ À época em que foi gravada a conversa. O mesmo se aplica a todos os outros informantes.

⁴² O informante não mencionou sua idade.

- **L3:** sexo feminino, 18 anos, nascida em Assomada, interior da ilha de Santiago; não mencionou se já morou em outra ilha; seus pais são cabo-verdianos, tendo nível médio de escolaridade; veio estudar Nutrição no Brasil e reside em São Paulo há pouco mais de um mês.
- **L4:** sexo masculino, vinte e um anos, nascido em Santa Cruz/Órgãos, no interior de Santiago, tendo ido residir na capital com dois anos de idade; nunca morou em outra ilha cabo-verdiana; seus pais são cabo-verdianos, não tendo sido mencionada a escolaridade deles; veio estudar no Brasil, residindo em São Paulo há 3 anos e cursando Matemática na USP.

- **Inquérito 2:** aproximadamente 45' de gravações feitas com cabo-verdianos que vieram estudar no Brasil, morando aqui há mais tempo do que os informantes do Inquérito 1, e pertencentes a uma faixa etária diferente daqueles, sendo apresentados a seguir. O teor dessa conversa é composto por variedades, histórias cotidianas, experiências vividas por eles ou por terceiros, no Brasil e em Cabo Verde, sendo que L7 deteve mais os turnos para si, sendo previamente combinado com Doc que propusesse assuntos variados na conversação, já que Doc estava presente no momento da gravação, tendo participado pouco da conversa, pois, sendo falante de Português, os informantes, ao se dirigirem a ela, passavam a utilizar o Português e não mais o CCV. L6 e L5 interagiram com L7, tendo o primeiro maior participação na conversa.

- **L5:** sexo masculino, idade não revelada, aparentando ter aproximadamente 36 anos, nascido na Praia, nunca residiu em outra ilha cabo-verdiana ou no interior de Santiago; seus pais são cabo-verdianos, tendo o pai estudado até a quarta série e a mãe, ao que parece indicar o contexto (essa parte da gravação ficou incompreensível), não ter frequentado escola; reside no Brasil há quatro anos, tendo morado a maior parte do tempo na cidade do Rio de Janeiro, para que pudesse fazer Mestrado em Estatística, e residindo

há alguns meses em São Paulo, pois, no momento faz Doutorado em Saúde Pública na USP.

- **L6:** sexo feminino, trinta e um anos, natural da Praia, nunca residiu em outra ilha cabo-verdiana ou no interior de Santiago; seus pais são cabo-verdianos, tendo o pai estudado até a quarta série e a mãe ter sido alfabetizada; está há oito anos no Brasil, tendo morado quatro anos na cidade do Rio de Janeiro para cursar graduação em Comunicação, e residindo há quatro anos em São Paulo, para onde veio a fim de cursar Mestrado em Administração na USP, tendo finalizado o curso e ingressado no Doutorado, na mesma área.
- **L7:** sexo masculino, trinta e sete anos, natural de Rubão Manoel, interior da ilha de Santiago; nunca morou em outra ilha; seus pais são cabo-verdianos, não alfabetizados; reside há quatorze anos em São Paulo, para onde, inicialmente veio cursar Matemática na USP, tendo se transferido desse curso para o de graduação em Administração na mesma universidade; é Mestre em Administração pela USP e, no momento, trabalha como professor e tem um comércio.

- **Inquérito 3:** como forma de confrontar os dados, e não ficar apenas com informações sobre o CCVS utilizado por pessoas de nível superior, foi inserida nesse corpus uma gravação de 30', feita em Cabo Verde por um amigo, Eduardo Adilson. Trata-se de um monólogo, pois apenas o informante, L8, que será apresentado abaixo, falou, contando várias anedotas e histórias curtas e pertencentes à cultura popular.

- **L8:** sexo masculino, idade 43 anos, natural de Assomada, residindo, no momento, em Bolanha, ambos no interior de Santiago; nunca saiu de Cabo

Verde, nem morou em outra ilha; estudou até a 4ª série e trabalha como guarda noturno; seus pais são cabo-verdianos, tendo estudado até a 2ª série.

- **Fábulas:** ainda na linha das histórias populares, iniciada no Inquérito 3, serão analisadas duas fábulas cabo-verdianas, muito conhecidas e contadas oralmente naquele país, que foram escritas pelo cabo-verdiano de Santiago, Aires Semedo, tendo a participação de um dos estudiosos do CCVS mais proeminentes da atualidade: Nicolas Quint, fazendo a tradução dos textos do CCVS para o Francês. Os títulos dessas histórias são: “Lobu, Xibinhu ku nha Tia Ganga”, (Semedo:2005a), e “Lobu ku Xibinhu ku Nhordhés”, (Semedo:2005b).

É importante salientar que houve uma preocupação em utilizar o crioulo basiletal nessas duas edições, entendendo-se por crioulo basiletal, segundo Couto (1996:54), a variedade mais “tradicional” do crioulo, “mais distante da língua de superstrato”. “A variedade da língua dominante falada na região em questão” é denominada por Couto como acroleto. Ainda segundo o autor, entre as variedades acroletais e basiletais, “imbrincando-se com elas e entre si num continuum sem limites definíveis, há vários mesoletos”.

Couto (1996:73), falando especificamente sobre Cabo Verde, afirma a existência de um *continuum* que vai do crioulo basiletal até o crioulo acroletal, muito semelhante ao Português, passando por variedades mesoletais.

A variedade basiletal é conhecida popularmente em Cabo Verde como crioulo fundo. Segundo Tarallo e Alkmin (1987:129), em 1880, Adolpho Coelho, considerado um dos pioneiros da Crioulística,

“testemunhava a existência de dois tipos de crioulos: o crioulo “rachado”, “fundo”, usado principalmente no interior das ilhas por indivíduos com pouca ou nenhuma escolarização em português; e o crioulo “leve” ou “levinho”, falado especialmente nas zonas mais urbanas das ilhas por indivíduos com certa escolarização em português”.

Levando-se em conta essas informações, pode-se afirmar, então, que o corpus proposto para esta Dissertação é composto, de um lado, pela variedade mesoletal, englobando as gravações referentes aos Inquéritos 1 e 2, feitas com informantes de nível superior,

proficientes, portanto, em Língua Portuguesa, já que a educação formal em Cabo Verde ocorre nessa língua, como já verificado anteriormente, e de outro pela variedade basilectal, envolvendo as histórias populares contadas por um morador do interior de Santiago, com baixa escolaridade, e as fábulas, que apresentam uma fidelização à língua oral e popular de Santiago.

Por esses motivos, para facilitar a “Análise dos dados”, o corpus foi disposto da seguinte forma:

- **Grupo I:** composto pelo inquérito 3 e pelas duas fábulas.
- **Grupo II:** composto pelos inquéritos 1 e 2;

É importante salientar que tanto no Inquérito 2 como no 3, surgiram frases, exclusivamente, em Português, as quais não foram consideradas na “Análise dos dados”.

Tanto as transcrições dos inquéritos 1, 2 e 3, como também as duas fábulas estarão disponíveis em anexo, no final da Dissertação.

6 Análise dos dados

Antes de iniciar-se a análise dos dados, é necessário esclarecer que serão considerados para essa análise SN's em posição de sujeito, objeto ou predicativo do sujeito, de acordo com Givón (1990:465): "(...) most typically, such positions are those of the subject, direct object, various indirect objects and nominal predicate. In those positions, it is typically the case, wherever a noun, name or pronoun can occur (...)". Todavia, só serão examinados SN's cujos núcleos sejam substantivos comuns, sendo desconsiderados SN's com núcleos pronominais, de acordo com as propostas teóricas expostas no item 2.0 desta Dissertação, como também serão desconsiderados SN's cujos núcleos sejam nomes próprios, já que, em todo o corpus, foram localizadas apenas cinco formas *kel*⁴³, as quais foram analisadas como artigo, precedendo nomes próprios, prevalecendo Ø nesses SN's⁴⁴.

1

⁴³ Esse artigo *kel* foi localizado no inquérito III, precedendo o SN Catchor em duas oportunidades, "kel Catchor", o Cachorro, que é um personagem de uma fábula contada por L8, como também, nessa mesma história, em duas outras ocasiões, surgiu "kel Gajo", o rapaz, que poderia ser analisado com artigo ou demonstrativo, como será explicado posteriormente; em uma outra história, surgiu o SN "Kel Bocage", o Bocage, que é uma personagem típica nas histórias populares contadas em Santiago, e "ke Rainha", a Rainha. É importante dizer que L8 conta várias histórias, nas quais aparecem Rei, Rainha, Princesa, Porqueiro, Padre, sendo todos considerados nomes próprios por referirem-se a personagens, como em Semedo (2005a e b), em que aparecem os personagens Lobo, Xibinho e Tia Ganga.

⁴⁴ É importante dizer que as formas *nha/nhu* (nho) surgiram precedendo nomes próprios no corpus, e apenas nas fábulas, "Nha Tia Ganga", "Nhu Lobu", e no Inquérito III de L8, quando esse informante se referia a dois personagens, "nho raí" e "nha rainha", ou quando se referiu ao personagem Precório, compadre do personagem Nastácio, e ao padre. Também, no inquérito de L8, surgiu a forma variante *nhor*, para se referir a Deus: "nhor Deus", como também em Semedo (2005b) surgiu a forma "Nhordés", senhor Deus, como será visto em um exemplo posteriormente. De acordo com Quint (1998), essas formas, *nha/nhu*, utilizadas dessa maneira, são caracterizadas como pronomes pessoais da segunda pessoa do singular, utilizadas como tratamento cortês, e, no caso da forma feminina, *nha*, é utilizada, apenas, quando (F) se refere a mulheres mais velhas ou muito respeitadas por ele. Essas formas advêm de senhora/senhor, do Português. Independente de precederem nomes próprios ou comuns, essas formas, utilizadas dessa maneira, não serão consideradas, pois não seriam nem determinantes, nem quantificadores, como será explanado no item 4.1.5 abaixo. Todavia, a forma *nha*, também pode ser um (pronome) adjetivo possessivo, de acordo com Quint (1998), tendo advindo da forma *minha*, do Português, sendo, nesse caso, um determinante e, portanto, considerada nesta análise, como será explanado no item já citado. A forma *nhos*, pronome adjetivo demonstrativo, também foi localizada no inquérito I, sendo considerada nesta análise. A forma *ti* também surgiu precedendo o SN Lobu ("Ti Lobu") em Semedo (2005b), assim como a forma *si*, "si raí", seu rei, no inquérito III, e não serão consideradas nesta análise.

6.1 *Kel/kes utilizados como artigos definidos*

A primeira questão a ser respondida nesta Dissertação é se realmente os pronomes demonstrativos *kel/kes* podem ser utilizados como artigos definidos em CCVS⁴⁵.

Se fossem consideradas apenas as duas fábulas analisadas, a resposta seria não, pois não foi localizado nenhum pronome demonstrativo (*kel/kes*) utilizado como artigo definido nesses textos.

Quando começam a ser observadas as transcrições feitas com falantes de CCVS, percebe-se que os artigos demonstrativos *kel/kes* podem sim ser utilizados como artigos definidos, como será visto nas análises a seguir.

Serão verificadas as ocorrências localizadas individualmente no texto de cada falante, iniciando-se por L8, por apresentar uma variedade de CCVS mais próxima das fábulas, como já foi explicado anteriormente.

Nesse texto, foram observadas 3 utilizações de *kel* como artigo definido, incluindo-se uma variação *ke*, e duas de *kes*, como pode ser constatado nos exemplos abaixo:

(49) (...) *odja* na Bolitim Oficial tudo *kel* polícia *dja* subido vencimento...
(...) olhar-PAST em Boletim Oficial toda a-DEF polícia já subir-PTCP salário...
(...) olhou no Boletim Oficial e o salário de toda a polícia já havia subido...).

¹ _____
⁴⁵ É interessante notar que a forma *kes* surgiu em cada uma das fábulas (uma vez em cada uma), no texto de L8 (em três oportunidades) e em L6 (também por três vezes) não sendo nem pronome demonstrativo nem artigo definido, mas sim a junção do pronome relativo *ki* com o pronome pessoal da terceira pessoa do plural *es*, como será visto no exemplo a seguir: *Kántu k-ês tchiga kása di Nha Tiâ Gánga (...)*(Semedo:2005a), cuja tradução é Quando (que) eles chegaram na cada de Nhá Tiâ Ganga (...), lembrando que a construção “quando que eles” pode ser encontrada em variedades não padrão do Português Brasileiro (PB), como por exemplo na frase: Quando que eles vêm?.

(50) (...) *e sai na mei de rua e atcha kes empregadas*
 (...) ele sair-PAST em meio de rua e achar-PAST as-DEF empregadas
de Nha Rainha (...).
 de Nha Rainha (...).
 ((...)) ele saiu no meio da rua e achou as empregadas de Nha Rainha (...)).

Nas transcrições feitas das conversas de cabo-verdianos que vieram estudar no Brasil, é possível observar o mesmo quadro verificado em L8: são localizados os demonstrativos *kel/kes* utilizados como artigos definidos, porém poucas ocorrências, como será demonstrado a seguir.

Em L1, nas condições descritas acima, foram encontradas 4 ocorrências de *kel* e duas de *kes*. Em L2, três de *kes* e nenhuma de *kel*. Em L3, nenhuma ocorrência dessa natureza, assim como em L7 e L5. Em L4, duas de cada. Em L6, duas de *kel* e nenhuma de *kes*. Abaixo alguns exemplos:

(51) L1: (...) *nhos ta cré scodji pa nhos sai só pa nhos*
 (...) vocês querer-PRS escolher-PRS para vocês sair-PRS só para vocês
ba kel rua Augusta... (...).
 ir-PRS a-DEF rua Augusta... (...).
 ((...)) vocês querem escolher pra vocês saírem só pra vocês irem à rua Augusta (...)).

(52) L4: (...) *pamodi Rio é de kes cidade di Brasil qui ta*
 (...) porque Rio ser-PRS de as-DEF cidade de Brasil que estar-AUX-PRS
fazedu propaganda na mundo más tcheu... (...).
 fazer-DUR propaganda em mundo mais muito... (...).
 ((...)) porque o Rio é (uma) das cidades do Brasil que está fazendo mais
 propaganda no mundo... (...)).

Com relação aos pronomes demonstrativos *kel/kes* utilizados como artigos definidos, pode-se apresentar a tabela abaixo. É importante salientar que optou-se pelo uso de tabelas, nesta “Análise dos dados”, pelos seguintes motivos:

- 1) procurou-se facilitar a visualização dos dados pelo leitor, já que estão sendo examinadas diversas possibilidades de análise, em textos de diferentes informantes, divididos em dois grupos, em inquéritos diferentes, e, por esses motivos, considerando-se apenas a descrição dos dados, no decorrer da análise, poderia haver dificuldade ao leitor quanto ao entendimento de seu resultado;
- 2) tendo-se elaborado análises comparativas entre os dados levantados, acreditou-se que a maneira mais simples e funcional para que fossem feitos esses confrontos de dados, tanto à pesquisadora como ao leitor, seria através de tabelas.

Procedendo-se dessa maneira, eis a primeira tabela:

	kel	kes
Fábulas	0/11 = 0	0/9 = 0
L8	3/11 = 27,2%	2/9 = 22,2%
L1	4/11 = 36,3%	2/9 = 22,2%
L2	0/11 = 0	3/9 = 33,3%
L3	0/11 = 0	0/9 = 0
L4	2/11 = 18,1%	2/9 = 22,2%
L5	0/11 = 0	0/9 = 0
L6	2/11 = 18,1%	0/9 = 0
L7	0/11 = 0	0/9 = 0
Total	11/11 = 100%	9/9 = 100%

Percebe-se, observando-se essa tabela, um equilíbrio entre os informantes, incluindo-se as fábulas, com relação à utilização de *kel/kes* como artigos definidos. Porém, é necessário relativizar esses dados, levando-se em conta que não há uma equiparação entre

os textos até aqui analisados, como já mencionado anteriormente. Assim, essas tabelas podem auxiliar na visualização dos dados, porém seus resultados devem ser observados com cautela.

Se for elaborada uma tabela por grupos, como explicado anteriormente, pertencendo ao Grupo I as fábulas e o Inquérito 3, de L8, e ao Grupo II os Inquéritos 1 e 2, dos estudantes cabo-verdianos, serão obtidos os seguintes resultados:

	kel	kes
Grupo I	3/11 = 27,2%	2/9 = 22,2%
Grupo II	8/11 = 72,7%	7/9 = 77,7%
Total	11/11 = 100%	9/9 = 100%

Como pode ser observado, tanto no caso de *kel*, como no de *kes*, o Grupo II obteve mais de 70% das ocorrências. Porém, é preciso observar que os inquéritos do Grupo II são mais extensos do que os do Grupo I, como explicitado anteriormente, e esse fato talvez pudesse ser uma das explicações para essa diferença de porcentagens entre os dois grupos.

De qualquer forma, apesar de poucas ocorrências, é possível afirmar que em CCVS, os pronomes demonstrativos *kel/kes* podem também funcionar como artigos definidos, sendo essa a primeira questão proposta nesta Dissertação, a ser respondida.

Porém, é importante salientar que apenas a partir do contexto é possível perceber se *kel/kes* estão sendo utilizados pelo falante como artigo definido ou pronome demonstrativo. Muitas vezes nem o contexto permite delimitar a utilização de *kel/kes* pelo falante, ficando patente essa questão ao ser observado o número de ocorrências em que não é possível saber se essas duas formas estão sendo utilizadas como pronomes demonstrativos ou como artigos definidos. Isso nas transcrições das conversas dos falantes, pois nas fábulas, mais uma vez, não foram localizadas essas formas.

Iniciando-se por L8, pelos motivos já elencados, foram encontradas 25 ocorrências de *kel*, e 6 de *kes*, as quais, mesmo a partir do contexto, não puderam ser identificadas unicamente como demonstrativos ou artigos definidos, como por exemplo:

(53)(...) ...*astanta canto tchiga kel hora di bai pa casa...* (...).
 (...) ...às tantas quando chegar-PST a-DEF/aquela-DEM hora de ir-INF para casa... (...).
 ((...)) ...às tantas quando chegou **a/aquela** hora de ir para casa... ((...)).

(54) (...) *e ta odja ma tem kes cuzas de porco* (...).
 (...) ele olhar-PRS mas ter-PRS as-DEF/aquelas-DEM coisas do porco (...).
 ((...)) ele olha mas tem **as/aquelas** coisas do porco ((...)).

Em L1, foram observadas 8 ocorrências de *kel* e 5 de *kes* que não puderam ser determinadas como artigos definidos ou pronomes demonstrativos, ou seja, poderia ser um ou outro nos contextos observados. Em L2, apenas uma ocorrência de *kel* e 3 de *kes* nessas condições. Em L3, também uma ocorrência de *kel* e duas de *kes*. Em L4, 5 de *kel* e 3 de *kes*. Em L5, nenhuma ocorrência, dessa natureza, de *kel*, e 4 de *kes*. Em L6, 3 de *kel* e 4 de *kes*. Já em L7, 4 de *kel* e 9 de *kes*. Exemplos:

(55) L7: *é cima kel história qui N' contaba di nhá*
 ser-PRS como a-DEF/aquela-DEM história que eu contar-IPFV-DUR de minha
família lá na Rubon Manel... (...).
 família lá em Rubon Manel... (...).
 (é como **a/aquela** história que eu estava contando da minha família lá em
 Rubon Manel... ((...)).

(56) L6: *kes gente lá fora ta fazi*
 as-DEF/aquelas-DEM pessoas lá do interior fazer-PRS
kes saia cumpridu (...).
 as-DEF/aquelas-DEM saias compridas (...).
 (**as/aquelas** pessoas lá do interior fazem **as/aquelas** saias compridas ((...)).

Pode-se, também, apresentar uma tabela constando os dados referentes às formas *kel/kes* que, mesmo observando-se o contexto, não puderam ser especificadas como

pronomes demonstrativos ou artigos definidos, a qual será vista a seguir, levando-se em conta todos os textos analisados até o momento:

	kel	kes
Fábulas	0/47 = 0	0/36 = 0
L8	25/47 = 53,1%	6/36 = 16,6%
L1	8/47 = 17%	5/36 = 13,8%
L2	1/47 = 2,1%	3/36 = 8,3%
L3	1/47 = 2,1%	2/36 = 5,5%
L4	5/47 = 10,6%	3/36 = 8,3%
L5	0/47 = 0	4/36 = 11,1%
L6	3/47 = 6,3%	4/36 = 11,1%
L7	4/47 = 8,5%	9/36 = 25%
Total	47/47 = 100%	36/36 = 100%

Nessa tabela, chama a atenção o fato de 53,1% dos casos de *kel* como artigo definido ou demonstrativo estarem no inquérito de L8. Todavia, é preciso lembrar que esse inquérito é composto por 30' de monólogo desse informante, diferentemente dos outros dois inquéritos, como já explicado.

Os outros dados, em média, demonstram uma equiparação entre os textos, salvo *kel* em L1, 17% e *kes* em L8 e L7, 16,6% e 25%, respectivamente.

Será apresentada uma tabela abaixo dividindo-se os informantes em dois grupos, como elaborado anteriormente:

	kel	kes
Grupo I	25/47 = 53,1%	6/36 = 16,6%
Grupo II	22/47 = 46,8%	30/36 = 83,3%
Total	47/47 = 100%	36/36 = 100%

É interessante notar que, apesar do Grupo II apresentar um texto menor, já que nas fábulas não surgiu nenhuma ocorrência dessa natureza, o número de *kel*, podendo funcionar como demonstrativo ou artigo definido, foi superior ao do Grupo II, com 90' de transcrições. Todavia, no que diz respeito ao *kes*, houve grande superioridade de ocorrências no Grupo II em relação ao Grupo I, como já ocorreu na tabela dos grupos, na qual foram demonstradas as utilizações de *kel/kes* unicamente como artigos definidos.

Será interessante verificar se essas constatações se repetirão na verificação de *kel/kes* sendo utilizados exclusivamente como pronomes demonstrativos, o que será feito no tópico a seguir.

6.2 *Kel/kes* utilizados como pronomes demonstrativos

Foram observadas, também, as ocorrências de *kel/kes* como pronomes demonstrativos, como pode ser verificado a seguir:

- nas páginas que compõem as duas fábulas foram encontradas apenas duas ocorrências do demonstrativo *kel* e nenhuma do *kes*, como pode ser visto abaixo:

(57) *Só ki kel dia pa azár (...)* (Semedo:2005a).

Só que aquele-DEM dia por azar (...).

(Mas **naquele** dia por azar (...)).

(58) (...) *ma Njordés ta grába i ma kusa di ke-li*

(...) mas Senhor Deus ofender-PRS e mas coisa de aquela

ka ta fasedu. (Semedo:2005b).

não-NEG estar-AUX-INF fazer-DUR.

((...) mas o Senhor Deus se ofende e uma coisa **daquela** não pode ser feita).

- já em L8, que virtualmente apresentaria uma variedade de CCVS semelhante ao das fábulas, o quadro é bem diferente: 43 utilizações de *kel* como pronome demonstrativo (incluindo-se uma forma variante, *ka la*, e outra *naquel*, junção da preposição em + a forma variante *aquel*, pronome demonstrativo) e 3 ocorrências de *kes*, como nos exemplos abaixo:

(59) (...) *Nastaci kel lá é omi más malcriado...*

(...) *Nastaci* aquele-DEM lá ser-PRS homem mais malcriado...

((...) *Nastaci* **aquele lá** é o homem mais malcriado...).

(60) (...) *porteiro fla cre::do Nastaci... mos nem ka bu limia*

(...) *porteiro* falar-PST *cre::do* *Nastaci...* moço nem ka-NEG você mencionar-INF

nomi... ka lá preto...

nome... aquele-DEM lá preto...

((...) o *porteiro* falou *cre::do* *Nastaci...* rapaz você não pode nem mencionar o nome dele... **aquele lá** preto...).

(61) (...) *bitchos fera de sete cabeça que ata bebeba tudu agu di*

(...) *bichos* feras de sete cabeças que ter-AUX beber-IPFV toda água de

naquel ribeira de *nho rai ta secaba...* (...).

naquela ribeira de *nho rei* estar-AUX secar-IPFV

((...) os *bichos* feras de sete cabeças que tinham bebido toda a água **daquela** ribeira de *nho rei* (que) estava secando... (...)).

(62) *el obi música ta toca lá badjo lá pa kes cau lá (...).*

ele ouvir-PST música tocar-PRS-DUR lá baile lá para aqueles-DEM locau lá (...).

(ele ouviu música tocando lá no baile lá pra **aqueles** lados lá (...)).

- em L1, foram localizadas 7 ocorrências de *kes* como pronomes demonstrativos e 42 de *kel*;

- em L2, 10 ocorrências de *kel* e 16 de *kes*. É interessante notar que apenas no texto desse informante o número das formas de *kes* como pronomes demonstrativos ultrapassou as de *kel*, dessa mesma natureza. Também, é comum, nos textos de todos os informantes, encontrar o demonstrativo *kel* sucedido dos advérbios *li* e *la* (*kel li/ kel la*); essas formas também são localizadas em L2, como também, no texto desse informante, apareceu uma

ocorrência do demonstrativo kes sucedida pelo advérbio *la*, não ocorrendo essa forma em outros textos:

(63) (L2): ... *Caçu Bodi*⁴⁶ *qui es ta dá na Praia lá... telemóvel*

... *Caçu Bodi que eles dar-PRS na Praia lá... celular*

ka ta falta... dinhem... kes lá ka

não-NEG faltar-PRS dinheiro... aqueles-DEM lá não-NEG

ta faltas...

faltar-PRS...

((... *Caçu Bodi que eles dão lá na Praia... celular não falta... dinheiro...*

aquelas (coisas) *lá não faltam...*).

- em L3, cuja participação na conversa foi bastante discreta, houve 3 ocorrências de *kel* e uma de *kes* como pronomes demonstrativos;

- em L4, 27 ocorrências de *kel* e 12 de *kes* como demonstrativos;

- em L5, que também participou discretamente da conversa, 4 ocorrências de *kel* e 3 de *kes* como pronomes demonstrativos;

- em L6, não foi localizada a forma *kes* como pronome demonstrativo; apareceram 8 ocorrências de *kel*, como também duas variantes, *aquela* e *aquele*, com uma ocorrência cada, possivelmente pela interferência do Português, já que, devido à presença de Doc, e sua participação na conversa, mesmo que acanhada, para evitar essa interferência, muitas vezes eram ditas frases/palavras/expressões em Português, como será visto nos exemplos abaixo:

1

⁴⁶ De acordo com o informante Amaury, *caçu bodi*, literalmente, significa “caça ao corpo”, já que a palavra *bodi* vem do Inglês *body*, que significa corpo. É uma prática que está se tornando comum na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, na ilha de Santiago, na qual alguns grupos, geralmente de emigrantes repatriados dos Estados Unidos, abordam pessoas, tomando-lhes celular, dinheiro, e tudo o que estiverem levando de valor. Caso não tenham nada de valor a oferecer, podem sofrer violência por parte desses grupos.

(64) (L6): não amor... contínuo **aquela** moda igual qui está na moda... el taba tão rijo ((incompreensível)).

((L6): não amor... contínuo **aquela** moda igual qui está na moda... ele estava tão duro ((incompreensível))).

(65) n' ta lembra qui tinha alguns frango ma **aquele** era de escola...

(eu me lembro que tinham⁴⁷ alguns frangos mas **aquele** era de escola...).

- em L7, surgiram 12 ocorrências de kel como pronome demonstrativo, assim como as formas análogas daqueles, uma vez, aquele, 4 vezes, e naquel e naquele, uma vez cada uma, sendo essas formas, também, advindas do Português, como visto em L6; o demonstrativo kes, como pronome demonstrativo, surgiu em 12 oportunidades.

Vale comentar aqui que, no Inquérito II, talvez pela presença/participação de Doc, anteriormente comentada, talvez por L5, L6 e L7 estarem há mais tempo no Brasil, ou pelos dois motivos, ou por que, segundo Tarallo e Alkmin (1987:73): “falantes bilíngües freqüentemente apresentam interferência sistemática entre os dois códigos envolvidos na situação de contato”, ocorreu um fenômeno denominado *code-switching*, ou alteração de código. Segundo esses autores, “em code-switching os dois sistemas se mesclam no nível da sentença” (p. 13), sendo “basicamente governado pela situação, ou seja, alterna-se código, por exemplo, em função de domínios de comunicação, do interlocutor com quem estamos interagindo” (p. 14), o que ocorreu com a participação de Doc na conversa, diferentemente do Inquérito I, no qual Doc estava presente porém não interagiu com os informantes quando eles estavam conversando entre si e gravando essa conversa, ocorrendo *code-switching* nesse inquérito apenas como recurso estilístico, utilizado para enfatizar as falas de personagens citados pelos informantes, assim como ocorreu no Inquérito III. Essa diferença de ocorrência de *code-switching* nos inquéritos poderá ser vista nos exemplos abaixo:

¹ _____
⁴⁷ Forma possível em textos orais/informais do PB.

(66) Inquérito I:

L2: *ami'N tene gana obi alguém ta fala mo Zé Pequeno ((risos))*

L1: *((risos)) ah é kel lá qui bu cré odja... intão ba favela ma toma cuidado entra favela pamo si nau bu podi panha mau tchobe ((risos))*

L4: *nau bai sim... ka bu decha Euclides influenciãl...*

[

L2: *ó qui'n bai in tá fla i aí ca::ra ((risos))*

Tradução:

L2: *eu tenho vontade de ouvir alguém falar como o Zé Pequeno ((risos))*

L1: *((risos)) ah é aquilo lá que você quer ver... então vai na favela mas toma cuidado quando entrar na favela porque se não você pode se dar mal ((risos))*

L4: *não vai sim... não deixa o Euclides te influenciar...*

[

L2: *quando eu for eu vou falar i aí ca::ra*

((risos))

(67) Inquérito II:

L6: *kel li onde? ((referindo-se à foto))*

L7: *é lá...*

Doc: *Anhangabaú...*

L7: *um dia qui teve o... aniversário... de São Paulo...*

[

Doc: *festa... é...*

L6: *mas aonde mesmo?*

Doc: no Anhangabaú...

L7: lá no Vale de Anhangabaú...

L6: ah:: ok...

L7: tinha kes cusa lá i Iago...

L6: ((incompreensível))

L7: está fichi... ((referindo-se ao almoço))

L6: ((incompreensível))

L7: no dia de aniversário de São Paulo...

[

Doc: lá embaixo... na parte de baixo...

L6: hã...

L7: dia de aniversário di São Paulo tinha Power Rangers kes herói lá Iago fica contenti ((risos))...

L6: é más criança ((incompreensível))

(...)

Tradução:

L6: onde é aquilo ali? ((referindo-se à foto))

L7: é lá...

Doc: Anhangabaú...

L7: um dia qui teve o... aniversário... de São Paulo...

[

Doc: festa... é...

L6: mas aonde mesmo?

Doc: no Anhangabaú...

L7: lá no Vale de Anhangabaú...

L6: ah:: ok...

L7: tinham aquelas coisas lá e o Iago...

L6: ((incompreensível))

L7: está ótimo...

L6: ((incompreensível))

L7: no dia do aniversário de São Paulo...

[

Doc: lá embaixo... na parte de baixo...

L6: hã...

L7: no dia do aniversário de São Paulo tinha Power Rangers aqueles heróis lá o Iago ficou contenti ((risos))...

L6: é más criança ((incompreensível))

(...)

(68) Inquérito III:

L1: (...) então depois porquero fla... kel português... de porquero go... nho rai eu já matou aqueles cabeças... eu já matou aqueles cabeças... já matou... fladu si... nho rai fla si onde ta onde ta a língua...(...)

Tradução:

L1: (...) então depois o porquero falou... o/aquele Português... de porquero então... nho rei eu já matou aqueles cabeças... eu já matou aqueles cabeças... já matou... depois de ter dito isso... nho rei falou assim onde tá onde tá a língua...

É preciso ratificar que as frases inteiramente em Português não foram consideradas na análise em questão, mas apenas aquelas em que, em uma frase em CCVS, aparecem *palavras* em Português, como é o caso dos pronomes demonstrativos já citados e que agora serão demonstrados na tabela abaixo:

	kel	kes	ka la	naquel	aquela	aquele	daqueles	naquele
Fábulas	2/125 = 1,6%	0/54 = 0						
L8	43/125 = 34,4%	3/54 = 5,5%	1/1 = 100%	½ = 50%				
L1	42/125 = 33,6%	7/54 = 12,9%						
L2	10/125 = 8%	16/54 = 29,6%						
L3	3/125 = 2,4%	1/54 = 1,8%						
L4	27/125 = 21,6%	12/54 = 22,2%						
L5	4/125 = 3,2%	3/54 = 5,5%						
L6	8/125 = 6,1%	0/54 = 0			1/1 = 100%	1/5 = 20%		
L7	12/125 = 9,6%	12/54 = 22,2%		½ = 50%		4/5 = 80%	1/1 = 100%	1/1 = 100%
Total	125/125 = 100%	54/54 = 100%	1/1 = 100%	2/2 = 100%	1/1 = 100%	5/5 = 100%	1/1 = 100%	1/1 = 100%

É interessante notar, nesta tabela, a grande quantidade de *kel* como pronome demonstrativo em L8 e L1, 43 e 42 ocorrências, respectivamente, sendo o primeiro do interior de Santiago, tendo sempre morado lá, e o segundo da capital, tendo sempre morado na Praia, deixando sua cidade natal apenas para vir estudar no Brasil, há um ano e três meses. L4, também do interior de Santiago, mas que fora residir na capital com dois anos, tendo saído de lá apenas para estudar no Brasil, há três anos, também apresenta inúmeras ocorrências de *kel* pronome demonstrativo: 27 no total.

Quanto ao *kes* pronome demonstrativo, chama-nos a atenção a pequena quantidade desse pronome nos textos de L8 e L1, 3 e 7 ocorrências respectivamente, em detrimento à grande quantidade de *kel*, como visto no parágrafo anterior. As maiores quantidades de ocorrências de *kes* demonstrativo sucederam em L2, 16 no total, informante originário da

capital e residente há um mês⁴⁸ no Brasil, e em L4 e L7, 12 ocorrências para cada, ambos do interior da ilha de Santiago, tendo o primeiro residido no Brasil há quatro anos, e o segundo há quatorze⁴⁹.

Será elaborada, agora, uma tabela, dividida em grupos I e II, como foi feito no tópico anterior:

	kel	kes	ka la	naquel	aquela	aquele	daqueles	naquele
Grupo I	45/125 = 36%	3/54 = 5,5%	1/1 = 100%	½ = 50%				
Grupo II	80/125 = 64%	51/54 = 94,4%		½ = 50%	1/1 = 100%	3/3 = 100%	1/1 = 100%	1/1 = 100%
Total	125/125 = 100%	54/54 = 100%	1/1 = 100%	2/2 = 100%	1/1 = 100%	3/3 = 100%	1/1 = 100%	1/1 = 100%

Nesta tabela, o destaque é a pequena quantidade *kes* no Grupo II, em detrimento ao Grupo I: esse fato já havia se manifestado nas outras tabelas de comparação do grupos, de *kel/kes* como artigos definidos, e naquela que mostrava as formas de *kel/kes* podendo ser analisados como artigos definidos ou pronomes demonstrativos, 22,2% e 16,6%, respectivamente, mas nessa tabela, de *kel/kes* como demonstrativos, a diferença de *kes* entre os dois grupos se acentuou. Esse fato poderia sugerir que, no Grupo II, que apresentaria uma variedade basilectal do CCVS, haveria uma tendência a empregar menos a forma *kes*, seja como artigo definido ou pronome demonstrativo. Todavia, como já foi dito, o corpus do Grupo I é menor do que o do Grupo II. E, observando-se individualmente os dados dos informantes do Grupos II, percebe-se que a maioria deles apresenta resultados semelhantes àqueles verificados nos textos dos Grupo I, o que acaba por afastar essa hipótese.

6. 2. 1 Caráter dêitico ou anafórico dos pronomes demonstrativos em CCVS

Um outro ponto a respeito dos pronomes demonstrativos, relevante para esta análise, é o funcionamento desses pronomes como anafóricos ou como dêiticos, já que, como já verificado, as formas *kel/kes* podem funcionar como artigos definidos ou pronomes

¹ _____

⁴⁸ Na época da entrevista.

⁴⁹ Na época da entrevista.

demonstrativos. Assim, como já colocado nas “Hipóteses e objetivos” deste trabalho, é preciso verificar se esses pronomes estão perdendo seu caráter dêitico, tornando-se anafóricos, e então passam a funcionar como artigos definidos.

Lembrando que, para esse levantamento, foram examinadas todas as formas *kel/kes* que poderiam ser consideradas pronomes demonstrativos, incluindo aquelas que apresentaram ambigüidade de análise, podendo ser identificadas ou como artigos definidos, ou como pronomes demonstrativos.

- Iniciando-se pelas fábulas, as duas únicas formas *kel*, uma em cada um dos textos, são anafóricas, como pode ser visto no exemplo abaixo:

(69) (...) *ês kumbina ki diâ ki Xibinhu ta leba-l kása di Nhá Tia Ganga.*

Só ki kel dia pa azár (...) (Semedo 2005a).

Só que aquele-DEM dia por azar.

((...)) eles combinaram em qual dia que o Xibinho iria levá-lo na casa da Nhá Tia Ganga.

Só que **naquele** dia por azar (...)).

- Passando para F8, foram localizadas sessenta e duas (62) formas *kel* e 6 *kes* anafóricas, assim como 13 *kel* e uma (1) *kes*, dêiticas, além das duas formas variantes *kal* e *naquel*, ambas anafóricas, como poderá ser verificado nos exemplos abaixo:

(70) *kes* anafórico:

(...) *tudo alguém que obi novidade na rádio porquero cu princesa que ata casa...*

(...) *tudo kes pessoas que bu atcha na casa de nho rai (...).*

(...) todas as-DEF/aquelas-DEM pessoas que você achar-INF na casa de nho rai (...).

((...)) todas as pessoas que ouviram a novidade na rádio de que o porquero iria se casar com a princesa... (...) todas **as/aquelas** pessoas que você achar na casa de nho rei (...)).

Esse é um exemplo interessante a ser analisado pois, para que o falante L1 pudesse utilizar a forma *kes* como anafórica, foi necessário empregar dois expedientes para que (O), no caso Doc, um cabo-verdiano que fez essa entrevista, como explicado anteriormente, pudesse compreender o que estava sendo dito: proferiu, anteriormente, a informação de que o porqueiro se casaria com a princesa, como também evocou a informação contida no arquivo permanente de (O), segundo a qual o casamento da filha de um rei deverá ter uma festa, obviamente com muitos convidados. Então, a expressão “*tudo kes pessoas*” faz referência aos convidados para o casamento da princesa.

- *kel dêítico*:

(71) (...) *e fla ma cumpá Precório... cumpá Precório... cumpá Precório...*
 (...) ele falar-PST mas compadre Precório... compadre Precório... compadre Precório...
kel li go é nosentésa que nhu pergunta... kel li
 isso-DEM aí agora ser-PRS estupidez que você perguntar-PRS-DUR isso-DEM aí
nho ka devia perguntá mi... (...).
você não-NEG dever-PST perguntar-INF me... (...).
 ((...) ele (Nastaci) falou mas compadre Precório... compadre Precório... compadre
 Precório... **isso aí** agora é estupidez que você tá me perguntando... **isso** você não devia
 me perguntar... (...)).

Nesse caso, as formas *kel* apresentadas são dêíticas, pois fazem parte do discurso do personagem Precório, o qual faz referência às perguntas feitas a ele pelo personagem Nastaci, ambos interpretados por L8 que estava narrando a história.

- *kes* dêítico:

(72) (...) *el (Nastaci) obi música ta toca lá badjo*
(...) ele (Nastaci) ouvir-PST música tocar-PRS-DUR lá baile
lá pa kes cau lá (...).
lá para aqueles lugar lá (...).
((...)) ele ouviu música tocando lá no baile lá **pra'queles** lados lá (...).

Nesse exemplo, percebe-se a utilização dêítica de *kes*, pois L8 está mostrando ao seu interlocutor onde fica o local do qual está falando.

- Em L1, foram encontradas 44 formas *kel* e 10 *kes* anafóricas, bem como 4 *kel* e duas (2) *kes* dêíticas, além de uma variante qui li, anafórica, e uma forma *kes* catafórica, como será visto no exemplo abaixo:

(73) *dexa tudo kes cuza pa trás... mamá... cu papá... irmã...*
deixar-PRS todas aquelas coisa para trás... mamãe... com papai... irmã...
((você)) deixa todas **aquelas** coisas pra trás... a mamãe... o papai... a irmã...

- Já em L2, foram localizadas 10 formas *kel* e 11 *kes* anafóricas, bem como 3 *kel* e 6 *kes* dêíticas;

- Em L3, 3 *kel* e 4 *kes* anafóricas, bem como duas (2) *kel* dêítica, não sendo localizada nenhuma forma *kes* dêítica. Semelhantes dados ocorreram em L5, não sucedendo nenhuma forma *kes*, e apenas uma (1) *kel* dêítica; e anafóricas, foram 3 *kel* e 3 *kes*.

- Em L4, vinte e duas (22) formas *kel* e 17 *kes* anafóricas, assim como 9 *kel* e uma (1) *kes* dêíticas.

- Em L6, 8 formas *kel* anafóricas, além de duas variantes, aquela e aquele, e 8 *kes*, bem como 3 *kel* dêiticas, não sendo localizada nenhuma forma *kes* dêítica.

- Em L7, por sua vez, 14 formas *kel* anafóricas, além de 4 variantes aquele, uma (1) daqueles e uma naquela, além de naquele e naquel, uma de cada, 15 *kes*, além de 4 formas *kel* e 6 *kes* dêiticas.

Será apresentada abaixo uma tabela com as formas *kel/kes*, anafóricas e dêiticas, por informante, para que se possa ter uma melhor visualização dos dados descritos. Lembrando que as formas variantes *ka la*, *naquel*, *aquela*, *aquele* *daqueles* e *naquele* são todas anafóricas, e, como já foram demonstradas em tabela anterior, não será necessário demonstrá-las novamente na tabela abaixo :

	kel anafórico	kes anafórico	kel dêítico	kes dêítico	kes catafórico
Fábulas	2/168= 1,1%	0/74 = 0%	0/39= 0%	0/16 = 0%	
L8	62/168= 36,9%	6/74 = 8,1%	13/39= 33,3%	1/16 = 6,2%	
L1	44/168= 26,1%	10/74= 13,5%	4/39 = 10,2%	2/16 = 12,5%	1/1 = 100%
L2	10/168= 5,9%	11/74= 14,8%	3/39= 7,6%	6/16 = 37,5%	
L3	3/168 = 1,7%	4/74 = 5,4%	2/39 = 5,1%	0/16 = 0%	
L4	22/168= 13%	17/74= 22,9%	9/39 = 23%	1/16 = 6,2%	
L5	3/168 = 1,7%	3/74 = 4% 4%	1/39 = 2,5%	0/16 = 0%	
L6	8/168 = 4,7%	8/74 = 10,8%	3/39= 7,6%	0/16 = 0%	
L7	14/168= 8,3%	15/74= 20,2%	4/39= 10,2%	6/16 = 37,5%	
Total	168/168 = 100%	54/54 =100%	39/39 =100%	16/16 =100%	1/1 =100%

Uma questão bastante interessante que se destaca na observação dessa tabela é a quantidade de formas anafóricas em detrimento às formas dêiticas: uma ocorrência dêitica para quatro anafóricas. Além disso, é preciso observar que, em todos os informantes, incluindo-se as fábulas, as ocorrências de *kel/kes* anafóricas superam as dêiticas, destacando-se L8 e L1 devido à grande quantidade de *kel* anafórico, em comparação às formas dêiticas, bem como *kes* anafórico em L4.

Esses dados sugerem que, respeitadas as limitações deste trabalho, em CCVS, há uma tendência das formas demonstrativas *kel/kes* perderam seu caráter dêitico, tornando-se anafóricas, pois, como foi visto, a quantidade das formas *kel/kes* anafóricas verificadas no corpus é indiscutivelmente superior às dêiticas, principalmente ao que se refere à forma *kes*, como poderá ser verificado na tabela abaixo, que apresenta as formas *kel/kes* dêiticas e anafóricas divididas por grupos, como feito em outras tabelas anteriormente:

	kel anafórico	kes anafórico	kel dêitico	kes dêitico
Grupo I	64/168 = 38%	6/74 = 8,1%	13/39= 33,3%	1/16 = 6,2%
Grupo II	104/168= 61,9%	68/74 = 91,8%	26/39= 66,6%	15/16= 93,7%
Total	168/168 = 100%	74/74 = 100%	39/39 =100%	16/16 =100%

É interessante notar que os textos do Grupo I, 30' de gravações de L8 mais duas fábulas curtas, são menos extensos do que os do Grupo II, 1h30' de gravações, como já comentado, e, nesse sentido, os dados de *kel*, anafóricos e dêiticos, estão equilibrados: 38% e 33% das ocorrências do Grupo I, para 61,9% e 66,6% do Grupo II, ou seja, aproximadamente 1/3 das ocorrências, para textos três vezes menores.

Todavia, as formas *kes*, como já observado anteriormente, anafóricas e dêiticas, apresentam uma quantidade de ocorrências bastante inferiores às do Grupo II, 8,1% e 6,2% respectivamente, para 91,8% e 93,7%.

Mas, de qualquer forma, tanto no Grupo I como no Grupo II as formas *kel/kes* anafóricas são bastante superiores às dêiticas: 64 *kel* anafóricos para 13 dêiticos e 6 *kes*

anafóricos para 1 dêitico, no Grupo I, bem como 104 kel anafóricos para 26 dêiticos e 68 kes anafóricos para 15 dêiticos, no Grupo II, confirmando o que já foi dito sobre a tendência desses demonstrativos quanto às formas anafóricas em CCVS.

6.3 Artigos indefinidos

Quanto aos artigos indefinidos, foram feitos os seguintes levantamentos:

- nas fábulas surgiram 6 ocorrências de artigos indefinidos no masculino singular em Semedo (2005a) e 5 em Semedo (2005b), não ocorrendo nenhum caso desse artigo no plural e nem no feminino. Aliás, segundo as gramáticas do CCV consultadas nesta Dissertação, apresentadas anteriormente, não haveria flexão de gênero para o artigo indefinido, sendo que apenas Veiga (1995:156) admite a existência dessa forma, porém utilizada apenas como “aumentativo”, dando como exemplo *uma kabésa*, significando uma cabeça grande.

Já Quint (1998) informa que o artigo indefinido *uma* é utilizado para enfatizar uma situação, precedendo tanto vocábulos do gênero feminino como do masculino, sendo utilizada essa forma também no plural, *umas*, demonstrando alguns exemplos, dos quais foram selecionados dois, adaptando-se as traduções para o PB nesta Dissertação:

(74) *N' teni uma fómi.*

Eu ter-PRS uma-INDF fome.

(Estou com **muita** fome⁵⁰).

1

⁵⁰ É interessante notar que no PB também ocorre a utilização do artigo indefinido para enfatizar algo. Porém, diferentemente do CCVS, tanto a forma *uma* como *um*, no singular e no plural, podem ter esse papel, dependendo do referente ao qual pretende-se dar ênfase: um/uns precedendo referentes do gênero masculino e uma/umas precedendo referentes do gênero feminino. Assim, no PB, é perfeitamente possível a um falante utilizar a expressão “Estou com uma fome”, para comunicar ao seu ouvinte que está com muita fome. Também é possível dizer “Estou com um frio”, para informar ao ouvinte que está com muito frio. Em PB, também é possível utilizar essa possibilidade de ênfase do artigo indefinido em sentido figurado, de uma maneira irônica. Assim, um falante pode dizer “Estou com uma vontade de trabalhar”, para dizer que não está com muita vontade de trabalhar, ou “Assisti a um filme”, para informar que não gostou muito do filme ao qual assistiu. Vale lembrar que apenas o contexto vai determinar se o falante está utilizando tal ênfase de maneira irônica ou não.

(75) *Tem umas bódi riba kása.*

Ter-PRS umas-INDF bode em cima casa.

(Tem **uns** bodes enormes em cima da casa).

- já em L8, o artigo indefinido *um* surgiu em 36 oportunidades, o seu plural, *uns*, em 3, e o feminino, *uma*, em 4 oportunidades, como será visto abaixo:

(76) (...) *n' cré fazi um maneira de cria um negócio*

(...) eu querer-PRS fazer-INF um-INDF maneira de criar-INF um-INDF negócio
na casa (...).

em casa (...).

(...) eu quero inventar **uma** maneira de criar **um** negócio em casa (...).

Neste exemplo, fica claro que, em CCVS, o artigo indefinido *um* pode ser utilizado, também, precedendo vocábulos do gênero feminino, assim como os masculinos. Todavia, foi localizada no inquérito desse informante também a forma feminina *uma*, em 4 ocasiões, não sendo utilizadas como aumentativo ou para dar ênfase, duas delas sendo precedidas pelo demonstrativo *kel*, como será visto nos exemplos a seguir:

(77) (...) *era uma bés (...).*

(...) ser-IPFV uma-IND vez (...).

(...) era **uma** vez (...).

(78) (...) *era nhu padri ku kel uma batina bestidu (...).*

(...) ser-IPDF senhor padre com aquela-DEM uma-IND batina vestir-PTCP (...)

((...) era o senhor padre vestido com **aquela uma**⁵¹ batina (...)).

Posteriormente será verificado em quais contextos foram utilizadas essas formas, para que se possa chegar a algumas proposições. Será demonstrado, agora, um exemplo da forma masculina plural na fala desse informante:

1

⁵¹ A forma *aquela uma* também pode ser encontrada no PPB, como no exemplo a seguir: “Com que blusa você vai?” “Com aquela uma que o pai me deu”.

(79) (...) *n' cria bendiba uns figos... fígados toresma e longüiça (...).*
(...) eu querer-PST vender-PST uns-IND figos... fígados torresmo e lingüiça (...).
((...)) eu queria vender **uns** figos... fígados torresmo e lingüiça (...)).

- em L1 foram encontradas 19 ocorrências do artigo indefinido *um*, sendo uma delas a junção da preposição *em* com o referido artigo, e 4 ocorrências desse mesmo artigo no plural, não sendo localizada nenhuma forma desse artigo no feminino, singular ou plural.

- em L2, 6 ocorrências do artigo indefinido *um*, não aparecendo formas desse artigo no feminino ou plural, assim como em L3, surgindo apenas o artigo *um* em uma oportunidade. Surgiu apenas o artigo *um*, e não suas flexões, também em L4, em 22 oportunidades, sendo uma delas a junção desse artigo com a preposição *em*, demonstrada no exemplo abaixo, como foi visto na fala de L1.

(80) (...) *bu ta entra num loja (...).*
(...) você estar-AUX entrar-PRS em um-IND loja (...).
((...)) você entra **numa** loja (...)).

- da mesma forma, em L5 houve 4 ocorrências do artigo *um*, sendo uma delas *num* (preposição *em* + artigo indefinido *um*), não sendo observadas as flexões desse artigo. Em L6, o artigo *um* apareceu em 10 oportunidades, como também, sua forma feminina *uma* em uma (1), a qual não foi empregada como ênfase ou aumentativo, e a forma plural, *uns*, também em duas. Em L7, 32 ocorrências do artigo indefinido *um*, sendo 5 delas prep *em* + artigo indefinido *um*, duas (2) da forma *uma*, não sendo utilizadas nem como aumentativo, nem como ênfase, e uma (1) ocorrência do plural *uns*.

Será proposta uma tabela, abaixo, sintetizando os dados localizados no corpus, dividindo-os por informante. As formas preposição + artigo não terão colunas próprias na tabela, sendo incluídas nas colunas dos artigos que fazem parte dessa composição. Assim, a forma *numa*, por exemplo, fará parte da coluna do artigo indefinido *uma*, como poderá ser verificado a seguir:

	um	uns	uma	umas
Fábulas	11/141= 7,8%	0/10 = 0%	0/7= 0%	NO ⁵²
L8	36/141= 25,5%	3/10 = 30%	4/7= 57,1%	NO
L1	19/141= 13,4%	4/10= 40%	0/7 = 0%	NO
L2	6/141= 4,2%	0/10= 0%	0/7= 0%	NO
L3	1/141 = 0,7%	0/10 = 0%	0/7 = 0%	NO
L4	22/141= 15,6%	0/10= 0%	0/7 = 0%	NO
L5	4/141 = 2,8%	0/10 = 0%	0/7 = 0%	NO
L6	10/141= 7%	2/10 = 20%	1/7= 14,2%	NO
L7	32/141= 22,6%	1/10= 10%	2/7= 28,5%	NO
Total	141/141 = 100%	10/10 =100%	7/7 =100%	NO

Se for observada a quantidade de artigos indefinidos nesse corpus, 158, em detrimento ao número de ocorrências de artigos definidos, 24, pode-se pensar na proposta de Lucchesi (1994a), segundo a qual o sistema de referência nos crioulos utiliza uma única forma, o artigo indefinido, cabendo ao artigo definido um papel secundário, servindo ou para dar ênfase ao SN indefinido já mencionado, funcionando como marca estilística, “ou para reforçar a noção de ‘definição’, já previamente fornecida pela coesão textual”, o que explicaria seu uso bastante irregular.

Assim, inclusive as ocorrências nas quais não foi possível identificar se *kel/kes* eram pronomes demonstrativos ou artigos definidos, 85 no total, demonstram certa irregularidade no uso dessas formas, pois, como explicado anteriormente, apesar do contexto, as formas citadas não puderam ser analisadas com precisão e inseridas em uma ou outra categoria.

Mesmo adicionando essas formas àquelas que puderam precisamente ser caracterizadas como artigos definidos, se chegaria a um total de 109 formas, também

¹ ⁵² NO = nenhuma ocorrência.

inferiores às 158 concernentes aos artigos indefinidos, corroborando as idéias de Lucchesi (1994a) quanto a esses artigos.

Na tabela acima, chama a atenção o número de ocorrências de artigos indefinidos verificadas em L7 e L8, trinta e duas (32) e 36 respectivamente, totalizando praticamente 50% das ocorrências.

A forma *uma*, já comentada neste tópico, surgiu em 4 oportunidades, de um total de 7 ocorrências no inquérito III, de L8, sendo localizada essa forma apenas no inquérito II, falantes L6 e L7, e não no inquérito I.

Uma outra observação é o fato de não aparecer nenhuma ocorrência da forma *umas* no corpus em análise, forma essa prevista por Quint (1998). Já o plural *uns*, não denunciada pelas gramáticas do CCV consultadas para esta Dissertação, surgiu em 10 ocorrências.

Será demonstrada, agora, uma tabela apresentando os artigos indefinidos localizados no corpus, divididos por grupos, como explicado anteriormente:

	um	uns	uma	umas
Grupo I	46/141 = 32,6%	3/10 = 30%	4/7 = 57,1%	NO
Grupo II	95/141 = 67,3%	7/10 = 70%	3/7 = 42,8%	NO
Total	141/141 = 100%	10/10 = 100%	7/7 =100%	NO

Sobre os artigos indefinidos, por hora, não serão feitas mais observações, sendo a tabela a respeito dos artigos indefinidos divididos por grupos utilizada posteriormente, em comparação com outras tabelas, demonstrando outras formas.

6.4 Artigos definidos do Português localizados no corpus

Talvez pelos motivos elencados acima, ou por estarem há mais tempo vivendo no Brasil, ou pelos dois motivos, no inquérito II, de estudantes cabo-verdianos que vieram estudar no Brasil, surgiram artigos definidos⁵³, masculino e feminino, no singular e no plural⁵⁴, na fala de cada um dos informantes desse inquérito. Assim:

- em L5, ocorreram os artigos definidos *o* e *a* em duas oportunidades, como também o plural de *o*, falado *us* pelo informante, em uma oportunidade, como pode ser verificado abaixo:

(81) (L5): *é kes gentis ta toma tudo criança...*

(L7): *kes tchada de minino na nhá frente...*

[

(L5): *criança de tudo... neto...*

[

(L7): *a mi go cu nhá Cruzeiro brasileiro...*

[

(L5): *us neto tudo tudo a família o vizinho tudo ((risos))...*

((L5): *é aquelas pessoas pegam todas as crianças...*

(L6): *aquele monte de menino na minha frente...*

[

(L5): *crianças de todos... neto...*

[

1

⁵³ É preciso esclarecer que em CCVS o artigo definido feminino *a*, cristalizado na preposição *na*, que pode corresponder às preposições *de*, *em* e *a* do Português, dependendo do contexto, advinda da junção da preposição *em* + artigo definido *a* do Português, como bem explica Quint (1998) e Quint (2000), não pode ser considerado artigo, ou seja, a preposição *na* é utilizada em palavras tanto no masculino como no feminino, não existindo a forma *no*, como pode ser verificado nos exemplos a seguir, retirados de Quint (1998) e livremente traduzidos: “lá na káru branco” (ali no carro branco); “sta na Néi” (está na casa do Nei); a-mi-m é uniku fidjo mátku na nha mai” (eu sou o único filho homem na casa da minha mãe). Assim, obviamente, essa preposição não será contabilizada na contagem dos artigos definidos *a* localizados em quaisquer dos textos que estão sendo analisados nesta Dissertação.

⁵⁴ No Inquérito II foi localizado o plural apenas da forma masculina do artigo definido, e não da feminina.

(L7): eu com meu Cruzeiro brasileiro...

[

(L5): **os** netos todos toda **a** família **o** vizinho
tudo ((risos))...

- em L6, quatro ocorrências do artigo definido *o*, como também uma ocorrência de *no* (preposição em + artigo definido *o*), como será visto no exemplo abaixo, e uma ocorrência do artigo definido *a*:

(82): (L7): *exato quem quiser cré más doce ta põe açúcar...*

(L6): *ah más (já) tem açúcar né? ah na **no** fogo...*

((L7): *exato quem quiser mais doce põe açúcar...*

(L6): *ah mas (já) tem açúcar né? ah na **no** fogo...*

- em L7 que, como já foi dito, além de informante tornou-se também entrevistador, combinado anteriormente com Doc, atraindo, muitas vezes o turno para si, foram 5 ocorrências do artigo definido *o* e 3 de *a*.

- É preciso dizer que no Inquérito I, também composto por uma conversa entre estudantes cabo-verdianos que vieram estudar no Brasil, porém que estão a menos tempo aqui do que aqueles do Inquérito II, como já mencionado, não houve nenhuma ocorrência de artigos definidos do Português. Talvez pelo tempo, menor, que estão vivendo no Brasil, ou quem sabe pela não participação de alguém que falasse Português na conversa, pois Doc estava no local onde foi feita a gravação, porém não participou da conversa.

- Com relação às fábulas, apenas em Semedo (2005b) foi localizado o artigo definido *o*, do Português, cristalizado no vocábulo *omésmu* do CCVS, que, segundo Quint (1998), advém da junção de *o* e *mesmo*, do Português, e significa o mesmo, idêntico, igual. Eis o exemplo:

(83) *Na óra di deta, omésmu kusa (Semedo:2005b).*

(Na hora de dormir, **a mesma** coisa).

- Em L8, que apresentaria um “crioulo fundo”, assim como as fábulas, apareceu o artigo definido *a*, em 3 ocorrências, e seu plural *as*, em uma ocorrência, a qual será demonstrada no exemplo abaixo:

(84) (...) *(Bocage) sai na mei de rua e fla si lá na casa de nho rei na cidade de casa de nho rei... tinha muitas putas... mas putas são as putas (...).*

((...) (O Bocage) saiu no meio da rua e falou assim na casa de nho Rei na cidade da casa de nho Rei... tinham⁵⁵ muitas putas... mas putas são **as** putas (...)).

Será demonstrada, abaixo, uma tabela constando esses artigos definidos:

	o	a	os	as
Fábulas	1/13= 7,6%	0/8= 0	0/1= 0	0/1= 0
L8	0/13= 0	3/8 = 37,5%	0/1= 0	1/1= 100%
L1	0/13= 0	0/8= 0	0/1 = 0	0/1= 0
L2	0/13= 0	0/8= 0	0/1= 0	0/1= 0
L3	0/13 = 0	0/8 = 0	0/1 = 0	0/1= 0
L4	0/13= 0	0/8= 0	0/1 = 0	0/1= 0
L5	2/13 = 15,3%	2/8 = 25%	1/1 = 100%	0/1= 0
L6	5/13= 38,4%	0/8 = 0	0/1= 0	0/1= 0
L7	5/13= 38,4%	3/8= 37,5%	0/1= 0	0/1= 0
Total	13/13= 100%	8/8= 100%	1/1= 100%	1/1= 100%

¹ _____
⁵⁵ Vide nota 41.

É preciso dizer que a forma *na*, que em Português é a junção da preposição *em* com o artigo definido *a*, não foi considerada nesta análise, já que em CCV, a forma *na* corresponde às nossas preposições *de*, *em*, *a* (Quint:1998), e apenas a essas preposições, sem correspondência com o artigo definido. Ou seja, o artigo definido *a*, advindo do Português e cristalizado nessa preposição do CCV, perdeu sua função de artigo, sendo a forma *na*, em CCV, exclusivamente preposição, como já explicado na nota 53.

6.5 *Determinantes e quantificadores*

Além dos pronomes demonstrativos *kel/kes* e dos artigos definidos e indefinidos, que são determinantes, outras formas também foram utilizadas como determinantes ou quantificadores dos substantivos, a saber: no primeiro caso, pronomes possessivos, bem como outros pronomes demonstrativos, e no segundo, pronomes indefinidos e interrogativos e numerais cardinais, como será verificado nos quadros abaixo:

- determinantes (pronomes possessivos e demonstrativos)

	si/se ⁵⁶	nhas ⁵⁷	nha	ses	bu	nhos	es	nos	nes	sua/ seu
Fábulas	3/43= 6,9%	0/23= 0	0/66= 0	0/13= 0	0/7= 0	0/3= 0	0/5= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/2= 0
L8	29/43= 67,4%	8/23 = 34,7%	21/66= 31,8%	6/13= 46,1%	1/7= 14,2%	0/3= 0	0/5= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/2= 0
L1	3/43= 6,9%	1/23= 4,3%	6/66 = 9%	3/13= 23%	4/7= 57,1%	3/3= 100%	4/5= 80%	0/1= 0	0/1= 0	0/2= 0
L2	0/43= 0	2/23= 8,6%	4/66= 6%	1/13= 7,6%	0/7= 0	0/3= 0	0/5= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/2= 0
L3	0/43 = 0	1/23 = 4,3%	6/66 = 9%	1/13= 7,6%	0/7= 0	0/3= 0	0/5= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/2= 0
L4	3/43= 6,9%	1/23= 4,3%	3/66 = 4,5%	1/13= 7,6%	1/7= 14,2%	0/3= 0	1/5= 20%	1/1= 100%	0/1= 50%	0/2= 0
L5	0/43 = 0	2/23= 8,6%	2/66 = 3%	0/13= 0	0/7= 0	0/3= 0	0/5= 0	0/1= 0	1/1= 100%	2/2= 100%
L6	0/43 = 0	5/23 = 21,7%	9/66= 13,6%	1/13= 6,6%	0/7= 0	0/3= 0	0/5= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/2= 0
L7	5/43= 11,3%	3/23= 13%	15/66= 22,7%	0/13= 0	1/7= 14,2%	0/3= 0	0/5= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/2= 0
Total	43/43= 100%	23/23= 100%	66/66= 100%	13/13= 100%	7/7= 100%	3/3= 100%	5/5= 100%	1/1= 100%	1/1= 100%	2/2= 100%

Nessa tabela, o que surpreende é a quantidade de pronomes possessivos *nha* em relação aos outros pronomes: de 164 casos, 66 são a forma *nha*, ou seja, 40,2% das ocorrências desses determinantes. É preciso dizer, também, que dessas 66 ocorrências, 21, ou 31,8%, foram proferidas por L8, sendo que, apenas L7, com 15 ocorrências, chegou próximo ao número de ocorrências de L8.

As variantes *si/se*, com 43 ocorrências, ou 26,2% dos casos, também merecem destaque, principalmente pelo fato de 67,4% dos casos, ou 29 ocorrências, terem sido proferidas por L8.

⁵⁶ As forma *si* e *se* são variantes e significam seu, sua. Como pode ser observado, além dessas duas formas variantes, surgiram outras: *sua/seu*, do Português, e a forma *bu*, que também significa seu/sua. O plural dessas formas é *ses*, significando seus ou suas, que tem como variante *nhos*.

⁵⁷ A forma *nhas* é plural de *nha*, tendo como significado minhas ou meus, e *nha*, minha ou meu.

Um outro ponto interessante nesses dados é a pequena quantidade dos determinantes citados acima nas fábulas, apenas 4 ocorrências de *si/se*, assim como já aconteceu com os outros determinantes já estudados. Isso sugere que, nesses textos, prevalecem as formas \emptyset nos SN's, em vez de determinantes ou quantificadores precedendo os substantivos, como será verificado em tópicos posteriores.

A seguir, alguns exemplos desses determinantes:

(85) L1: *el ta panha **si** caderno (...).*

(ele apanha **seu** caderno (...), ou, ele apanha o caderno dele (...)).

(86) L4: (...) *se pai ka staba na casa... (...).*

((...) **seu** pai não estava em casa... (...), ou, o pai dele não estava em casa (...)).

(87) L2: *só pa alarga **nhas** conhecimentus (...).*

(só pra ampliar **meus** conhecimentos (...)).

(88) L8: (...) *n' tem **nhas** fidjos (...).*

((...) eu tenho **meus** filhos (...)).

(89) L5: (...) ***nha** pai... por exemplo... tem quarta classe... **nha** mãe dja não... (...).*

((...) **meu** pai... por exemplo... tem a quarta série... **minha** mãe já não... (...)).

(90) L6: (...) *beira di **ses** casa (...).*

((...) perto de **suas** casas (...), ou, perto das casas deles (...)).

(91) L1: *abo ntão **bu** vida é só dormi ntão?*

(você então **sua** vida é só dormir então?)

(92) L1: *nhos nhos tem qui ba ajuda Cabo Verde desenvolvi... pa nhos ba da **nhos** inteligência (...)*⁵⁸.

((...) vocês vocês tem que ir ajudar Cabo Verde a se desenvolver... pra vocês irem contribuir com **sua** inteligência (...)).

(93) L1: (...) *abo el e bem **es** ano(...)*.

((...) você ele ele veio **esse** ano (...)).

(94) L4: (...) *tchau... tchau... di **nos** tio la Boca Larga...*

((...) tchau... tchau... do **nosso** tio lá da Boca Larga...)

(95) L5: (...) *n' ta sta num departamento qui... qui ta estuda... saúde sexual*

((incompreensível)) *quando n' ta termina n' ta volta pa Cabo Verde pa n' trabadja **nes** campo li... (...)*.

((...) eu estou num departamento qui... qui estuda... saúde sexual

((incompreensível)) *quando eu terminar eu vou voltar pra Cabo Verde pra eu trabalhar **nesse** campo... (...)*.

(96) L5: *é sim porque pessoa... ka ta ta preocupado com (**sua** situação)(...)*.

((é sim porque as pessoas... não estão estão preocupadas com (**sua** situação) (...)).

(97) L5: (...) *n' ka ta (liga) em **seu** celular quasi...*

((...) eu quase não ligo em **seu** celular..., ou, eu quase não ligo no celular dele...)).

¹ _____
⁵⁸ Neste exemplo, pode-se perceber que a forma *nhos* também pode ser um pronome pessoal.

- quantificadores

Será exposta, a seguir, uma tabela com os quantificadores localizados no corpus em análise. Como são diferentes quantificadores em cada categoria, optou-se por apresentá-los não individualmente, mas sim integrados à categoria a qual pertencem - pronomes indefinidos e interrogativos e numerais cardinais:

	pronomes indefinidos	pronomes interrogativos	numerais cardinais
Fábulas	5/70= 7,1%	0/4= 0	4/91= 4,3%
L8	12/70= 17,1%	0/4 = 37,5%	10/91= 10,9%
L1	14/70= 20%	0/4= 0	16/91= 17,5%
L2	4/70= 5,7%	0/4= 0	9/91= 9,8%
L3	1/70 = 1,4%	0/4 = 0	2/91= 2,1%
L4	13/70= 18,5%	4/4= 100%	18/91 = 19,7%
L5	4/70= 5,7%	0/4 = 0	3/91= 3,2%
L6	3/70= 4,2%	0/4 = 0	8/91= 8,7%
L7	14/70= 20%	0/4= 0	21/91= 23%
Total	70/70= 100%	4/4= 100%	91/91= 100%

Nessa tabela, o que chama a atenção é o fato de, apenas L4, apresentar pronome interrogativo em sua fala, no inquérito II.

No mais, ela será utilizada posteriormente, em análises comparativas com outras tabelas apresentadas neste trabalho.

Por enquanto, apenas serão apresentados alguns exemplos:

- *pronome indefinido:*

(98) (...) *má Diós komu dja sabi di **tudu** kusa* (...) (Semedo:2005b).

((...) mas Deus como já sabe de **todas** as coisas (...)).

- *pronome interrogativo:*

(99) L4: (...) ***cantu** anu bu tene?*

((...) **quantos** anos você tem?)

- *numeral cardinal:*

(100) L2: (...) *n' bai **dos** bés...*

((...) eu fui **duas** vezes...)

6.6 Sintagmas nominais e \emptyset

Neste tópico, serão considerados os SN's, cujos núcleos sejam substantivos comuns, em posição de sujeito, objeto ou predicativo, como já citado anteriormente, que não tenham apresentado substantivos precedidos de determinantes ou quantificadores, podendo-se apresentar a seguinte convenção: SN = \emptyset subst.c., e os seguintes exemplos retirados do corpus em análise:

- SN = \emptyset subst.c. em posição de sujeito:

(101) L8: (...) ***vizinhos** dja começa ta papia... (...).*

((...) vizinhos já começar-PRS falar-INF... (...).

((...) **os vizinhos** já começaram a falar... (...)).

- SN = Ø subst.c. em posição de objeto:

(102) L7: (...) nu sata ensina **fidjos kuzas direto** (...).

(...) nós estar-DUR ensinar-PRS filhos coisas certo (...)

((...)) nós estamos ensinando **as coisas certas aos (nossos) filhos** (...).

- SN = Ø subst.c. em posição de predicativo:

(103) L6: (...) a hora que está **com anemia** num sei que (...).

(...) a hora que estar-PRS com anemia num sei que (...).

((...)) quando está **com anemia** não sei o quê (...).

Será exposto, a seguir, o levantamento da quantidade desses SN's localizada no corpus:

- iniciando-se pelas fábulas, foram localizados **82** SN's = Ø subst.c.;

- dando continuidade, em L8, **297** SN's = Ø subst.c.;

- em L1, **134** SN's = Ø subst.c.;

- em L2, **80** SN's = Ø subst.c.;

- em L3, **24** SN's = Ø subst.c.;

- em L4, **193** SN's = Ø subst.c.;

- em L5, **29** SN's = Ø subst.c.;

- em L6, **56** SN's = Ø subst.c.;

- e, finalmente em L7, **139** SN's = Ø subst.c.

O primeiro fator a ser citado, nesse levantamento de dados, é a quantidade de SN's = Ø subst.c. encontrados no corpus, **1034**, no total. Todavia, apenas fazendo-se a comparação com os dados anteriores, envolvendo todos os determinantes e quantificadores levantados, será possível chegar a algumas proposições.

Com relação aos participantes, individualmente, L8 apresentou o maior número de ocorrências dessa natureza. L3 e L5, talvez pela sua participação mais tímida nas conversas, foram os que menos apresentaram SN's dessa espécie, 24 e 29, respectivamente.

Surpreendente é o número baixo dessas ocorrências verificado em L6, apenas 56, pois essa informante teve uma participação efetiva no diálogo com L7 no inquérito II, apesar do último ter detido o turno para si em mais oportunidades, como já exposto anteriormente.

Dividindo essas ocorrências por grupos, similarmente ao que já foi feito em outras oportunidades, obtêm-se:

- **379** ocorrências para o Grupo I, com 35,6% dos casos;
- **655** para o Grupo II, com 64,3% dos casos.

Será proposta, agora, uma tabela, comparando os dados referentes a esses SN's com aqueles expostos anteriormente, a qual será dividida da seguinte forma:

	artigos definidos ⁵⁹	kel/kes art. ou dem	kel/kes p. dem. ⁶⁰	artigos indefinidos	outros det. e quant. ⁶¹	Ø
Fábulas	1/44= 2,2%	0/83 = 0	2/216= 0,9%	11/158= 6,9%	12/329= 3,6%	82/1034= 7,9%
L8	10/44= 22,7%	31/83= 37,3%	48/216= 22,2%	43/158= 27,2%	87/329= 26,4%	297/1034= 28,7%
L1	6/44= 13,6%	13/83= 15,6%	49/216= 22,6%	23/158= 14,5%	54/329= 16,4%	134/1034= 12,9%
L2	3/44= 6,8%	4/83= 4,8%	26/216= 12%	6/158= 3,7%	20/329= 6%	80/1034= 7,7%
L3	0/44 = 0	3/83 = 3,6%	4/216 = 1,8%	1/158= 0,6%	11/329= 3,3%	24/1034= 2,3%
L4	4/44= 9%	8/83= 9,6%	39/216= 18%	22/158= 13,9%	46/329= 13,9%	193/1034= 18,6%
L5	5/44 = 11,3%	4/83= 4,8%	7/216 = 3,2%	4/158= 2,5%	14/329= 4,2%	29/1034= 2,8%
L6	7/44 = 15,9%	7/83 = 8,4%	10/216= 4,6%	13/158= 8,2%	26/329= 7,9%	56/1034= 5,4%
L7	8/44= 18,1%	13/83= 15,6%	31/216= 14,3%	35/158= 22,1%	59/329= 17,9%	139/1034= 13,4%
Total	44/44 =100%	83/83 =100%	216/216 =100%	158/158 =100%	329/329 =100%	1034/1034 =100%

Comparando-se a quantidade de SN's = Ø subst.c., 1034 ocorrências, com SN's cujos núcleos também sejam substantivos comuns, porém precedidos por determinantes ou quantificadores, 830 ocorrências no total, percebe-se uma tendência ao primeiro tipo de SN's, principalmente se forem comparadas essas ocorrências individualmente, por informante:

- nas fábulas, foram 82 SN's = Ø subst.c., para 26 SN's = det. ou quant. subst.c.⁶²;

1

⁵⁹ Inserem-se, nessa categoria, os artigos definidos *kel/kes* do CCVS, e *o, a, os, as* do Português, localizados no corpus em análise.

⁶⁰ Serão consideradas também as variantes dos pronomes demonstrativos *kel/kes*, citadas anteriormente.

⁶¹ Outros determinantes e quantificadores: como visto anteriormente, não fazem parte dessa categoria, artigos definidos, artigos indefinidos, e pronomes demonstrativos *kel/kes*, e suas variantes, que estão sendo considerados em outras categorias.

- em L8, 297 ocorrências para SN's do primeiro caso, e 219 para os do segundo;
- em L1, 134 ocorrências para SN's do primeiro caso, e 145 para os do segundo;
- em L2, 80 para 59;
- em L3, 24 para 19;
- em L4, 193 para 119;
- em L5, 29 para 34;
- em L6, 56 para 63;
- em L7, 139 para 146.

É interessante notar que, apenas em L1, L5, L6 e L7, os SN's = det. ou quant. subst.c. aparecem em quantidades superiores aos SN's = Ø subst.c., porém, são poucas ocorrências a mais, como pode ser verificado acima, podendo-se afirmar que esses SN's aparecem de maneira equilibrada nos textos desses informantes.

Todavia, com exceção de L3, que também apresenta um equilíbrio entre SN's = Ø subst.c. e SN's = det. ou quant. subst.c., com ligeira superioridade dos primeiros, nos outros textos, ou seja, nas fábulas, em L8, L2 e L4, há uma quantidade bastante superior dos primeiros em relação aos segundos.

Se forem observados apenas os artigos definidos, e mesmo que esses sejam considerados juntamente com aquelas formas *kel/kes* que não puderam ser precisadas como artigo definido, podendo também ser identificadas como pronomes demonstrativos, como já explicado anteriormente, e comparados com os SN's = Ø subst.c., será constatado que a quantidade desses, 1034, é extremamente superior a daqueles, 132.

3

⁶² SN's = det. ou quant. subst.c., são SN's cujos substantivos comuns são precedidos por determinantes ou quantificadores.

Nesse ponto, é importante lembrar, também, os dados referentes às formas demonstrativas *kel/kes*, lembrando que as formas *kel/kes* que não puderam ser identificadas como artigos definidos ou pronomes demonstrativos também foram inseridas neste montante: 242 formas anafóricas para 55 formas dêiticas.

Isso porque uma das propostas deste trabalho é verificar a funcionalidade da escala proposta por Castilho (1997) em CCVS:

Pron. Dem. Dêítico > Pron. Dem. Anafórico > Artigo > Estágio zero

Com os dados levantados até o momento, pode-se afirmar que os pronomes demonstrativos dêíticos *kel/kes* estão passando por um processo de transcategorização em CCVS⁶³, já que, no corpus em questão, foram localizados apenas 55 pronomes demonstrativos dêíticos, contra 242 anafóricos, além das 20 formas *kel/kes* identificadas exclusivamente como artigos definidos, chegando-se, sem dúvida, ao estágio final da escala: 1034 formas Ø nos SN's estudados.

Assim, pode-se afirmar que os demonstrativos *kel/kes*, quanto à transcategorização, estão na fase de sintaticização, mais precisamente recategorização, chegando ao estágio zero, nos moldes apresentados por Castilho (1997).

Quanto aos artigos indefinidos, e à proposta de Lucchesi (1994a), como também à de Pereira (1992), serão comentados no tópico posterior, quando será demonstrada a utilização de artigos definidos, indefinidos e Ø em CCVS.

6.7 Utilização dos artigos definidos, indefinidos e Ø

A última etapa desta análise será verificar em quais posições os SN's em estudo foram utilizados pelos informantes, inclusive as fábulas: sujeito, objeto ou predicativo do sujeito.

1

⁶³ Apesar das limitações deste trabalho, com um corpus pouco extenso, acredita-se poder tirar algumas conclusões a respeito do CCVS já que, como já explicado, procurou-se trabalhar com diferentes variedades do CCVS.

Além disso, será verificado se esses SN's são (+e) ou (-e)/não referenciais⁶⁴, de acordo com o que foi exposto nos “Pressupostos Teóricos” deste trabalho, podendo-se resumir da seguinte forma:

- (+e) = (+F) (+O) ou (+F) (-O);
- (-e)/não referenciais = (-F) (-O).

Quanto aos artigos definidos, é importante lembrar que serão consideradas, além das formas *kel/kes* analisadas exclusivamente como artigos definidos, também aquelas que poderiam ser tanto artigos definidos como pronomes demonstrativos, como também os artigos definidos do Português, por serem variantes, como verificado nos tópicos anteriores, dos artigos definidos *kel/kes* do CCVS.

Para esta última parte da análise, serão propostas três tabelas, sendo uma para os SN's sujeitos, outra para os SN's objetos e outra para os SN's predicativos do sujeito, de acordo com as possibilidades (+e) (-e)/não referenciais expostas acima, bem como serão expostos exemplos de cada uma das possibilidades apresentadas.

É importante dizer que alguns dos artigos não puderam ser analisados dessa maneira, não sendo, obviamente, inseridos nas tabelas, como é o caso do exemplo abaixo, em que a informante, L6, não complementou o que estava sendo dito, não sendo possível analisar o SN como (+e) ou (-e)/não referencial e nem sua posição:

(104) L6: (...) *inda bem qui n' conchi história pamodi **um** cusa bem...*

((...) ainda bem que eu conheço a história porque **uma** coisa bem...)

Com os dados passíveis de análises, puderam ser estabelecidas as seguintes tabelas:

1

⁶⁴ Nesta análise não foram separados SN's (-F) (-O) factuais e não-factuais, de acordo com o exposto nos “Pressupostos Teóricos” desta Dissertação, o que poderá ser feito em trabalhos posteriores.

- SN's sujeitos

	Fábulas	L8	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
kel/kes (+F) (+O)	0/25= 0	9/25= 36%	4/25= 16%	1/25= 4%	0/25= 0	4/25= 16%	1/25= 4%	4/25= 16%	2/25= 8%	25/25= 100%
kel/kes (+F) (-O)	0/3= 0	2/3 = 66,6%	0/3= 0	0/3= 0	1/3= 33,3%	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	3/3= 100%
kel/kes (-F) (-O)	0/3= 0	0/3= 0	1/3 = 33,3%	0/3= 0	1/3 = 33,3%	0/3= 0	0/3= 0	1/3 = 33,3%	0/3= 0	3/3= 100%
o/a/os/as (+F) (+O)	0/4= 0	1/4= 25%	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	1/4= 25%	2/4= 50%	0/4= 0	4/4= 100%
o/a/os/as (+F) (-O)	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
o/a/os/as (-F) (-O)	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	0/3= 0	3/3= 100%	3/3= 100%
um/uma/uns (+F) (+O)	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
um/uma/uns (+F) (-O)	1/10= 10%	3/10= 30%	0/10= 0	0/10= 0	0/10= 0	1/10= 10%	0/10= 0	0/10= 0	5/10= 50%	10/10= 100%
um/uma/uns (-F) (-O)	0/6= 0	0/6= 0	2/6= 33,3%	0/6= 0	0/6= 0	0/6= 0	0/6= 0	0/6= 0	4/6= 66,6%	6/6= 100%
Ø (+F) (+O)	0/96= 0	58/96= 60,4%	8/96= 8,3% %	3/96= 3,1%	1/96= 1%	13/96= 13,5%	0/96= 0	1/96= 1%	12/96= 12,5%	96/96 =100%
Ø (+F) (-O)	5/19= 26,3%	6/19= 31,5%	1/19= 5,2%	1/19= 5,2%	0/19= 0	2/19= 10,5%	1/19= 5,2%	1/19= 5,2%	2/19= 10,5%	19/19= 100%
Ø (-F) (-O)	5/85= 5,8%	6/85= 7%	11/85= 12,9%	13/85= 15,2%	4/85= 4,7%	9/85= 10,5%	5/85= 5,8%	6/85= 7%	26/85= 30,5%	85/85= 100%

Exemplos:

- *kel/kes* (+F) (+O):

(105) L4: (...) cinco ano ta studa bu ka ta fazi nenhum ((incompreensível)) também na

kel último ano é pa passea ... (...).

o-DEF último ano ser-PRS para passear-INF... (...).

((...) cinco anos estudando você não faz nenhum ((incompreensível))

também no/naquele último ano é pra passear... (...)).

- *kel/kes* (+F) (-O):

- (106) L3: *kes minis qui n' fla ma n' satã binha curso li Brasil...*
os-DEF meninos que eu falar-PST mas eu estar-DUR vir-PST curso aqui Brasil...
(**os/aqueles** meninos pra quem eu falei que vinha fazer faculdade aqui no
Brasil... (...)).

- *kel/kes* (-F) (-O):

- (107) L1: (...) *tudo kel qui pára na rede é peixe...*
(...) tudo o-DEF/aquilo-DEM que parar-PRS em rede ser-PRS peixe...
L3: *kel qui parci dja sta...*
o-DEF/aquilo-DEM que aparecer-PRS já estar-PRS...
(L1: (...) tudo **o/aquilo** que pára na rede é peixe...
L3: **o/aquilo** que aparece já está...).

- *o/a/os/as* (+F) (+O):

- (108) L5: (...) *n' ka tinha muito coisa mas o único pessoa que...*
(...) eu não-NEG ter-PST muito coisa mas o-DEF único pessoa que...
(...) eu não tinha muita coisa mas **a** única pessoa que...)

- *o/a/os/as* (-F) (-O):

- (109) L7: *a maioria do dos migrante ka tem formação...*
a-DEF maioria do dos emigrante ka-NEG ter-PRS formação...
(**a** maioria do dos emigrantes não tem formação...).

- *um/uma/uns* (+F) (-O):

- (110) (...) *Kántu k-ês tchiga um ánxu ba kontra ku ês*
(...) Quando que eles chegar-PST um-IND anjo ir-PST encontrar-INF com eles
na porta (...) (Semedo:2005b).
(...) Quando eles chegaram **um** anjo foi encontrá-los na porta (...)).

- *um/uma/uns* (-F) (-O):

- (111) L1: (...) *na Cabo Verdi um munti rapazis flau si* (...).
(...) em Cabo Verde **um**-IND monte rapazes falar-PRS assim (...).
((...) em Cabo Verde **um** monte de rapazes fala assim (...)).

- \emptyset (+F) (+O):

- (112) L7: *ntom \emptyset minino⁶⁵ entrau num crise...* (...).
então menino entrar-PST num crise... (...)
(então o menino entrou numa crise ... (...)).

- \emptyset (+F) (-O):

- (113) L7: (...) *porque na \emptyset mininus⁶⁶ ka sata gosta di si cabelo...* (...).
(...) porque na meninos não-NEG estar-DUR gosta-PST de seu cabelo... (...).
((...)porque não os meninos não gostavam do cabelo dele... (...)).

- \emptyset (-F) (-O):

- (114) L6: (...) *\emptyset minino que está na escola sem celular... djá el está à parte...* (...).
(...) menino que estar-PRS em escola sem celular... já ele estar-PRS à parte (...).
((...) o menino que está na escola sem celular... já ele fica de lado (...)).

1

⁶⁵ L7 faz referência ao seu próprio filho, Iago, de quem estavam falando.

⁶⁶ L7 faz referência aos colegas de escola do filho: já havia falado sobre a escola, mas não a respeito dos alunos.

- SN's objetos

	Fábulas	L8	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
kel/kes (+F) (+O)	0/45= 0	23/45= 51,1%	8/45= 17,7%	2/45= 4,4%	0/45= 0	5/45= 11,1%	1/45= 2,2%	3/45= 6,6%	3/45= 6,6%	45/45= 100%
kel/kes (+F) (-O)	0/1= 0	1/1 = 100%	0/1= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/1= 0	0/1= 0	1/1 = 100%
kel/kes (-F) (-O)	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	1/4= 25%	0/4= 0	1/4= 25%	2/4= 50%	4/4= 100%
o/a/os/as (+F) (+O)	1/9= 11,1%	5/9= 55,5%	0/9= 0	0/9= 0	0/9= 0	0/9= 0	0/9= 0	2/9= 22,2%	1/9= 11,1%	9/9= 100%
o/a/os/as (+F) (-O)	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
o/a/os/as (-F) (-O)	0/6= 0	0/6= 0	0/6= 0	0/6= 0	0/6= 0	0/6= 0	3/6= 50%	0/6= 0	3/6= 50%	6/6= 100%
um/uma/ uns (+F) (+O)	0/4= 0	3/4= 75%	1/4 = 25%	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	0/4= 0	4/4= 100%
um/uma/ uns (+F) (-O)	8/56= 14,2%	19/56= 33,9%	9/56= 16%	1/56= 1,7%	0/56= 0	4/56= 7,1%	0/56= 0	6/56= 10,7%	9/56= 16%	56/56= 100%
um/uma/ uns (-F) (-O)	1/50= 2%	7/50= 14%	9/50= 18%	5/50= 10%	1/50= 2%	12/50= 24%	3/50= 6%	6/50= 12%	6/50= 12%	50/50= 100%
Ø (+F) (+O)	34/310= 10,9%	124/310= 40%	29/310= 9,3%	18/310= 5,8%	3/310= 0,9%	53/310= 17%	9/310= 2,9%	8/310= 2,5%	32/310= 10,3%	310/310 =100%
Ø (+F) (-O)	19/103= 18,4%	31/103= 30%	9/103= 8,7%	4/103= 3,8%	5/103= 4,8%	13/103= 12,6%	6/103= 5,8%	4/103= 3,8%	12/103= 11,6%	103/103= 100%
Ø (-F) (-O)	14/264= 5,3%	47/264= 17,8%	56/264= 21,2%	25/264= 9,4%	6/264= 2,2%	64/264= 24,2%	6/264= 2,2%	15/264= 5,6%	31/264= 11,7%	264/264 =100%

Exemplos:

- *kel/kes* (+F) (+O):

- (115) L1: (...) *e ta apresenta bu kel mós*⁶⁷... (...).
(...) ele apresentar-PRS você o-DEF/aquele-DEM moço... (...).
((ele apresenta **o/aquele** moço pra você... (...)).

- *kel/kes* (+F) (-O):

- (116) L8: (...) *e sata busca kel confusão*... (...).
(...) ele estar-DUR buscar-PRS a-DEF/aquela-DEM confusão... (...).
((...) ele está procurando **a/aquela** confusão... (...)).

- *kel/kes* (-F) (-O):

- (117) L6: (...) *bu ta sta pega kel ovo pa fazi pedido*... (...).
(...) você pegar-PRS o-DEF para fazer-INF pedido... (...).
((...) você pega **o** ovo pra fazer um pedido... (...)).

- *o/a/os/as* (+F) (+O):

- (118) L7: *im ta morava Jhony... Zelindo a rapaziada*... (...).
onde estar-DUR morar-IPFV Jhony... Zelindo a-DEF rapaziada... (...).
(onde morava o Jhony... o Zelindo **a** rapaziada... (...)).

- *o/a/os/as* (-F) (-O):

- (119) (...) *e à partir daí qui começa ta arranja peruca o escambal* (...).
(...) e à partir daí que começar-INF estar-DUR arranjar-INF peruca o escambal (...).
((...) e à partir daí que começa a arranjar peruca **o** escambal (...)).

1

⁶⁷ Já mencionado anteriormente.

- *um/uma/uns* (+F) (+O):

(120) (...) *era nhu padri ku kel **uma** batina bestidu... (...).*

(...) ser-IPFV senhor padre com aquela-DEM uma-IND batina vestido-PTCP... (...).

((...) era o senhor padre vestido com aquela **uma** batina... (...)).

- *um/uma/uns* (+F) (-O):

(121) L4: *canto hora qui nu tem qui fica ta papia?*

Quanto hora quw nós ter-PRS que ficar-INF estar-DUR conversar-PRS?

L1: *n' ka sabi... es fla **uns** meia hora pa lá...*

eu não-NEG saber-PRS... eles falar-PRS uns-IND meia hora para lá...

(L4: quantas horas que nós temos que ficar conversando?)

L1: eu não sei... eles falaram **umas** meia hora ou mais...).

- *um/uma/uns* (-F) (-O):

(122) – *Xibinhu, tra-m **um** kusa ki-m teni na*

Xibinhu tirar-PRS me um-IND coisa que eu ter-PRS em
gréta'l denti! (Semedo:2005a).

vão dente!

(- Xibinhu, tira **uma** coisa que eu tenho no vão do dente!).

- \emptyset (+F) (+O):

(123) L4: (...) *n' troca \emptyset dinheru⁶⁸ lá na Fortaleza... (...).*

(...) eu trocar-PST dinheiro lá em Fortaleza... (...).

((...) eu troquei o dinheiro lá em Fortaleza... (...).

- \emptyset (+F) (-O):

(124) L8: (...) *n' teni \emptyset capacete... (...).*

(...) eu ter-PRS capacete... (...).

((...) eu tenho um capacete... (...).

1

⁶⁸ L4 faz referência ao dinheiro que levou de Cabo Verde para o Brasil, sobre o qual já estavam conversando.

- Ø (-F) (-O):

(125) (...) e bira Ø *sinsa*. (Semedo:2005b).

(...) ele virar-PST cinza.

((...)) ele virou cinza.).

- SN's predicativos

	Fábulas	L8	L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	Total
kel/kes	0/4=	0/4=	0/4=	0/4=	0/4=	1/4=	0/4=	1/4=	2/4=	4/4=
(+F) (+O)	0	0	0	0	0	25%	0	25%	50%	100%
kel/kes	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
(+F) (-O)										
kel/kes	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
(-F) (-O)										
o/a/os/as	0/5=	1/5=	0/5=	0/5=	0/5=	0/5=	0/5=	1/5=	3/5=	5/5=
(+F) (+O)	0	20%	0	0	0	0	0	20%	60%	100%
o/a/os/as	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
(+F) (-O)										
o/a/os/as	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
(-F) (-O)										
um/uma/uns	0/1=	0/1=	0/1=	0/1=	0/1=	0/1=	0/1=	0/1=	1/1=	1/1=
(+F) (+O)	0	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%
um/uma/uns	0/14=	3/14=	0/14=	0/14=	0/14=	2/14=	1/14=	0/14=	8/14=	14/14=
(+F) (-O)	0	21,4%	0	0	0	14,2%	7,1%	0	57,1%	100%
um/uma/uns	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO	NO
(-F) (-O)										
Ø	1/64=	18/64=	7/64=	4/64=	2/64=	13/64=	2/64=	7/64=	10/64=	64/64=
(+F) (+O)	1,5%	28,1%	10,9%	6,2%	3,1%	20,3%	3,1%	10,9%	15,6%	100%
Ø	3/22=	2/22=	5/22=	1/22=	0/22=	7/22=	0/22=	0/22=	4/22=	22/22=
(+F) (-O)	13,6%	9%	22,7%	4,5%	0	31,8%	0	0	18,1%	100%
Ø	1/71=	5/71=	8/71=	11/71=	3/71=	19/71=	0/71=	14/71=	10/71=	71/71=
(-F) (-O)	1,4%	7%	11,2%	15,4%	4,2%	26,7%	0	19,7%	14%	100%

Exemplos:

- *kel/kes (+F) (+O)*:

- (126) L4: (...) *pamodi Rio é de kes cidade di Brasil qui ta fazedu*
(...) porque Rio ser-PRS de as-DEF cidade de Brasil qui estar-AUX fazer-PRS
propaganda na mundo más tcheu...
((...) porque o Rio é (uma) **das** cidades do Brasil que mais está fazendo
propaganda no mundo...).

- *o/a/os/as (+F) (+O)*:

- (127) L7: (...) *mas problema é o informação qui istá em si cabeça*⁶⁹ ...
(...) mas problema ser-PRS o-DEF informação que estar-PRS em sua cabeça...
((...) mas o problema é **a** informação que está na cabeça dele...).

- *um/uma/uns (+F) (+O)*:

- (128) L7: (...) *naquele dia (co baba)... era um dia também que*
(...) naquele dia (que ir-PST)... ser-IPFV um-IND dia também que
tinha um festinha de Iago na escola...
ter-IPFV um festinha de Iago em escola...
((...) naquele dia que você foi... era **um** dia também que tinha uma festinha
do Iago na escola...).

- *um/uma/uns (+F) (-O)*:

- (129) L5: (...) *n' ta está num departamento qui... qui ta estuda...*
(...) eu estar-PRS em um-IND departamento qui... qui estudar-PRS...
saúde sexual (...).
((...) eu estou **num** departamento qui... qui estuda... saúde sexual (...)).

1

⁶⁹ É interessante notar que, nessa frase, L7 utiliza o artigo definido masculino do Português antes de um substantivo feminino.

- \emptyset (+F) (+O):

(130) L1: *abo kel li é... \emptyset concedjo qui bu ta dal...⁷⁰ (...).*
você este-DEM ser-PRES... conselho que você dar-PRS ele... (...).
(você este é... o conselho que você dá pra ele... (...)).

- \emptyset (+F) (-O):

(131) L4: (...) *cu dos ano n' bai pa Praia que é \emptyset cidade capital (...).*
(...) com dois ano eu ir-PST para Praia que ser-PRS cidade capital (...).
((...) com doi anos eu fui pra Praia que é a capital (...)).

- \emptyset (-F) (-O):

(132) L1: (...) *abo tudo cuza é \emptyset dinheiro pa bo...(...).*
(...) você tudo coisa ser-PRS dinheiro para você... (...).
((...) você tudo é \emptyset dinheiro pra você... (...)).

6.7.1 Análise: utilização dos artigos definidos, indefinidos e \emptyset

Uma primeira questão a ser levantada é se em CCVS há a oposição (+e)/(-e) quanto ao uso ou não de artigos, como propõe Bickerton (1981). Assim, lembrando um pouco essa proposta, artigos definidos seriam utilizados quando o referente fosse específico para (F) e (O), artigos indefinidos quando apenas (F) conhecesse o referente, e não seriam utilizados artigos em SN's não referenciais ou em SN's referenciais não específicos, cujos referentes fossem desconhecidos por (F) e por (O), como já foi amplamente exposto no item 4.0 desta Dissertação.

No corpus em análise, foram verificados artigos definidos e indefinidos em SN's (-F) (-O), como será exposto abaixo:

¹ _____
⁷⁰ Os informantes já estavam conversando sobre esse conselho.

- na posição de sujeitos, foram localizados 6 artigos definidos, 6 indefinidos e 85 Ø;
- na posição de objetos, 10 artigos definidos, 50 indefinidos e 264 Ø;
- na posição de predicativos do sujeito, nenhum artigo definido nem indefinido, e 71 Ø.

Em contrapartida, em SN's (+F) (+O), foram localizados Ø, como será visto a seguir:

- na posição de sujeitos, foram localizados 29 artigos definidos, nenhum artigo indefinido e 96 Ø;
- na posição de objetos, 54 artigos definidos, 4 indefinidos e 310 Ø;
- na posição de predicativos do sujeito, 9 artigos definidos, 1 indefinido e 64 Ø.

Também em SN's (+F) (-O), foram localizados Ø, como pode ser observado abaixo:

- na posição de sujeitos, 3 artigos definidos, 10 indefinidos e 19 Ø;
- na posição de objetos, 1 artigo definido, 56 indefinidos e 103 Ø;
- na posição de predicativos do sujeito, nenhum artigo definido, nem indefinido, e 22 Ø.

Como pode ser verificado, Ø pode ser localizado em SN's (+e) ou (-e)/não referenciais, em posições de sujeito, objeto, ou predicativo do sujeito, e não apenas em SN's (-e)/não referenciais, como foi proposto por Bickerton (1981).

Um outro ponto que diverge dessa proposta é que os artigos definidos, segundo ela, deveriam surgir em SN's (+F) (+O). Todavia, esses artigos, além de aparecerem nesse tipo de SN, surgiram em SN's (-F) (-O) e (+F) (-O), em todas as posições, menos na posição de

predicativos do sujeito nesses dois tipos de SN's. É bem verdade que em SN's (+F) (-O), surgiram apenas 3 artigos definidos em posição de sujeito e 1 em posição de objeto, mas surgiram.

Quanto aos artigos indefinidos, segundo essa proposta, deveriam aparecer em SN's (+F) (-O). Porém, surgiram esses artigos em SN's (-F) (-O) e (+F) (+O), em todas as posições, exceto nas posições de predicativos do sujeito em SN's (-F) (-O) e (+F) (-O), e de sujeito em SN's (+F) (+O). É preciso dizer que nos SN's (+F) (+O), ocorreram apenas 4 artigos indefinidos em posição de objeto e 1 em posição de predicativo.

Assim, pode-se afirmar, a partir da análise desses dados, e levando-se em conta as limitações deste trabalho, que a utilização de artigos definidos, indefinidos e \emptyset , em CCVS, é melhor explicada pela proposta de Lucchesi (1994a) do que pela de Bickerton (1981), podendo-se fazer as seguintes observações:

- tanto artigos definidos como indefinidos podem ser localizados em SN's (+e) ou (-e)/não referenciais, havendo uma maior tendência à utilização dos definidos em SN's (+F) (+O). Já os artigos indefinidos, tendem a ser empregados em SN's (+F) (-O) e (-F) (-O), em posição de sujeito e objeto. Dessa forma, apesar de artigos definidos e indefinidos serem variantes, de acordo com os dados citados acima, pois localizam-se artigos definidos em SN's (+F) (-O) e (-F) (-O), como também artigos indefinidos em SN's (+F) (+O), não é possível afirmar que os artigos indefinidos substituam os definidos, estando já nos primeiros a noção de definitude, como propõe Lucchesi (1994a), pois cada um prevalece em SN's distintos, como já mencionado. Pode-se dizer, inclusive, que são variantes combinatórias, já que não surgiram artigos indefinidos em SN's (+F) (+O) na posição de sujeito. Além, disso, constatou-se que nenhuma das variantes é estigmatizada, pois ambas surgiram em textos do Grupo I e do Grupo II;

- \emptyset pode ser localizado em SN's (+e) ou (-e)/não referenciais, nas posições de sujeito, objeto e predicativo do sujeito, ou seja, a opção dos falantes por \emptyset não se dá apenas em SN's (-e)/não referenciais, mas também em SN's (+e), sendo que a quantidade de \emptyset é superior a de artigos nas três posições citadas, em todos os tipos de SN's aqui estudados, como já sinalizado em tópicos anteriores. Se \emptyset pode surgir tanto em SN's (+F) (+O), como

em SN's (+F) (-O) e SN's (-F) (-O), e os falantes assim se comunicam, está havendo “interação verbal”, como proposto por Dik (1997), sendo seguida a máxima da quantidade, de Grice (1982), já que, nas opções por Ø nesses SN's, se o falante utilizasse informação insuficiente, o ouvinte não conseguiria identificar o referente, ou seja, não ocorreria a interação verbal. Assim, essa predominância de Ø nesses SN's pode ser explicada, sim, pelo “Princípio da Parcimônia”, de Pereira (1992), ou pela “Lei do Mínimo”, de Quint (2000), pois nos momentos em que (F) opta por Ø, seria desnecessária a utilização de artigos, ou algum outro determinante, pois os contextos lingüístico ou extra-lingüístico, ou seja, o contexto discursivo anterior, o contexto situacional imediato ou referido e o contexto genérico, segundo Pereira (1992), ou arquivo ativo e arquivo permanente, de acordo com Givón (1984), já trariam as informações que poderiam ser fornecidas por esses determinantes;

- dessa maneira, pode-se afirmar que Ø e artigos definidos são variantes combinatórias, assim como Ø e artigos indefinidos, pois, tanto artigos definidos como indefinidos não foram localizados em SN's (-F) (-O) e (+F) (-O) na posição de predicativo do sujeito. Todavia, não há estigma com relação ao uso dessas formas, pois foram utilizadas de maneira semelhante em textos do Grupo I e II;

Por fim, sobre a proposta de Givón (1984), segundo a qual em todas as línguas crioulas, assim como em muitas línguas não crioulas, encontra-se uma marcação do sistema morfológico quanto à definitude e referencialidade, com exceção de sujeitos genéricos, baseada em três distinções entre definido, referencial indefinido e não referencial, pode-se dizer que:

- no corpus em análise, essa regularidade verificou-se apenas em SN's (-F) (-O) na posição de predicativo, pois só nesse caso surgiu exclusivamente Ø;

- em SN's (+F) (+O) na posição de sujeito, essa regularidade mostrou-se parcialmente, pois foram localizados apenas artigos definidos nesse caso, não surgindo

artigos indefinidos, que deveriam aparecer apenas em SN's (+F) (-O). Todavia, esses SN's (+F) (+O) em posição de sujeito também apresentaram Ø, como já mencionado.

Dessa maneira, das duas escalas propostas por Givón (1984), como verificado nos “Pressupostos Teóricos” desta Dissertação, a que melhor se aplicaria ao CCVS é aquela em forma de espiral, ou “aro helicoidal”, pois, segundo Neves (2006:122), “há línguas que utilizam a mesma marca para indicar duas dessas categorias, criando-se intersecções”: no caso do CCVS, como constatado, a marca Ø pode surgir em todas elas.

Assim, pode-se afirmar que a opção dos falantes pelos artigos, definidos⁷¹ ou indefinidos, ou por Ø, em CCVS, em SN's cujos núcleos sejam substantivos comuns, constitui um fato de variação, na qual Ø é a variável, já que a tendência predominante é a opção por ele em SN's (+F) (+O), (+F) (-O) (-F) (-O), nas posições de sujeito, objeto e predicativo do sujeito, e os artigos definidos, indefinidos e Ø são variantes combinatórias, já que não houve ocorrências de artigos indefinidos em SN's (+F) (+O) na posição de sujeito, assim como não surgiram artigos definidos e indefinidos, na posição de predicativo do sujeito, em SN's (+F) (-O) e (-F) (-O).

6.8 *Resumo das considerações elencadas a partir da análise dos dados*

Serão demonstrados abaixo os principais pontos levantados a partir da análise dos dados:

1. Os pronomes demonstrativos *kel/kes*, nos dados analisados, foram utilizados como artigos definidos, como sugerem as gramáticas do CCV, sendo localizadas 20 ocorrências de *kel/kes* como artigos definidos, 83 que poderiam ser tanto artigos definidos ou pronomes demonstrativos e 179 como pronomes demonstrativos;

1

⁷¹ Englobando-se, nessa categoria, os artigos definidos *kel/kes*, do CCVS, e os artigos definidos *o/a/os/as* do Português.

2. Há uma tendência das formas demonstrativas *kel/kes* perderem seu caráter dêitico, tornando-se anafóricas, pois, a quantidade das formas *kel/kes* anafóricas verificadas no corpus é indiscutivelmente superior às dêíticas, numa proporção de 4 para 1: 222 formas anafóricas para 55 dêíticas;
3. Encontraram-se artigos indefinidos: um (141), assim como as formas flexionadas uns (10) e uma (7), porém nenhuma ocorrência de umas;
4. Também artigos definidos do Português, não previstos em nenhuma Gramática do CCV, foram localizados no corpus: o (13), a (8), os (1), as (1);
5. Foram localizadas 1034 ocorrências de SN's = Ø subst.c. para 830 ocorrências SN's = subst.c. precedidos por determinantes (pronomes demonstrativos e possessivos e artigos definidos e indefinidos) ou quantificadores (pronomes indefinidos e interrogativos e numerais cardinais), demonstrando uma tendência ao primeiro tipo de SN's;
6. Pôde-se verificar a funcionalidade da escala proposta por Castilho (1997) em CCVS:

Pron. Dem. Dêitico > Pron. Dem. Anafórico > Artigo > Estágio zero

já que foram localizados, como já mencionado, 55 pronomes demonstrativos dêíticos, 222 anafóricos, 20 formas *kel/kes* identificadas exclusivamente como artigos definidos, 83 que poderiam ser tanto artigos definidos ou pronomes demonstrativos e 1034 formas Ø. Concluindo-se que:

- os pronomes demonstrativos dêíticos *kel/kes* estão passando por um processo de transcategorização, ou seja, uma mesma unidade migrando para outras categorias, migrando para outra classe de palavras (Robert:2003 e Castilho (1997)), já que, as formas anafóricas desses pronomes são bastante superiores às dêíticas, como também foram

verificados esses pronomes utilizados como artigos definidos e, principalmente, a quantidade de SN's = Ø subst.c. é bastante superior a SN's = subst.c. precedidos por determinantes ou quantificadores, concluindo-se, portanto, que os demonstrativos *kel/kes* do CCVS já percorreram todas as fases da escala proposta por Castilho (1997);

7. Ø pode ser localizado em SN's (+e) ou (-e)/não referenciais, em posições de sujeito, objeto, ou predicativo do sujeito, e não apenas em SN's (-e)/não referenciais, como foi proposto por Bickerton (1981), pois:

- artigos definidos, além de aparecerem em SN's (+F) (+O), surgiram em SN's (-F) (-O) e (+F) (-O), em todas as posições, menos na posição de predicativos do sujeito nesses dois tipos de SN's;
- artigos indefinidos, segundo essa proposta, deveriam aparecer em SN's (+F) (-O). Porém, surgiram esses artigos em SN's (-F) (-O) e (+F) (+O), em todas as posições, exceto nas posições de predicativos do sujeito em SN's (-F) (-O) e (+F) (-O), e de sujeito em SN's (+F) (+O). Assim:
- a utilização de artigos definidos, indefinidos e Ø, em CCVS, é melhor explicada pela proposta de Lucchesi (1994a), para quem não haveria uma sistematização quanto ao uso de artigos no CCV, prevalecendo a ausência do artigo definido, já que para o autor, a não utilização do artigo definido pode ser uma maneira de eliminar a redundância, já que a definitude já estaria embutida num uso anterior de artigo indefinido. Porém:
- não é possível afirmar que os artigos indefinidos substituam os definidos, estando já nos primeiros a noção de definitude, como propõe Lucchesi (1994a), pois cada um prevalece em SN's distintos: definidos em em SN's (+F) (+O) e indefinidos em SN's (+F) (-O) e (-F) (-O), em posição de sujeito e objeto. Concluindo-se que:
- Ø prevalece em SN's (+e) ou (-e)/não referenciais, nas posições de sujeito, objeto e predicativo do sujeito. Desse modo, nos momentos em

que (F) opta por \emptyset , seria desnecessária a utilização de artigos, ou algum outro determinante, pois os contextos lingüístico ou extra-lingüístico já trariam as informações que poderiam ser fornecidas por esses determinantes, ocorrendo intercompreensão entre os falantes, seguindo o “Princípio da Parcimônia” (Pereira:1992) e a “Lei do Mínimo” (Quint:2000). Dessa maneira:

- \emptyset poderia ser considerada a variável, pois prevalece nos três tipos de SN's, nas três posições; artigos definidos, indefinidos e \emptyset seriam as variantes combinatórias (escolha obedece ao contexto), pois não houve ocorrências de artigos indefinidos em SN's (+F) (+O) na posição de sujeito, assim como não surgiram artigos definidos e indefinidos, na posição de predicativo do sujeito, em SN's (+F) (-O) e (-F) (-O).

São esses as principais questões observadas/concluídas a partir da “Análise dos dados”. Obviamente, este ainda é um início de trabalho, sendo necessárias outras análises do CCVS para se chegar a conclusões mais contundentes.

7 Considerações finais

Como pôde ser verificado nos “Pressupostos Teóricos” desta Dissertação, há muitas divergências com relação ao tema proposto neste trabalho, considerando-se tanto as Gramáticas do CCV citadas, como as teorias relacionadas à utilização de artigos nos crioulos.

Dessa forma, acredita-se que esta Dissertação de Mestrado possa contribuir para o entendimento do funcionamento de artigos em CCVS, como também, quem sabe, colaborar para futuras pesquisas envolvendo os artigos em outras variedades do CCV, assim como em outras línguas crioulas, complementando teorias já existentes e funcionando como elemento coesivo das mesmas.

É importante lembrar que estudos relacionados às línguas crioulas são ainda pouco freqüentes no Brasil, apesar dos esforços de alguns pesquisadores. Assim, é necessário o surgimento de pesquisas relacionadas à Crioulística, o que, certamente contribuirá para o desenvolvimento de conhecimentos relacionados às línguas de uma maneira geral, já que as línguas crioulas provém de mesclas entre duas ou mais línguas, as quais podem ser provenientes de diferentes partes do mundo. Então, desenvolvendo-se trabalhos relacionados às línguas crioulas, estarão sendo feitas contribuições aos estudos lingüísticos de um modo geral.

Esperando-se que este trabalho seja útil para pesquisas futuras, propõem-se três sugestões, além de outras que já foram descritas nos capítulos anteriores. Assim, seria interessante:

- analisar o funcionamento de artigos definidos e Ø em complementos nominais, pois parece que, em CCVS, há uma tendência de (F) optar por Ø nesses sintagmas, talvez pela presença da preposição;

- distinguir SN's (-F) (-O) em factuais e não-factuais, a fim de verificar se, em CCVS, há diferenciação no emprego de artigos definidos e Ø nesses tipos de SN's, como propõe Givón (1984) para os crioulos;

- verificar o funcionamento de determinantes e Ø em SN's topicalizados ou focalizados, pois foram observados SN's dessa natureza no corpus⁷².

É preciso dizer que teorias não diretamente relacionadas aos estudos crioulos, mas sim ao Funcionalismo e à Sociolingüística, entre outras, foram primordiais para que as análises desta Dissertação fossem desenvolvidas. Assim, as teorias relacionadas ao tema proposto neste trabalho, exclusivamente relacionadas à Crioulística, continham lacunas, que foram preenchidas com teorias pertencente a outras áreas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, esse foi um ótimo caminho a seguir.

1

⁷² Tarallo e Alkmin (1987:134:135) citam a tese de doutorado de Braga, "Topicalization and Left-dislocation in Capeverdean Creole", na qual a autora constata a existência dessas estruturas em CCV.

8 Bibliografia

- ALBUQUERQUE, L e SANTOS, M. E. M (1991). História geral de Cabo Verde. Vol. 1, Lisboa, Centro de História e Cartografia Antiga.
- APOTHÈLOZ, D. (2003). Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.
- APOTHÈLOZ, D. e CHANET, C. (2003). Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.
- ARENDS, J. (1993). Towards a gradualist model of creolization. In: BYRNE, F. e HOLM, J. A global view of pidginization and creolization. Vol. 11, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- ARENDS, J., MUYSKEN, P. e SMITH, N. (ed.) (1994). Pidgins and creoles – an introduction. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- BECHARA, E. (1976). Moderna Gramática Portuguesa. 20ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____ (2006). Gramática escolar da Língua Portuguesa. 1ª ed., 5ª reimp., Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- BLACK, M. e GILBERT, G. G. (1991). A reexamination of Bickerton's Phylogenesis hypothesis. In: BYRNE, F. e HUEBNER, T. (ed.) (1991). Development and structures of creole languages, vol. 9, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- BICKERTON, D. (1981). Roots of language. Karoma Publishers, Inc.
- _____ (1975). Dynamics of a creole system. 5ª publ., New York, Cambridge University Press.
- BORDIEU, P. (1981). A situação lingüística de Cabo Verde e Guiné Bissau – Português e Crioulo frente a frente. In: CUNHA, C. Língua, nação, alienação. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BYRNE, F. e HUEBNER, T. (ed.) (1991). Development and structures of creole languages, vol. 9, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

- BYRNE, F. e HOLM, J. (1993). A global view of pidginization and creolization. Vol. 11, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- CARDOSO, E. A. (1987). O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde. Instituto Caboverdiano do livro.
- CARON, Bernard (ed.) (2000). Assertion et préconstruit: topicalisation et focalisation dans les langues africaines, Louvain-Paris: Peeters.
- CARREIRA, A. (1982). O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão. Lisboa, Fundação Calouste Gubbenkian.
- CASTILHO, A. T. (1997a). A Gramaticalização. Estudos Lingüísticos e Literários. UFBA. 19: março de 1997, 25-63.
- _____ (2003). Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro: espaço /anterior/ ~/posterior/. In: RAMOS, J. e ALKMIM, M. (Orgs.) (2003), no prelo, disponível em www.fflch.usp.br/dlcv/lport.
- BRITO, A. P. (1967). Dialectos Crioulos-portugueses. Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde. In: In: Estudos lingüísticos crioulos. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- CAMILO PEREIRA, E. A. (2006). Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a cultura de resistência. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo.
- CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.) (2003). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.
- CHAMBERS, J.K. and TRUDGILL, P. Dialectology. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- COELHO, F. A. (1967). Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América. In: Estudos lingüísticos crioulos. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- CONTE, M. E. (2003). Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.
- COUTO, H. H. (1992). Lançados, grumetes e a origem do crioulo português no noroeste africano. In: Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa. Lisboa, Ed. Colibri.

_____ (1993). The genesis of portuguese creole in África. In: BYRNE, F. e HOLM, J. A global view of pidginization and creolization. Vol. 11, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

_____ (ed.). (1994a). Papiá – Revista de crioulos de base ibérica, vol. 3, nº 1, Brasília, Thesaurus.

_____ (ed.). (1994b). Papiá – Revista de crioulos de base ibérica, vol. 3, nº 2, Brasília, Thesaurus.

_____ (1996). Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins. Brasília, Editora UNB.

_____ (1998?). Contato interlingüístico: da interação à Gramática. disponível em www.unb.br/il/let/crioul/contato.htm.

CREISSELS, D. (1991). Description des langues négro-africaines et théorie syntaxique, Grenoble.

_____ (2000). Typology. In: HEINE, B. e NURSE, D. (ed.). (2000). African Languages – an introduction. Cambridge University Press.

DIK, S. C. (1997). The theory of Functional grammar. Part 1: The structure of the clause. 2ª ed., Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

_____ (1997). The theory of Functional grammar. Part 2: Complex and derived Constructions. 2ª ed., Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

DUARTE, D. A. (1994). Crioulo caboverdiano e diglossia. In: _____ (ed.). (1994). Papiá – Revista de crioulos de base ibérica, vol. 3, nº 2, Brasília, Thesaurus.

FANON, F. (1981). Será o crioulo de Cabo Verde um continuum?. In: CUNHA, C. Língua, nação, alienação. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FERNÁNDEZ, F. M. (1990). Metodologia sociolingüística. Madrid: Gredos.

_____ (1998). Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje. Barcelona, Editorial Ariel.

FRANCIS, G. (2003). Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.) (2003). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.

- GALVES, C. (1998). Tópicos, pronomes e concordância no Português Brasileiro. P. 19-31, Campinas, Cad. Est. Ling.
- GIVÓN, T. (1984). Syntax – A Functional-typological introduction. Vol. I, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- _____ (1990). Syntax – A Functional-typological introduction. Vol. II, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- _____. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, C. N. (ed.). Subject and topic. Academic Press.
- GONÇALVES, M. L. (traduson). Krédu linguistiku. www.capeverdeancreoleinstitute.org - 28/06/2004.
- GRICE, H. P. (1982). Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). Fundamentos metodológicos da Lingüística. Campinas: ED. Particular, vol. IV – Pragmática.
- GRYNER, H. e OMENA, N. P. A interferência das variáveis semânticas. P. 89-100. In: MOLLICA, M. C. E BRAGA, M. L. Introdução à sociolingüística. São Paulo: Contexto.
- GUIA TURÍSTICO DE CABO VERDE (2005). Directel Cabo Verde.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1984). Cohesión in English. 6ª imp., London/New York, Longman.
- _____ (1991). Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford University Press.
- HEINE, B. e NURSE, D. (ed.). (2000). African Languages – an introduction. Cambridge University Press.
- HERNANDEZ, L. M. G. L. (2002). Os filhos da terra do sol – a formação do Estado-Nação em Cabo Verde. São Paulo, Summus.
- HOLM, J. (1993). Pidgins and creoles. Vol. I – Theory and Structure, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____ (1994). Pidgins and creoles. Vol. II – Reference Survey, Cambridge, Cambridge University Press.
- HULL, A. (1993). The transmission of creole languages. In: BYRNE, F. e HOLM, J. A global view of pidginization and creolization. Vol. 11, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

- HYMES, D. (ed.) (1985). *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge University Press.
- ILARI, R. (org.) (2002). *Gramática do Português falado*. Vol. II: Níveis de análise lingüística. 4ª ed., Campinas, Editora da UNICAMP.
- KATO, M. (1989). Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe?. p. 109-131, Campinas, Cad. Est. Ling.
- _____ (1998) Formas de funcionalismo na Sintaxe, D.E.L.T.A, vol. 14, p.145-168. In: KATO, M. (Org.). *Gramática do Português Falado*, vol. V, *Convergências*. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp.
- KI-ZERBO, J. (coord.) (1982). *História geral da África*. I. Metodologia e pré-história da África. Trad. Beatriz Turqueti et alli. São Paulo, Ática.
- LANG, J. (1994a). O interesse da Lingüística pelo crioulo de Cabo Verde. In: COUTO, H. H. (ed.). *Papia – Revista de crioulos de base ibérica*, vol. 3, nº 1, Brasília, Thesaurus.
- _____ (1994b). Estruturas eventualmente africanas no crioulo de Cabo Verde. In: _____ (ed.). (1994). *Papia – Revista de crioulos de base ibérica*, vol. 3, nº 2, Brasília, Thesaurus.
- LEECH, G. (1997). *Princípios de Pragmática*. Trad. Felipe Alcântara Iglesias. Logroño, Universidad de la Rioja.
- LI, C. N. e THOMPSON, S. (1976) Subject and topic: a new typology of languages. In: Li, C. N. (org.) *Subject and Topic*, New York: Academic Press.
- LOPES, E. C. (1967). Dialectos crioulos e etnografia crioula. In: *Estudos lingüísticos crioulos*. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- LUCHESE, D. (1994a). Os artigos nos crioulos de Cabo Verde e S. Tomé: princípios gerais e fatores específicos. In: COUTO, H. H. (ed.). *Papia – Revista de crioulos de base ibérica*, vol. 3, nº 1, Brasília, Thesaurus.
- _____ (1994b). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do Português do Brasil. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Associação das universidades de Língua portuguesa.
- _____ (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C. e ABRAÇADO, J. (orgs).

Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 272-284.

_____ (2004). Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna. São Paulo, Parábola Editorial.

MANESSY, G. (1995). Créoles, pidgins, variétés véhiculaires – procès et genèse. Paris, CNRS Éditions.

MILNER, J. C. (2003). Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.

MYERS-SCOTTON, C. (2002). Contact linguistics – Bilingual Encounters and Grammatical Outcomes. Oxford: Oxford University Press.

MONDADA, L. e DUBOIS, D. (2003). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução CAVALCANTE, M. M. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.

MOLLICA, M. C. (1992). Introdução à Sociolingüística Variacionista. UFRJ.

MOLLICA, M. C. E BRAGA, M. L. (2004). Introdução à sociolingüística – o tratamento da variação. São Paulo: Contexto.

MONTEIRO, J. L. (2000). Para compreender Labov. Petrópolis, RJ: Vozes.

MUFWENE, S. (1991). Pidgins, creoles, typology and markedness. In: BYRNE, F. e HUEBNER, T. (ed.) (1991). Development and structures of creole languages, vol. 9, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

MÜLLER, A. L. P. e NEGRÃO, E. V. (1989). O uso do artigo definido antes do nome próprio em Português: uma análise semântica. In: Grupo de Estudos Lingüísticos – XVII Anais de Seminários do GEL. São Paulo, USP.

MUYSKEN, P. and SMITH, N. (1994). The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, J., MUYSKEN, P. e SMITH, N. (ed.) Pidgins and creoles – an introduction. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

NARO, A. J. e SCHERRE, M. M. P. (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C. e

- ABRAÇADO, J. (orgs). Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 272-284.
- NEVES, M. H. M. (2000). Gramática de usos do português. 2ª reimpressão, São Paulo, Editora UNESP.
- _____ (2006). Texto e gramática. São Paulo, Contexto.
- OLIVEIRA e SILVA, G. M. (2004). Coleta de dados. p. 117-133. In: MOLLICA, M. C. E BRAGA, M. L. Introdução à sociolingüística. São Paulo: Contexto.
- PAREDES da SILVA, V. L. (2004). Relevância das variáveis lingüísticas. p. 67-71. In: MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. Introdução à sociolingüística. São Paulo: Contexto.
- PEREIRA, D. (1992). O princípio da parcimônia em crioulo de Cabo Verde (CCV). In: Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa. Lisboa, Ed. Colibri.
- PRETI, D. (org.) (1995). Análise de textos orais. 2ª ed., São Paulo, FFLCH/USP.
- _____ (org.) (1999). Estudos de língua falada – variações e confrontos. 2ª ed., São Paulo, Humanitas.
- _____ (org.) (2001). Fala e escrita em questão. 2ª ed., São Paulo, Humanitas.
- PRIEUR, M. N. G. e NOAILLY, M. (2003). Demonstrativos insólitos. Trad. Camile Maria Botelho Regadas e Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (org.). Referenciação. Coleção Clássicos da Lingüística, São Paulo, Contexto.
- QUINT, N. (1998). Dicionário de Caboverdiano-Português – variante de Santiago [CD-Rom]. Lisboa, Verbalis.
- _____ (2000). Grammaire de la langue Cap-verdienne. Montréal/Paris, L'Harmattan.
- _____ (2003). Parlons Capverdien – langue et culture. Paris/Budapest/Torino, L'Harmattan.
- ROBERT, S. (2003). Introduction: de la grammaticalisation à la transcatégorialité. In: ROBERT, S. Perspectives synchroniques sur la grammaticalisation. Collection Afrique et language, Paris, Peeters.
- ROBERT, S. (2003). Vers une typologie de la transcatégorialité. In: ROBERT, S. Perspectives synchroniques sur la grammaticalisation. Collection Afrique et language, Paris, Peeters.

- ROBERTS, I. (1992). A formal account of grammaticalisation in the history of Romance futures, Univ. of Wales, ms.
- RODRIGUES, A. C. S. (1987). A concordância verbal no Português popular em São Paulo. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, A. C. S. e FERREIRA NETO, W. (2000). Transcrição de inquéritos: problemas e sugestões. In: MEGALE (org.). *Filologia bandeirante – Estudos 1*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- ROMAINE, S. (1988). *Pidgin & creole languages*. New York, Longman.
- ROUGÉ, J. L. (1994). A propos de la formation des créoles du Cap Vert et de Guinée. In: _____ (ed.). (1994). *Papia – Revista de crioulos de base ibérica*, vol. 3, nº 2, Brasília, Thesaurus.
- ROUGÉ, J. L. (2004). *Dictionnaire étymologique des créoles portugais d’Afrique*. Paris, Éditions Karthala.
- SCANTAMBURLO, L. (1981). *Gramática e dicionário da Língua Criol da Guiné-Bissau*. Bologna, Editrice Missionária Italiana.
- SEMEDO, A. e QUINT, N. (trad.) (2005a) – *Lobu, Xibinhu ku nha Tiâ Ganga (Le Loup, le Lièvre et la sorcière Tia Ganga)*. Paris, L’Harmattan.
- _____ (2005b) – *Lobu ku Xibinhu ku Nhordhés (Compère Loup, compère Lièvre et le Bon Dieu)*. Paris, L’Harmattan.
- SILVA, L. A. (1989). *O nome e seus determinantes*. 7ª ed., São Paulo, Atual.
- SILVA-CORVALÁN, C. (1989). *Sociolingüística. Teoría y Análisis*. Madrid: Editorial Alhambra.
- SLOMANSON, P. A. (1993). Hesseling and Van Ginneken on language contact, variation and creolization. In: BYRNE, F. e HOLM, J. *A global view of pidginization and creolization*. Vol. 11, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- SOUZA, P. C. (1994). *Os artigos e a definitude: um estudo comparativo das línguas romena, húngara, búlgara, albanesa e grega*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP.
- TARALLO, F. (1985). *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo, Ática.
- TARALLO, F. e ALKMIN, T. (1987). *Falares crioulos – línguas em contato*. São Paulo, Ática.

THOMASON, S. G. e KAUFMAN, T. (1991). Language contact, creolization and genetic linguistics. University of California Press.

URBANO, H. *et alli*. (2002). Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (org.). Gramática do Português falado. Vol. II: Níveis de análise lingüística. 4ª ed., Campinas, Editora da UNICAMP.

VALKHOFF, M. (1981). O protocioulo português e sua universalidade nos séculos XVI, XVII e XVIII. In: CUNHA, C. Língua, nação, alienação. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

VARELA da SILVA, T. (2000). Na Kaminhu... – Praia, FAIC.

_____ (2002). Natureza di “Bilingismu izistenti” y di Bilingismu dizejávi. (Comunicação apresentada no Palácio da Assembléia Nacional de Cabo verde em 03/07/2002).

VEIGA, M. (1982). Diskrison strutural de Lingua Kabuverdianu. Instituto Kabuverdianu di Livru.

_____ (1995). O crioulo de Cabo Verde – Introdução à Gramática. Instituto Caboverdeano do livro e do disco.

_____ (2002). Valorizason di Kriolu na pós-indipendência. (Comunicação apresentada no Palácio da Assembléia Nacional de Cabo verde em junho de 2002).

Sites:

www.sil.org/ethnologue

www.eva.mpg.de/lingua/files/morpheme.html